

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

EDNILSON MOISÉS DE LIMA

**TERRA E HERANÇA:
uso, posse e desenvolvimento num bairro rural do sul de Minas Gerais**

Itajubá
2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

EDNILSON MOISÉS DE LIMA

**TERRA E HERANÇA:
uso, posse e desenvolvimento num bairro rural do sul de Minas Gerais**

**Dissertação submetida à defesa no programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade.**

Área de Concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade
Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Viviane Guimarães Pereira

Itajubá
2020

EDNILSON MOISÉS DE LIMA

**TERRA E HERANÇA:
uso, posse e desenvolvimento num bairro rural do sul de Minas Gerais**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de mestre, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI.

Itajubá, 27 de abril de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Souza Oliveira
Avaliadora externa

Prof. Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
Avaliador externo

Prof.^a Dr.^a Denise Pereira de Alcântara Ferraz
Avaliadora interna

Prof.^a Dr.^a Viviane Guimarães Pereira
Orientadora

*Para Camilo, meu companheiro,
Para Goretti, minha mãe, e
Em memória de Tia Luzia.*

AGRADECIMENTOS

Saí de um bairro rural da cidade de Piranguçu, no sul de Minas Gerais, mas esse sair foi muito mais em abandonar a dinâmica do campo do que deixar o espaço em si. Almejava caminhos que a zona rural não me proporcionaria. Mas isso não modificou nada da formação que recebi deste espaço. Aprendi que quando o sabiá canta é tempo das frutas; a seriema canta para chamar chuva e, quando esta chega, é o João-de-Barro que entra em euforia. Aprendi que o chá de broto de cambará é bom para resfriado. Sei que tabatinga é a melhor terra usada para fazer potes ou barrear o fogão à lenha. Aprendi que qualquer buraco num cupinzeiro poder ter uma cobra escondida ou simplesmente um ninho de pica-pau.

Porém, mais que reconhecer e valorizar a dinâmica da natureza rural é também necessário reconhecer a dinâmica das pessoas que vivem neste espaço. Por isso, reconhecer o valor do trabalho é reconhecer sua importância para a sobrevivência de homens e mulheres; reconhecer o costume de atos solidários é reconhecer a importância de conviver com as pessoas, por mais diferentes que possam ser. Assim, agradecer ao universo rural e às pessoas dele é necessário, pois neste espaço conheci valores que me tornaram o que sou. Mas isso não seria suficiente para chegar onde cheguei, concluindo uma dissertação para o mestrado em uma universidade pública.

Nesse caminho, que almejei, preciso agradecer pessoas que estiveram ao meu lado, e agradecer é uma forma de revelar gratidão e reconhecimento sobre aqueles que me ajudaram chegar até aqui. Por isso, devo agradecer, primeiramente, à minha família: à minha mãe, Goretti, com quem aprendi o valor do trabalho, a importância da casa, o poder do respeito e quem acreditou em todas as minhas escolhas; à minha irmã, Lindalva, companheira e amiga; à minha tia, Luzia, que hoje não está entre nós, mas foi uma grande ensinadora de histórias, conhecedora das terras, das plantas, dos pássaros e dos antepassados, e que me legou um passado rico de ruralidades e me deixa grandes saudades no coração.

Agradeço a Camilo, meu companheiro há sete anos. Incentivador nato, capaz de ver nas pessoas a grandiosidade que cada um tem e é capaz de realizar. Agradeço por acreditar em mim, por me acompanhar e por se dedicar. Agradeço pela paciência, pela escuta, pelos conselhos, pelas dicas, pelas leituras e pela presença. Sem esse seu compromisso e compreensão, nada do que se encontra neste texto seria o que é. Sou grato pela segurança que me trouxe e isso fez tanta diferença. Obrigado por tudo.

Durante a passagem pela universidade, preciso agradecer pessoas que entraram em minha vida e merecem reconhecimento pela transformação, sempre boa, na maneira de ver e entender o mundo para além do espaço rural. Assim, agradeço à professora Viviane Guimarães Pereira, que mais como uma orientadora, tornou-se amiga a qual devo lição, sentido e sentimento de vida e de luta, de compreensão política e de sensibilização social. Sem sua orientação, paciência e zelo, este trabalho tomaria outros caminhos. Por isso, a admiro pela força, pela coragem e pela entrega.

Gostaria de deixar o meu profundo agradecimento aos professores Carlos Alberto Máximo Pimenta, Denise Pereira de Alcantara Ferraz, Daniele Ornaghi Sant'Ana, Luiz Felipe Silva e Adilson da Silva Mello que tanto me incentivaram e se tornaram inspiração na vida docente durante os anos de mestrado e os quais sempre admirei à distância e, quando pertos, se mostraram ainda mais admiráveis. Agradeço aos amigos do Núcleo Travessia: Tayrine Brito, Kalahan de Mello, Miguel de Souza, Pamela Hélio, Thiago Oliveira e Gabriela pela parceria, pelas risadas, pelos conhecimentos e pela troca. Sem vocês, essa trajetória seria mais pesada e menos rica e o universo acadêmico menos interessante.

Não posso deixar de agradecer às pessoas que se tornaram eternos amigos, por isso, agradeço à talentosa amiga Samanta Borges que, por horas, viramos madrugadas em discussões sobre a sociedade e, sobretudo, a nós mesmos, virginianos convictos, prontos para aperfeiçoar os detalhes do mundo, aparar as arestas que tanto nos incomodam. Como temos tanto em comum! Companheira de ótimas viagens e bons drinques, a quem agradeço pela calorosa amizade e pela inspiração em muitos momentos de dúvidas e preocupações. Esta dissertação tem muito de sua contribuição e inspiração.

Agradeço, ainda, à amável Juliana Boldrin, a quem, sem dúvidas, merece reconhecimento por tornar minha passagem pela universidade muito mais leve e divertida. Os momentos de risos foram fundamentais nesse processo. Agradeço o cuidado, preocupação e acolhimento. Agradeço por dedicar tempo e fazer companhia em muitas idas a campo. Este trabalho tem muito de sua essência.

Aos colegas do PPG-DTecS que compreendem a importância de um programa interdisciplinar em nossa região, possibilitando a alunos da história, biologia, nutrição, psicologia, educação física, economia, filosofia e muitas outras áreas que dificilmente teriam condições de estudar mestrado em uma universidade pública perto de casa. Um agradecimento especial à Maria Eloiza, Stefano, Lucas Gustavo, Sabrina, Peixoto, Vivian, Thiago, Karinne e Natácia. Obrigado pela parceria.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio financeiro à pesquisa e me possibilitou dedicação a um tema que merecia todo zelo possível. Este apoio foi, também, fundamental para meu amplo crescimento no ambiente acadêmico e me proporcionou uma formação científica rica em experiência com métodos e técnicas que estimularam criatividade e desenvolvimento educacional, profissional e pessoal.

Meu agradecimento, também, aos moradores da comunidade da Peroba que, com toda a hospitalidade que só eles têm, me receberam com muito carinho, atenção e preocupação. Agradeço pela paciência, pela confiança depositada na minha proposta de pesquisa e por suas informações ricas em detalhes, entre histórias e “causos”, que, com certeza, fizeram a grande diferença para a construção deste trabalho. Meu agradecimento especial à Rita, mulher trabalhadeira, que me agradeceu com ótimas histórias e conversas sobre a vida; ao Ednilson, meu xará, homem alegre que parece não ter vivido tristeza e esteve sempre pronto para colaborar neste trabalho; à Simone e Romildo, pela recepção sempre calorosa e cheia de alegria, vinho e torresmo. Se eu pudesse, a entrevista seria todos os dias em suas casas.

E, por fim, e não menos importante, agradeço às professoras da banca de avaliação deste trabalho durante a qualificação: à Professora Maria de Lourdes, carinhosamente Maroca, um doce de pessoa, com a bagagem de quem já viu muita coisa nessa vida e ajudou a clarear muito do que estava escondido neste trabalho; e à Professora Denise Ferraz, certeira, clara e amável, que merece esse meu agradecimento pelo zelo e cuidado com este trabalho. Uma banca de mulheres ajudando a construir o trabalho de um homem e que, sem suas leituras e apontamentos, esse trabalho passaria despercebido.

Obrigado.

*“Nós não herdamos a terra de nossos pais.
Nós a tomamos emprestada de nossos filhos e netos.”*

Provérbio indígena

Resumo

O meio rural não é inerte às pressões que se infligem sob seu território e, por isso, estratégias de produção material e reprodução social são importantes para que a essência deste universo não se evanesça. Assim, os agricultores familiares que possuem pequenas propriedades assumem estratégias próprias para acessarem e/ou manterem-se na terra ou, mesmo, ampliarem a sua dimensão, uma vez que se trata de um dos elementos essenciais que fundamentam a dinâmica rural. Diante disso, como um bairro rural se configura nos moldes contemporâneos, uma vez que há a necessidade de fragmentação das terras durante a passagem de herança? Todos que recebem uma parcela de terra continuam vivendo no bairro e têm a agricultura como fonte de trabalho e geração de renda? Para responder esta questão, a pesquisa aconteceu no bairro Peroba, localizado no município de Itajubá, Sul de Minas Gerais, por se tratar de um bairro onde seus moradores possuem relações parentais e por se tratar de uma localidade onde a agricultura é o principal meio de trabalho e sustento, o que leva a terra ter uma grande importância. Assim, o objetivo geral deste trabalho é explicar a configuração atual do bairro em sua relação com as estratégias, acordos e ajustes assumidos por seus moradores na posse e no uso da terra. Isso porque a terra, ameaçada pela herança, significa possibilidade de permanência e de trabalho no campo, bem como dá garantias à sucessão das atividades rurais e dos modos de ser, viver e fazer às gerações seguintes. A configuração do bairro em torno das formas de acesso à terra se apresentou através das observações do espaço rural, das conversas abertas, das entrevistas semiestruturadas e da elaboração de mapas junto às 25 famílias agricultoras e moradoras. O enfoque dado neste trabalho está nas formas de uso, posse e propriedade da terra como recursos que garantem a vida no campo, possibilitando trabalho, renda e perspectivas no bairro. Desta forma é possível identificar que a permanência no bairro está condicionada a quem tem o uso primeiro de terra, o que garante a sua posse e, só então, a sua propriedade é legitimada com a herança, configurado por um caminho marcado por arranjos intrafamiliares e de formas de cooperação ligadas ao parentesco mais amplo em conciliação com o Código Civil. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na criação e desenvolvimento de uma base de recursos que permitem a sobrevivência e perspectivas para a sua população rural.

Palavras-Chave: Herança; Uso e Posse da Terra; Desenvolvimento rural; Sul de Minas Gerais.

Abstract

The rural environment is not inert to the pressures inflicted on its territory and, therefore, strategies of production and social reproduction are important so that the core of this universe does not disappear. In this sense, family farmers who own small properties take on their own strategies to stay on the land or expand their size. Given this, how does a rural neighborhood take shape in contemporary ways, since there is a need for fragmentation of land during the passing of inheritance? Does everyone who receives a parcel of land continue to live in the neighborhood and have agriculture as a source of work and income generation? The research takes place in the Peroba neighborhood, located in the municipality of Itajubá, South of Minas Gerais, because it is a neighborhood where its residents have parental relationships and because it is a place where agriculture is the main means of work and livelihood. Thus, the general objective of this work is to explain the current configuration of the neighborhood in relation to the strategies, agreements and adjustments assumed by its residents in the possession and use of the land. This is because the land is threatened by inheritance, since it means the possibility of staying and working in the field, as well as guaranteeing the succession of rural activities and the ways of being, living and doing to the following generations. The configuration of the neighborhood around the use and possession of the land is presented through observations of the rural space, open conversations, semi-structured interviews and the elaboration of maps with the 25 farming and resident families. The focus given in this work is on the forms of use, possession and ownership of land as resources and strategies that guarantee life in the countryside, enabling work, income and perspectives in the neighborhood. It is possible to identify that staying in the neighborhood is conditioned to who has the first use of land, which guarantees their possession and, only then, their property is legitimized with inheritance, configured by a path marked by intrafamily arrangements and forms of cooperation. linked to the broader kinship in reconciliation with the Civil Code. This condition is aimed at and materializes in the creation and development of a base of resources that allow survival and perspectives for its rural population.

Keywords: Heritage; Use and Possession of Land; Rural Development; South of Minas Gerais.

Sumário

1	ENTRE CAMINHOS E CENÁRIOS	14
1.1	Contextualização e primeiras informações sobre a pesquisa.....	14
1.2	O bairro rural da Peroba	24
2	UM OLHAR SOBRE O RURAL	30
2.1	O Rural.....	30
2.1.1	Representações: sobre o universo rural e seus habitantes.....	31
2.1.2	Organização camponesa: terra, trabalho e família.....	37
2.1.3	Orientações: uma ordem moral camponesa	41
2.2	Terra e herança: posse, uso e sucessão familiar no meio rural.....	44
2.3	Desenvolvimento rural: novas e velhas perspectivas	51
2.4	Quadro Teórico Síntese	57
3	FERRAMENTAS PARA O CAMPO	59
3.1	Tipo de pesquisa	59
3.2	Instrumento utilizado	61
3.3	Participantes, tempo de execução e etapas de trabalho	67
3.4	Formas de análise e apresentação dos dados	71
4	UM OLHAR RURAL: CONTEXTOS E CONTORNOS	75
4.1	O rural do bairro Peroba	75
4.1.1	Propriedades, terras, fazendas, estabelecimentos rurais ou chácaras?.....	77
4.1.2	Trabalho: para geração de renda e autoconsumo familiar	84
4.1.3	A família e sua unidade de produção familiar	92
4.2	A relação com a terra.....	103
4.2.1	A posse da terra no bairro Peroba.....	104
4.2.2	A herança	107
4.2.3	O uso das terras: hortas, pastos e plantações	118
5	ARGUMENTOS FINAIS E AGENDA DE PESQUISA	125
	REFERÊNCIAS	132
	APÊNDICE I - FOTOGRAFIAS	140
	APÊNDICE II – DADOS SOBRE OS MORADORES	150
	APÊNDICE III – VISITA DE CAMPO	152
	ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA.	157

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa da localização do bairro Peroba dentro do município de Itajubá.....	26
Figura 2 - Mapa dos limites territoriais do bairro Peroba.....	27
Figura 3 - Fotografia da disposição de moradias, relevo e flora local.....	28
Figura 4 - Fotografia da Igreja de Santa Rita de Cássia: símbolo religioso do bairro.	29
Figura 5 - Moradores reunidos para a celebração da missa dia 23 de junho de 2019.	29
Figura 6 - Esquema de leitura do quadro de parentesco.....	72
Figura 7 - Quadro de parentesco segundo o Código Civil Brasileiro.....	73
Figura 8 - Mapa dos tipos de categorias com os domicílios do bairro Peroba.	78
Figura 9 - Esquema sobre a organização dos sítios no bairro Peroba.	80
Figura 10 - Limpeza de cenoura, realizado pelos homens de uma família, em 1995.....	85
Figura 11 - Resultado da colheita de feijão, realizada por uma família, em 1995.	86
Figura 12 - Resultado da colheita de cebola, realizada por uma família, em 1995.....	86
Figura 13 - Famoso mercador responsável pela compra da produção do bairro Peroba.....	87
Figura 14 - Principais níveis de parentesco dentro de um matrimônio no bairro Peroba.....	100
Figura 15 - Esquema sobre as gerações detentoras de terras no bairro Peroba.	106
Figura 16 - Configuração das propriedades do bairro Peroba entre os anos 1890 e 1940.	107
Figura 17 - Propriedades existentes no bairro Peroba.	108
Figura 18 - Propriedades existentes no bairro Peroba – núcleo populoso.....	109
Figura 19 - Processos de transferência da terra no bairro Peroba.	116
Figura 20 - Mapa do uso da terra.....	122

Lista de Quadros

Quadro 1 - Síntese teórica sobre o tipo de ambiente estudado.....	57
Quadro 2 - Síntese teórica sobre possibilidades de desenvolvimento.	58
Quadro 3 - Instrumentos empregados.....	62
Quadro 4 - População rural de Itajubá desde 1970.....	102
Quadro 5 - Quantidade dos tipos de imóveis por período.	110
Quadro 6 - Distribuição das terras entre sítios, chácaras, fazendas e reserva.	114

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Sexo dos moradores entrevistados.	93
Gráfico 2 - Faixas etárias em que se encontram divididos os moradores do bairro Peroba.	94
Gráfico 3 - Aspecto das unidades familiares quanto ao número de membros.	94
Gráfico 4 - Tamanho das unidades familiares em número de pessoas.	95
Gráfico 5 - Quantidade de propriedades e suas dimensões.	113
Gráfico 6 - Tipos de usos das terras quanto à sua finalidade.	120
Gráfico 7 - Dimensões dos usos da terra, em hectares.	122

Lista de Siglas

Ceasa – Centrais Estaduais de Abastecimento S/A.

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

DPI – Diretoria de Pesquisa.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FACI – Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá.

ha – hectares.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Incra – Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária.

MG – Minas Gerais.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar.

PPG-DTecS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá.

1 ENTRE CAMINHOS E CENÁRIOS

Esta apresentação traz as primeiras questões que possibilitaram o pensar desta pesquisa, indicando as minhas primeiras e principais percepções a partir das experiências que possuo, como morador de um bairro rural e, também, como observador dos trabalhos de extensão e pesquisa realizados pelo Núcleo Travessia não só no bairro Peroba, mas em outros espaços de atuação, o que me levou à elaboração do projeto para este trabalho e a possibilidade de apresentação das primeiras informações referentes ao universo rural em questão.

Cabe aqui, indicar o que se pretende com este estudo, os questionamentos que se fazem diante à observação e contato com o universo rural e construir os argumentos que justifiquem a realização dessa pesquisa, seja do ponto de vista teórico, metodológico, prático ou social, buscando apresentar respostas às perguntas que outros estudos não responderam ou mesmo revelar novos dados diante de uma realidade que assume novos contornos diferentes daqueles de muitos estudos de 30 ou 40 anos atrás.

Isso significa dizer que este trabalho busca preencher uma lacuna deixada pelos trabalhos de sociologia/antropologia rural que não tiveram no sul de Minas Gerais, dos anos 2000 em diante, um espaço de análise onde fosse possível trazer respostas, até então não oferecidas, em torno das pressões sobre a relação do agricultor com a terra em que trabalha, considerando a transição demográfica, particularmente nos dez últimos anos. Para dimensionar este trabalho, tudo o que foi visto durante às visitas de campo ajuda a confirmar uma parte do que diz a teoria, mas também há algo que não está na revisão de literatura.

Indicados os argumentos, hipóteses e perspectivas sobre esta pesquisa, cabe ainda apresentar o local de pesquisa, com certo detalhe, valorizando as características geográficas e históricas e, ainda, tratando da identidade de seus moradores, apresentar seus costumes, trabalhos, histórias e desafios. Em outras palavras, apresentar dados específicos sobre o local de pesquisa, revelando os primeiros contornos que caracterizam o espaço rural do bairro Peroba, localizado na Serra da Mantiqueira, Sul de Minas Gerais.

1.1 Contextualização e primeiras informações sobre a pesquisa

Por trinta anos, acompanhei as transformações que ocorreram no espaço rural de Piranguçu, no sul de Minas Gerais, de onde vim e ainda sou. Assim como as fases de crescimento de uma pessoa, iniciando pela infância e seguindo pela juventude e fase adulta, é possível apresentar parte das transformações e mudanças ocasionadas no meio rural

acompanhando esta lógica, dentro dos limites do tempo de uma vida humana que passou a observar tal espaço.

Se tomarmos, inicialmente, a fase da minha infância, recordo-me que, à época, meus tios maternos colhiam grandes quantidades de sacas de arroz plantados na várzea que fora dos meus avós, em Piranguçu. De acordo com eles, era a principal fonte de renda e alimento, tendo muita importância para o sustento de todos os envolvidos. Este período de infância que me refiro se tratava dos anos finais da década de 1980 até meados da década seguinte, porém, segundo meus tios, a bonança do arroz vinha dos anos 1940.

Lembro-me do arrozal amarelo, imenso, por onde se podia caminhar com as ramas do arroz batendo à cintura. Quando os vários ninhos de pássaro-preto em meio ao arrozal já estavam vazios, era sinal do início da colheita e este período era considerado por todos como momento de provação: muito trabalho duro em curto espaço de tempo, pois se necessitava que todo o planejado realizasse sem chuvas, com muito sol, bastante braços e muita destreza.

Também era um período de euforia: para os adultos, era momento de prosas, fortalecimento da camaradagem e trocas de experiências, tudo para deixar o trabalho pesado mais leve, onde homens e mulheres se desdobravam entre as atividades que envolviam a colheita e o almoço, respectivamente; para as crianças, a diversão estava nas palhas que se originavam do corte das ramas de arroz e que se acumulavam à beira do terreiro e proporcionavam a construção de tocas tão fundas e cheias de labirintos ou amorteciam a queda dos mais corajosos que se arriscavam a saltar de cima do barranco.

A movimentação em torno da colheita era grande: homens, de várias idades, se cooperavam entre o corte, o transporte, a debulha e o ensacamento, e só paravam para o almoço e no fim da tarde, quando retornavam para suas casas, mas não antes de tomar o café preto adocicado acompanhado do bolo de fubá. Era uma semana inteira de trabalho somente para a colheita, realizada manualmente com o auxílio de uma foice para o corte, e balaios e bagageiras, para o transporte até o terreiro. Ainda assim, após muito trabalho, sempre sobrava um tempinho ao fim da tarefa para prolongar uma prosa e desenhar estratégias para o dia seguinte ou para a plantação de arroz do vizinho.

Logo após à colheita, seguia-se para a secagem, onde se espalhavam, no início do dia, entre sete ou oito horas da manhã, cerca de quinze ou vinte sacas de arroz pelo terreiro e que deveriam ser reviradas de uma em uma hora, com um grande rodo de madeira, para que todos os grãos recebessem luz do sol. Ao fim da tarde, amontoava-se e ensacava-se novamente todo o arroz espalhado e esse processo seguia-se por duas ou três semanas, dependendo da

quantidade de sacas colhidas e se houvesse certeza de que todos os grãos estivessem secos, até que se finalizassem todas.

Após a secagem acontecia a descasca ou beneficiamento e este processo não se realizava nas terras de meus tios, pois eles não possuíam beneficiadora, mas através do pagamento com algumas sacas de arroz, realizavam este processo na casa de uma outra agricultora, Dona Guiomar, ou, se a colheita fosse favorável, podiam pagar para que a descasca fosse realizada na casa de beneficiamento de arroz que havia na cidade. Esta era a última etapa de toda a produção realizada por meus tios.

Uma parte das sacas de arroz era guardada: aquelas beneficiadas guardavam-se para o consumo próprio e aquelas ainda com cascas para a safra seguinte. A outra parte, maioria, era vendida para firmas de beneficiamento e empacotamento ou no mercado municipal de Itajubá e o dinheiro resultante desta venda era usado para nova produção, manutenção da terra e da casa, abastecimento da despensa, compra de tecidos para roupas, cuidados médicos e/ou guardado como poupança. De acordo com o que contam meus tios e minha mãe, a época em que meu avô era o responsável pelo cultivo do arroz, entre 1940 e 1965, boa parte do dinheiro originado com a venda era usada para a aquisição de novas terras.

Essa realidade foi mudando gradativamente, quando inúmeros agricultores abandonaram lentamente a plantação de arroz, visto o encarecimento de sua produção e a inviabilidade da venda por um preço que compensasse os gastos. Esta mudança¹ se deveu a uma série de fatores, mas, sobretudo, à inserção de maquinários no campo, permitindo o aumento da produção e, conseqüentemente, tornando mais barata a sua venda. Arroz barato, mas produção cara afastaram do seu plantio aqueles que não adquiriram maquinário. Lembreme da primeira máquina de colheita de arroz: suas rodas eram enormes e seu motor, barulhento. O dono desta colheitadeira foi o único a possuir algo do tipo e, até hoje, continua mantendo-se como um dos poucos produtores de arroz do município de Piranguçu.

Meus tios, assim como outros agricultores, impossibilitados de investirem neste tipo de maquinário e percebendo a desvantagem existente na produção do arroz, tanto pela necessidade da máquina, quanto pela falta de camaradas para a lida nas tarefas, foram abandonando esta

¹ De acordo com Balsadi (2001), as transformações ocorridas no meio rural brasileiro advêm de uma série de fatores como: queda dos preços das principais commodities; crise mundial na agricultura nos anos 80, a qual se arrastou até início dos anos 2000; crescimento das atividades não-agrícolas na ocupação da população rural e mudanças na estrutura da família rural. Neste sentido, pode-se perceber, de acordo com o autor, que as alterações fazem com que a família rural deixe de ser nucleada e orientada segundo uma estratégia única baseada na agricultura. Com isso, as fontes de renda das famílias são múltiplas, e a agricultura é apenas uma delas, em muitos casos, nem sequer a mais importante.

atividade e assumindo outros trabalhos e estratégias para a sobrevivência, uma vez que se continuassem sem máquina, só no trabalho braçal, o preço do arroz no mercado não compensaria. Portanto, tornaram-se camaradas para aqueles que plantavam com maquinários, iniciaram atividade pecuária ou arrendaram suas terras para a plantação de arroz àqueles que incorporaram máquinas na produção ou àqueles que atuavam na pecuária.

Esse é o período que compreende minha adolescência, marcada pelo fim da plantação de arroz nas terras de meus avós, bem como na maioria das propriedades dos bairros onde o arroz era destaque. Trata-se do período entre os anos finais da década de 1990 até meados de 2005, em que a atividade nos formatos originais se extinguiu e quando a vida no bairro se tornou mais difícil, e mais pobre, por assim dizer: nem sempre havia trabalho na roça; a cidade esperava mão de obra qualificada e, neste sentido, os filhos dos lavradores eram os que traziam dinheiro para casa, pois estas novas gerações eram incentivadas pelos pais a se especializarem no SENAI² para trabalharem nas indústrias de Itajubá (Mahle, Imbel, AFL, Alstom, Helibrás, Cabelauto e Balteau)³; e/ou as terras eram vendidas, arrendadas ou permaneceram sem uso enquanto os filhos abandonavam o modo de vida rural.

As formas antigas de lavoura de arroz deram lugar ao gado - na maioria das propriedades - e às formas mecanizadas de plantio - em poucos casos. É assim que hoje boa parte das várzeas dos bairros Melos, Martins e Sobradinho são percebidas: grandes pastos. A principal estratégia usada pelos antigos lavradores de arroz foi arrendar suas terras para a pecuária tanto leiteira, quanto de corte. Além desta, outras grandes mudanças percebidas foram: o abandono da roça pelos jovens; o envelhecimento e a aposentadoria, como direito e descanso; a fragmentação das terras; e, por consequência, o fim das plantações, não só do arroz, mas de qualquer cultura de destaque que se tinha há mais de 40 anos nesses bairros⁴.

Quando trato desse fim das plantações, refiro-me ao cultivo que garantia alguma renda às famílias, como arroz, milho, feijão, cana de açúcar, mandioca, batata, amendoim, abacaxi etc. No entanto, os quintais (ou o “lá fora”, uma referência da antropóloga Margarida Maria

² Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Trata-se de complexo privado de educação profissional e tecnológica, criado em 1942 e suas atividades são financiadas pela contribuição compulsória sobre a folha das empresas contribuintes. Mais informações em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai>.

³ Indústrias nacionais e multinacionais de diversos ramos: fabricação de peças automotivas e eletrônicas; montagem de helicópteros; produção de materiais bélicos; e construtoras de transformadores e bobinas.

⁴ Este relato compreende os processos de transformação nos bairros Martins, Sobradinho e Melos, conhecidos antigamente pela grande produção de arroz. Com exceção das formas mecanizadas de plantio, assumidas por um único produtor, o arroz (assim como milho, mandioca, cana, abacaxi etc.) não é mais um item importante e responsável pela geração de trabalho e renda para a maioria dos moradores destes locais. Em outros bairros há o cultivo de banana, o qual se torna o principal item econômico do município de Piranguçu (IBGE, 2006).

Moura (1978) e que se trata de toda dinâmica externa que acontece fora do ambiente interno da casa) ainda são percebidos como um espaço usado para as atividades rurais: onde há galinhas que ainda ciscam; há alguma horta com hortaliças, cheiro-verde e legumes para o consumo próprio; e há alguns pomares que resistiram ao tempo e hoje garantem alguma fruta também para o consumo próprio.

Entende-se que, em decorrência destas transformações, alternativas para geração de renda e manutenção das unidades familiares foram sendo construídas. Podemos citar, além do arrendamento da terra e as pastagens para os gados, já mencionados, a venda de lotes, a transformação da área rural em pequenos aglomerados de casas que se tornaram residências dos aposentados e aposentadas rurais, dos filhos e filhas urbanizados ou dos migrantes urbanos e a necessidade da passagem de bens para as novas gerações, ou seja, a intervenção da herança e como ela possibilita ou não a continuidade do espaço rural.

É evidente o poder de influência dos meios tecnológicos e das atividades e modos de ser urbanos sobre o meio rural, porém, conhecendo essas mudanças, esta pesquisa se direciona às estratégias, acordos e ajustes sobre o uso e a posse da terra como questões importantes para a manutenção da vida rural através das unidades de produção familiares. Para entender esta dinâmica, a pergunta que se faz é: como um bairro rural se configura nos moldes contemporâneos, uma vez que há a necessidade de fragmentação das terras através da herança? Em que circunstâncias suas raízes e formas próprias de economia, história e cultura estão mantidas? Tal questionamento se desdobra na seguinte pergunta: todos que herdaram uma parcela de terra continuam vivendo no bairro e têm a agricultura como fonte de trabalho e geração de renda para continuarem mantendo a dinâmica rural?

Consciente de que há transformações no meio rural devido a diversos fatores, e que em cada localidade estas transformações têm contornos próprios, a pesquisa direciona-se a uma localidade rural onde a atividade agrícola ainda é de grande importância para a vida social, econômica e cultural de seus moradores: o bairro Peroba, município de Itajubá, sul de Minas Gerais. Assim, o eixo de discussão desta dissertação concentra-se na compreensão das formas de acesso e/ou manutenção da terra, tomando as estratégias, acordos e ajustes como recursos assumidos pelos moradores para a garantia da vida social, cultural e econômica no bairro.

Neste sentido, a pesquisa se justifica pelo fato de o agricultor familiar no Brasil ser responsável por garantir 71% do alimento presente na mesa do brasileiro, e tanto alimento produzido por este grupo oculta uma realidade que muitas vezes não é informada: que a agricultura familiar é detentora da menor parcela de terras no país (IBGE, 2019). Essa estatística mostra uma produção alimentar brasileira que só é possível por conta de muito trabalho, riscos,

estratégias e lutas. O Censo Agropecuário de 2017 apresentou dados oficiais que identificaram 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar ocupando 80,9 milhões de hectares, ou seja, em termos percentuais: a agricultura familiar representa 76,9% dos estabelecimentos rurais e ocupa 23,1% da área total de terras. O tamanho das propriedades da agricultura familiar é, em média, 21 hectares, enquanto a agricultura patronal é de 230 hectares (IBGE, 2019).⁵

Trata-se de uma parcela da sociedade que vive no meio rural e, de acordo com Wolf (1976), sofre pressões externas advindas da natureza e da sociedade como um todo, enfrenta também pressões internas, como o problema da escassez de terra e consequente dificuldade de manutenção da mesma, diante da fragmentação que se dá com a necessidade de dividir a herança, consequência da morte dos ascendentes. Neste sentido, percebem-se estratégias, acordos e ajustes sobre o uso e a posse da terra como questões importantes na manutenção da vida rural para as unidades de produção familiares.

Considerando as atividades inseridas neste contexto, este tema se torna importante também pela necessidade de estender as pesquisas e discussões interdisciplinares sobre o desenvolvimento rural face à crise socioambiental generalizada que acometem, principalmente, o universo rural, mas não só, e afetam suas dinâmicas de reprodução social. Crise, esta, que resulta do sistema capitalista e agravou desgastes sociais e ambientais no meio rural, principalmente com a inserção da chamada tecnologia moderna na agricultura brasileira, incumbida de dar impulso para o desenvolvimento no campo e que ofertou à sociedade, de modo geral, sérios problemas como a concentração de renda, exclusão social, desemprego, destruição dos solos, a contaminação dos alimentos, intoxicações humanas, o descontrole de pragas e doenças e a exploração excessiva do meio ambiente, entre outros.

A degradação socioambiental passa a ser diretamente relacionada à ideologia economicista que fundamenta o estilo dominante de desenvolvimento. Isso implica dizer que os modos de produção foram profundamente afetados, gerando também grandes transformações nas formas, nos processos e nas relações de trabalho. E a agricultura, que por séculos tem se constituído o meio de vida dos agricultores e de suas famílias, converteu-se, em sua maioria, numa atividade orientada para a lógica produtiva industrial. No contexto de adesão desta lógica,

⁵ Os números são diferentes daqueles apresentados no Censo de 2006. Isso se deve a nova metodologia usada no Censo de 2017, em que as áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo município, utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho, etc.) e os mesmos recursos humanos (o mesmo pessoal), e, também, desde que estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. No Censo Agropecuário 2006, bastava que as áreas não contínuas do estabelecimento estivessem situadas em setores diferentes para que fossem admitidas como estabelecimentos distintos, consideradas algumas particularidades quanto à existência e localização de sua sede (IBGE, 2019).

os agricultores passaram a depender cada vez mais de insumos tecnológicos de fora de seus espaços de influência, sendo pressionados a esquecer todo conhecimento tradicional que detinham e aderir à tal “modernidade”.

A partir desse intenso e contínuo processo de mudanças tecnológicas e organizacionais, que marcou o século XX, e das transformações socioambientais, que se observa até então, cabe destacar a necessidade de ampliar espaços de diálogo entre pesquisadores, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e entidades e instituições promotoras do desenvolvimento rural que consideram este espaço uma possibilidade para promoção da segurança alimentar e da qualidade de vida humana - na alimentação, na morada, na segurança, na educação e na saúde. Considera-se ainda a essencialidade de sistematizar conhecimentos e gerar publicações nesta temática, uma forma de divulgar e valorizar o universo rural.

Para entender como um bairro rural se configura nos moldes contemporâneos, diante da necessidade de fragmentação das terras através da herança, é necessário considerar que o cenário histórico, geográfico, institucional, cultural, econômico, entre outros, modificam diretamente os métodos de transmissão do patrimônio e, neste sentido, diferentes práticas sustentam-se em padrões próprios de divisão de herança e, portanto, as concepções meramente formais, ou seja, de ordem legislativa, não podem ser consideradas parâmetros para compreensão dessa estrutura. Por esta razão que a pergunta que se faz nesta pesquisa é justificada por possibilitar compreender que a diversidade de soluções possíveis é fruto não apenas de diferentes tradições, mas, sobretudo, de diferentes sistemas de reprodução cultural, social e econômica.

A pesquisa na Peroba se justifica por ser uma localidade possuidora das características tradicionais da agricultura familiar - fortes laços de parentesco e vizinhança, relações intensas com o lugar e dependência da agricultura para a manutenção da vida - além de se destacar no cultivo de orgânicos, participação em feiras, acesso a mercados institucionais como o Plano Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)⁶ e a produção e venda de artigos manufaturados, caracterizando, assim, a agricultura familiar no bairro. Ainda, a Peroba é um dos poucos bairros de Itajubá que se beneficia de assistência técnica e extensão rural oficiais das agências públicas que apoiam o desenvolvimento rural, como é o caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e da Secretaria

⁶ O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009). Maiores informações sobre o programa podem ser encontradas no endereço eletrônico <https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>.

Municipal de Agricultura, além de apoio através de ações de extensão por parte do Núcleo Travessia e Intecoop, ligados à Universidade.

Diante de tal realidade, este trabalho tem por objetivo geral explicar a configuração atual do bairro Peroba em sua relação com as estratégias, acordos e ajustes assumidos por seus moradores na posse e no uso da terra. Isso porque a terra é ameaçada pela herança, já que significa possibilidade de permanência e de trabalho no campo, bem como dá garantias à sucessão das atividades rurais e dos modos de ser, viver e fazer às gerações seguintes. Por isso, explicar a configuração do bairro também é identificar mudanças e permanências no uso da terra, na sua posse, e como suas formas produtivas e suas estratégias de reprodução ou manutenção contribuíram ou não para o desenvolvimento local.

Partindo da hipótese de que as alternativas encontradas para resolver a problemática da divisão de terra e da sucessão familiar no campo contribuem para a permanência e manutenção das famílias rurais e são fatores determinantes para a vida rural, nas últimas décadas, este trabalho pretende, especificamente: a) apresentar a demanda sobre a terra, considerando a necessidade de sua divisão em forma de herança; b) identificar os acordos e ajustes de manutenção e/ou ampliação da terra; c) levantar as mudanças e permanências da relação dos moradores da Peroba em torno do uso, da posse e da propriedade das terras, contexto que ocorre nas últimas décadas.

O alcance dos objetivos se dá de forma interdisciplinar, uma vez que esta investigação é sustentada pelas discussões existentes dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG-DTecS). Como se trata de um espaço de pesquisa, se propõe intercâmbios e trocas de experiências para a realização de estudos que contribuam à compreensão dos problemas característicos de diferentes regiões em processo de desenvolvimento. Além disso, esta pesquisa tem muito da essência dos trabalhos realizados no Núcleo Travessia, onde existem olhares da história, da economia, da engenharia, do direito e da administração, que possibilitam um modo de fazer investigação integrando informações, dados, técnicas, instrumentos, perspectivas e conceitos pensados e discutidos coletivamente.

Neste coletivo, onde cada um compreende a essência de sua disciplina, ocorre forte interdependência entre todos e, nisso, há a interlocução e as abordagens entre as diferentes áreas. Aqui que se caracteriza a interdisciplinaridade desse trabalho, uma vez que está inserido num grupo que acredita que o modo em que se organiza a sociedade contemporânea gera problemas mais complexos e, como consequência de uma análise mais profunda para a solução desses problemas, é necessário um olhar interdisciplinar, o que se reflete, também, nas atuações de pesquisa e extensão realizados pelo coletivo de alunos e professores do PPG-DTecS. Esses

outros olhares possibilitaram dar uma configuração às discussões e formas de compreender as informações sobre o rural: seus problemas, demandas, potencialidades e perspectivas.

Conseguimos ver de duas formas a presença interdisciplinar nessa pesquisa: uma direta e outra indireta. Diretamente temos as contribuições teóricas e conceituais da Sociologia, da Antropologia, da Economia, da História e do Direito voltados para o âmbito do universo rural, o que ajuda a dar um contorno para uma própria questão teórica e conceitual desta pesquisa, ainda que não seja percebido em tópicos e subtópicos específicos, já que seus usos são através dos entrelaçamentos dos conceitos, teoria ou abordagens de cada disciplina.

Dentro do Direito, por exemplo, podemos trazer as abordagens em torno do direito sucessório quando, na pesquisa, tratamos das regras que delimitam a transmissão do patrimônio de alguém que deixa de existir. Se faz necessário para compreender que o Código Civil, que compreende conceitos e proposições para o entendimento do fenômeno jurídico sucessório, tem grande influência sobre as dinâmicas de transferência de terras entre as gerações, principalmente sobre aquelas que decidem permanecer no espaço rural para obter, através da agricultura, seu sustento.

Na História, como outro exemplo, temos suas contribuições em torno dos conceitos metodológicos de obtenção de dados característicos de fatos passados e que ajudam a delinear a configuração da transição da terra através das investigações dos acordos e ajustes assumidos 30, 40 ou 50 anos atrás. Parte da metodologia desta pesquisa é pensada nas ferramentas da história oral, a qual apresenta instrumentos necessários para buscar testemunhos sobre acontecimentos, conjunturas, decisões, modos de vida ou outros aspectos da estrutura rural investigada.

Outra forma da presença interdisciplinar é indiretamente, quando, dentro de um espaço de trocas de pensamentos e diálogos existentes entre pessoas de várias áreas disciplinares, objetiva a criação de outros olhares sobre determinado tema como, por exemplo e neste caso, sobre o universo rural. É nesse sentido que, no interior do PPG-DTecS, os diversos olhares diante uma discussão sobre o campesinato e a agricultura não possibilita a predominância de um único tipo de pensamento e prática em torno dessa questão rural debatida.

Nesse sentido, a administração, por exemplo, contribui na organização dos espaços de pesquisa, extensão e idas à campo, no controle do tempo, para que a construção dos ambientes coletivos possa cumprir o mínimo do que foi planejado. O pragmatismo da administração ajuda numa estruturação tanto na parte de apoio, registros, documentação, elaboração de passo a passo etc. Planejar, organizar, direcionar e controlar são princípios básicos que ajudam nos roteiros,

nas escritas, no pensar e no direcionamento das pesquisas e extensões realizadas nos espaços rurais onde há atuação dos grupos de pesquisa, como é o caso do Núcleo Travessia.

O tema desta pesquisa é um caminho complexo diante de um universo rural que apresenta problemas que não podem ser analisados ou solucionados apenas por uma visão disciplinar. Apenas a História ou a Antropologia ou a Economia ou a Sociologia não dá embasamento sólido para o que se pretende compreender e isso não significa desqualificar, desse modo, a pesquisa disciplinar. Esta tem uma importância uma vez que seus conceitos, teorias e ferramentas são fundamentais dentro de um grupo, no qual cada integrante domina os seus próprios campos de conhecimento e ainda o compartilha.

É certo que algumas disciplinas, em si, não têm muito o que contribuir teórica e conceitualmente a partir do campo disciplinar convencional, mas existem habilidades que contribuem em outros aspectos, por exemplo, prático e organizacional, refletindo em questões metodológicas de uma pesquisa. Assim, a interdisciplinaridade deste trabalho pode ser resumida em ter possibilitado diálogos com outras áreas; promovido a troca de opiniões que fogem às certezas do campo do conhecimento do pesquisador; e a abertura ao aprendizado constante. Somente diante dessa troca é que se pôde olhar para fora em busca de enxergar a totalidade do universo rural da Peroba.

Sendo assim, este trabalho está estruturado de modo que permita o entendimento interdisciplinar dos fatores endógenos à estrutura familiar em relação à manutenção da vida rural. Inicia-se por este capítulo, que trouxe as primeiras informações que se tem sobre o universo rural, indicando ainda os objetivos, justificativas e que, em seguida, apresenta o bairro alvo desta investigação. O segundo capítulo consiste num resumo de discussões já realizadas por outros autores sobre a dinâmica do universo rural, considerando as suas denominações, organizações e orientações, trazendo a terra como elemento de importância para o agricultor e o desenvolvimento rural, os quais embasam o tema desenvolvido para esta pesquisa.

Em seguida, o terceiro capítulo apresenta a condução metodológica que leva a investigação das respostas de que precisa para compreender e apresentar os acordos, ajustes e estratégias em torno da posse e uso da terra. O quarto capítulo compreende a análise e discussões dos resultados do trabalho, apresentando o que foi descoberto durante o percurso metodológico realizado no bairro Peroba. Por fim, apresenta as considerações finais possibilitadas a partir dos dados obtidos, reunindo-os e, a partir deles, apresentando as respostas para os objetivos que este trabalho se propôs.

Indicados os caminhos que esta pesquisa segue, o próximo assunto dentro desta apresentação trata de esclarecer os conceitos sobre o que vem a ser um bairro e, à vista disso, o

que é o bairro rural, para assim, dar embasamento ao entendimento espacial, populacional e territorial deste tipo de localidade que se encontra nas regiões limítrofes de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, para então revelar dados estatísticos sobre o bairro Peroba, apresentando os primeiros contornos que caracterizam este espaço rural localizado na Serra da Mantiqueira, Sul de Minas Gerais.

1.2 O bairro rural da Peroba

Com todo o aparato de suas hordas guerreiras, não conseguiram as bandeiras realizar jamais a façanha levada a cabo pelo boi e pelo vaqueiro. Enquanto aquelas, no desbravar, sacrificavam indígenas aos milhares, despovoando sem fixarem-se, estes foram pontilhando de currais os desertos trilhados, catequizando o nativo para seus misteres, detendo-se, enraizando-se. No primeiro caso era o ir-e-voltar; no segundo, era o ir-e-ficar. E assim foi o curral precedendo a fazenda e o engenho, o vaqueiro e o lavrador, realizando uma obra de conquista dos altos sertões, exclusive a pioneira.

José Alípio Goulart, O Brasil do Boi

Esta pesquisa tem como cenário um bairro rural pertencente ao município de Itajubá, na Serra da Mantiqueira, no sul de Minas Gerais. Por tal especificidade, Rodrigues (1973, p.3) argumenta que se deva entender o bairro rural como “uma unidade espacial, de limites imprecisos, caracterizado pelo sentimento de localidade, sendo a área de referência do espaço mais amplo representado pelo município”. Como unidade espacial, o bairro pode abrigar mais que um grupo de vizinhança, os quais se integram no seio do grupo de localidade que lhes correspondem.

Referindo-se ao bairro Peroba, trata-se de um tipo de localidade bastante comum no Estado de Minas Gerais, cujas caracterizações, de acordo com o IBGE (1992; 2015) definem a maioria dos bairros rurais das mesorregiões localizadas nas e próximas às divisas dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, em que suas semelhanças são mais ou menos correlativas (IBGE, 1992; 2015).

Isto que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas denominou/determinou já o era feito na obra de Antônio Cândido (1968), em que o autor, ao reconstruir a história de vida do homem rural paulista, denominou esta região de Grande Paulistânia. Tratava-se de “certas porções do grande território escancarado pelas bandeiras e entradas das características iniciais do vicentino⁷ que se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português”, que, segundo Cândido (1968, p. 35), permitiu a formação e consolidação da “cultura caipira”.

⁷ Os vicentinos, também chamados de “paulistas” ou “portugueses”, mas não “brasileiros”, eram os bandeirantes que adentraram sertão adentro, a partir da capitania de São Vicente, atual estado de São Paulo, em busca de

A caracterização de um bairro rural, nesta Grande Paulistânia, mas que neste trabalho localizaremos e utilizaremos o sul de Minas, é definida como

[...] todo conjunto de casas e propriedades, suficientemente próximas para que se estabeleçam contatos sociais entre seus moradores. É um fragmento de comunidade rural em que existem certos tipos de parentesco ou de vizinhança, reforçados frequentemente pela existência da venda, capela ou escola e cujo raio de ação marca os limites do bairro (MULLER, 1966, p. 129).

Igualmente, Cândido (1968) destaca o sentimento de localidade e cooperação existente como compartilhados no território, considerando uma estrutura fundamental da sociabilidade, que é formada pelo agrupamento de algumas ou muitas famílias, e vinculada pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e por atividades lúdico-religiosas. Esse agrupamento de famílias é chamado de bairro, e é no mesmo bairro que se encontram o limite da cooperação e dos deveres (CÂNDIDO, 1968).

O que é bairro? - perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. - Entenda-se: a porção da terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras (CÂNDIDO, 1968, p. 65).

Os bairros rurais no sul de Minas Gerais, apesar de possuírem a essência apontada por Cândido (1968), possuem dinâmicas sociais distintas em relação a outros bairros do Estado, as quais podem ser medidas através de uma maior ou menor inserção dos fatores de influências externos (abrangência de políticas públicas, influência do Estado, costumes urbanos, mercado industrial etc.). Há autores que trataram o universo rural e o estudaram nas décadas de 1960, 1970 e 1980 e que perceberam, nitidamente, consideráveis transformações.

É o caso, por exemplo, de Moura (1978) e Seyferth (1985) que apresentam a questão do sistema de herança da terra para a reprodução social camponesa, e como o direito costumeiro prevalece sobre as prescrições do Código Civil, evitando a excessiva fragmentação das pequenas propriedades e a conseqüente ameaça para a reprodução desse campesinato. E, também, Martins (1998), Navarro (2001) e Wanderley (2003) que apresentam a relação que estas estratégias no meio rural têm com a incessante invasão do modo de vida urbano, assim como de novas formas de produção de sentido dentro de uma lógica de homogeneização cultural típica de um sistema capitalista globalizante. Podemos citar desde a forma como utilizam a terra, passando pelo número de filhos até a inserção de novas técnicas para os meios domésticos e agrícolas, em que aqueles auxiliam nas atividades do lar e estes usados para a lida no campo.

riquezas, sobretudo ouro e prata, mas que no Brasil possibilitou a conquista do interior do continente sul-americano e a captura de indígenas para a escravização (ELLIS JÚNIOR, 1936, p. 63).

Sigamos para o bairro que é alvo deste trabalho: a Peroba. Trata-se de uma localidade rural pertencente ao distrito de Lourenço Velho, também conhecido por distrito do Rio Manso, do município de Itajubá, localizado na região sul do estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 1948). O bairro, em linha reta, fica bem próximo à sede do distrito (Rio Manso), cerca de 5,4km, mas, usando as estradas, fica aproximadamente 29,8 quilômetros. Em relação à sede municipal, o bairro encontra-se 17 quilômetros distante, como apresentado na Figura 1. Está situado a mais de 1250 metros de altitude, na Serra da Mantiqueira, cercado pela Mata Atlântica, e acolhido por clima ameno na maior parte do ano, inclusive no verão, mas o inverno pode ser intenso em certos dias de julho.

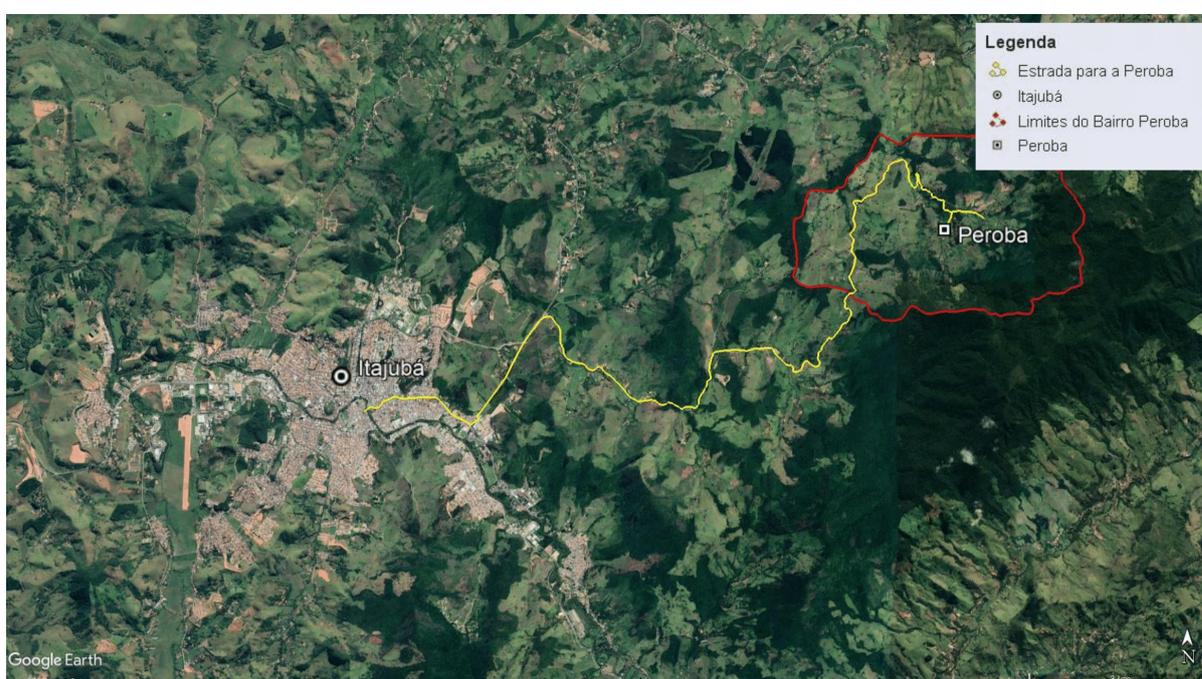


Figura 1 - Mapa da localização do bairro Peroba dentro do município de Itajubá.

Fonte: elaborada pelo autor através do Google Earth (2018).

O bairro recebeu esse nome porque antigamente existiam ali muitas árvores de peroba que foram extraídas para alimentar os carvoeiros que faziam parte da economia local há mais de oitenta anos (período aproximado, baseado em relatos de um morador nascido e criado no bairro), de acordo com as informações obtidas durante a pesquisa de campo. Há 50 anos a localidade era chamada de Fumaça Preta, nome que muitos moradores fazem questão de esquecer, ou mesmo nem mencionar, por questões identitárias, uma vez que os carvoeiros lembram trabalho duro, mal pago e desprestigiado.

Seus limites territoriais são desde a vertente que faz a divisa com a Reserva Florestal do município e com os bairros rurais da Ilha, da Serra dos Toledos, do Ano Bom e do Rio Manso, apresentados na Figura 2. Estes limites foram informados pelos moradores do bairro, uma vez que não existem documentos suficientes nos órgãos públicos que apresentem essa informação,

devendo ainda considerar que muitos documentos analisados não compreendem de fato a realidade observada, tratando-se de documentos antigos em que retratavam o bairro Peroba como uma extensão do bairro Serra dos Toledos. Devido à topografia, a interligação entre os bairros do distrito se dá por estrada de terra e, à sede municipal, acontece também por estrada de terra que acessa a Rodovia MGC-383 (Rodovia Itajubá-Maria da Fé) e adentra Itajubá, o que torna o acesso ao centro urbano mais rápido somente a partir deste ponto, pois entre o bairro e a rodovia, são 40 minutos de viagem.

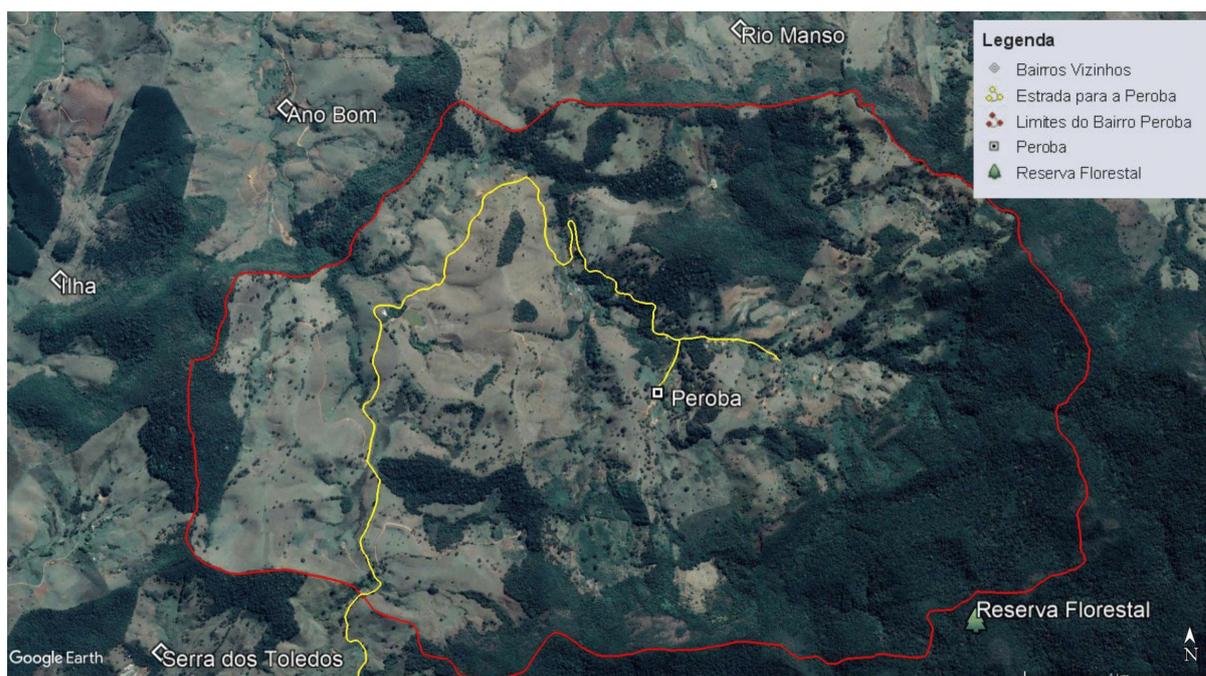


Figura 2 - Mapa dos limites territoriais do bairro Peroba.

Fonte: Google Earth (2018).

O bairro possui água em abundância, devido às inúmeras nascentes que brotam de seu território e que são usadas para abastecer o sistema hídrico de Itajubá. De acordo com Battiston (2019), cerca de 40% de toda água usada pelos itajubenses que vivem na área urbana vem das nascentes do bairro Peroba. O bairro também é atendido com energia elétrica e a maior parte dos moradores tem acesso à internet e serviços de telefonia celular, embora a rede convencional de celular funcione somente em determinados pontos. Uma vez ao mês, há visita de médicos que acontece na antiga escola infantil.

No bairro há grande presença de produção agropecuária predominantemente familiar e, economicamente, sua população vive da comercialização dos itens que são frutos dessa organização familiar, através da produção de alfaces, repolhos, brócolis, tomates, cenouras, bananas, couves, cebolas, laranjas, ervas entre outros, através do sistema de hortas, orgânicas ou convencionais, das agroindústrias e da criação de gado leiteiro para a venda de leite e queijos.

A comercialização desses produtos é realizada em feiras locais, supermercados, restaurantes, hotéis e através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Composto por 39 famílias, o bairro apresenta características de uma comunidade de parentesco, compartilhando um conjunto de memórias do passado, com fortes laços de cooperação, solidariedade, religioso e sobretudo laços de parentesco. Um bom exemplo sobre laços comunitários é a cooperação não no sentido de organização em torno de uma cooperativa, mas sim na necessidade de cooperar entre vizinhos nas atividades do campo, como a troca de dia de trabalho onde um ajuda na lavoura de outro e depois acontece a troca. O mutirão também é um outro exemplo em que os agricultores se juntam para realizarem a produção de compostos orgânicos para a lavoura ou quando surge a necessidade de reforma das casas, principalmente telhados, ou do centro comunitário.

Ainda, dentre esse número de famílias, há aqueles que são “de fora” e vivem ou frequentam o bairro a partir do momento que compraram fragmentos de terras de antigos moradores, os quais podem ou não ser considerados agricultores. Na Figura 3 pode-se observar a distribuição das casas pela paisagem da Peroba, representando a localização do espaço com o maior número de residências do bairro.

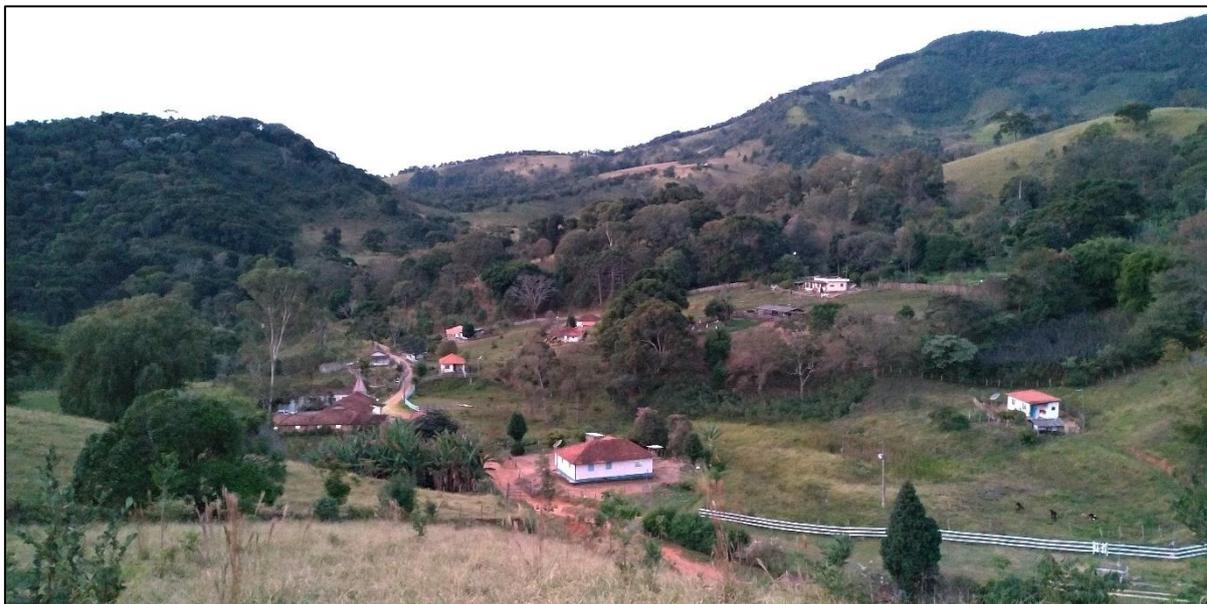


Figura 3 - Fotografia da disposição de moradias, relevo e flora local.
Fonte: arquivos de pesquisa/ elaborada pelo autor.

Outro aspecto marcante na localidade é a intensa religiosidade católica, representada por Santa Rita de Cássia, a padroeira da comunidade, homenageada no mês de março ou abril com novenas, missas e quermesses que ganham vida graças à atuação comunitária de seus moradores. O bairro possui uma igreja, que pode ser vista na Figura 4, considerada símbolo religioso e arquitetônico da localidade, em que todas as festividades acontecem tanto em torno

do calendário litúrgico quanto para outros eventos que corroboram para arrecadação de fundos usados para a sua manutenção. A missa é o principal evento que proporciona o encontro entre os moradores do bairro, a qual acontece todo penúltimo domingo de cada mês. A Figura 5 apresenta a missa realizada no domingo de 23 de junho de 2019.



Figura 4 - Fotografia da Igreja de Santa Rita de Cássia: símbolo religioso do bairro.
Fonte: arquivo do Núcleo Travessia



Figura 5 - Moradores reunidos para a celebração da missa dia 23 de junho de 2019.
Fonte: arquivos de pesquisa/ elaborada pelo autor.

2 UM OLHAR SOBRE O RURAL

2.1 O Rural

O camponês trata das leiras, mantém em forma as vacas, paga impostos, faz filhos pra poupar criados e está dependente do preço do leite. Os da cidade falam do amor ao torrão da sadia cepa campesina e que o camponês é o fundamento da Nação.

Bertold Brecht

Neste capítulo, busca-se apresentar as representações, organizações e orientações que explicam o universo da produção material (no sentido agrícola: produção de leite, aves, legumes, verduras, queijos, ervas etc.) e da reprodução social do meio rural - meios e mecanismos de permanência no espaço rural e reprodução da estrutura camponesa - para, assim, compreender e entender a realidade de seus moradores, suas estratégias de manutenção e/ou ampliação da terra e sua configuração rural/camponesa.

Assim, neste capítulo, “representações” referem-se aos nomes, terminologias, caracterizações, evidenciação de particularidades e conceitos específicos que explicam a realidade vivida pelos moradores do universo rural e que trazem, também, explicações sobre as especificidades do mundo em que estão inseridos, revelando identidades, condição e enfrentamentos através de manifestações teóricas.

As “organizações” tratam das formas como dividem o trabalho, relacionam-se com a terra, formam suas famílias e estruturam as obrigações e objetivos na unidade de produção familiar. Estas organizações se aproximam dos ajustes resultantes dos acordos e estratégias assumidos para solucionar algum problema ou demanda surgidos de alguma pressão ou necessidade. Nesse sentido, o termo “ajuste” não significa “planejamento”, mas “resultado”, sobre o qual compõe a configuração do arranjo rural.

As “orientações” tratam da moral camponesa e suas regras, acordos e estratégias que buscam conciliar, ou não, às mudanças impostas de fora da área rural. A organização e a orientação são termos indissociáveis e correlacionados, o que significa afirmar que a organização do espaço rural assume certa característica a depender da orientação que venha a se estabelecer. Assim, busca-se destacar as regras que orientam a vida no campo e dão estabilidades à organização do dia a dia do agricultor.

Orientações e organizações são, de uma forma geral, apresentadas como arranjos que permitem que a vida no meio rural esteja dentro de uma lógica que assegura o domínio sobre a natureza e a coesão social, garantindo a dinâmica camponesa, a manutenção da terra, dos saberes, da família e do trabalho. Este aporte teórico inicial ajuda a tratar o tema da posse e do uso da terra para entender sobre sua crucialidade para a vida no universo rural.

2.1.1 Representações: sobre o universo rural e seus habitantes

Quem é o camponês? No Brasil, chamamos de camponês ou agricultor familiar? Quais termos condizem com o processo histórico e realidade brasileira? Essas perguntas pairam sobre aqueles que, pela primeira vez, se debruçam ao analisar e compreender o universo rural e, para esta pesquisa, não foi diferente. Estas denominações devem ser compreendidas no espaço e tempo em que foram determinadas e empregadas, considerando como os sujeitos deste universo se identificam e como são conceituados por aqueles que se dedicam a estudá-los.

Uma boa explicação para essa questão sobre as denominações está, por exemplo, na experiência de pesquisa do antropólogo Eric Sabourin (2009), quando, ao iniciar sua investigação em território brasileiro, se deparou com muitos questionamentos sobre como deve ser analisada a realidade das pessoas que vivem no espaço rural do país.

Quando cheguei ao Brasil após uma experiência de dez anos junto a comunidades indígenas e camponesas dos Andes (Bolívia, Peru) e da África negra (Guiné Bissau, Níger, Angola), fui aconselhado a esquecer tudo da noção de comunidades camponesas. Por isso, tardei a mobilizar as categorias sociais e antropológicas que havia utilizado antes; além do mais, a temática do campesinato tinha sido, aparentemente, resolvida pela universidade brasileira durante os anos 1980. Aliás, minhas leituras tinham me convencido de que iria me deparar com trabalhadores rurais assalariados (ou sem-terra) ou com pequenos proprietários mestiços completamente integrados ao mercado capitalista e à sociedade global. Pois não era nada disso. As comunidades rurais, incluindo-se aquelas de que pude acompanhar a constituição, conservavam características camponesas fortes, no sentido dado por Wolf e Mendras. Assim, examinei a hipótese da manutenção de lógicas camponesas, que acabou sendo validada em vários casos, sobretudo no Nordeste. Todavia, o caráter camponês destas comunidades rurais é apenas parcial, sendo por sua vez sujeito a evoluções [...] porque integra características como uma articulação parcial com mercados incompletos, a importância da economia doméstica, o interconhecimento, ou ainda, a dependência do poder local (SABOURIN, 2009, p. 1-2).

Para Sabourin (2009), a existência de uma classe denominada camponesa corresponde aos agricultores excluídos do pacto político; em outros termos, os sem-vozes, os invisíveis. Assim, busca-se, nesta primeira abordagem, evidenciar as particularidades do que significa “ser camponês”. Por exemplo, para Margarida Moura, o camponês é definido como aquele que,

[...] vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de ciência (MOURA, 1988, p. 09).

No sentido mais estrito, camponês é o cultivador rural e, provavelmente, a caracterização mais completa sobre ele se deve a Eric Wolf (1976), quem declara se tratar do sujeito que

[...] cultiva e cria gado no campo e não em estufas construídas no centro da cidade ou em canteiros de lírios em peitoris de janelas, mas ao mesmo tempo não pode ser chamado de fazendeiro ou empresário agrícola, pelo menos no sentido em que são conhecidos nos Estados Unidos. A fazenda estadunidense é fundamentalmente uma empresa de negócios para obtenção de lucro. O camponês, entretanto, não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa. E para que não se confunda o camponês com povos primitivos, uma vez que estes últimos também plantam e criam gado, a forma de responder esta questão é a que diz que os camponeses fazem parte de uma sociedade mais vasta e complexa e que exige do camponês que o excedente de sua produção seja transferido para as mãos de um grupo dominante, constituídos pelos que governam, que o utiliza para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços. Nas sociedades primitivas, os excedentes são trocados diretamente pelos grupos ou por seus membros (WOLF, 1976, p. 15-16).

Desta forma, podemos entender que o camponês aparece como um sujeito que se relaciona com a natureza e, ao se considerar como parte dela, se insere num processo de coevolução que configurou um modo de uso e uma forma de manejo dos recursos. Portanto, o que se pode considerar é que quando o próprio camponês é parte da evolução da natureza, simultaneamente, o seu processo de evolução é constituição da evolução da própria natureza. Há um entrelaçamento das relações camponês/natureza. Neste sentido, tal condição coloca o camponês em uma categoria histórica, que tem em si uma capacidade particular de saber manter as bases de sua reprodução biótica e dos recursos naturais (GUZMÁN e MOLINA, 2013).

Em termos quantitativos, de acordo com Ploeg (2008), os camponeses são a maior parcela da população agrícola do mundo e sua contribuição é indispensável para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral. Contribuição que, em condições de crise econômica e financeira global que se combina com crises alimentares periódicas, possibilita o modo de produção camponês ser valorizado como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais (PLOEG, 2008).

O lugar que os camponeses ocupam na sociedade está relacionado à condição camponesa, baseada no modo de produção camponês. A condição camponesa consiste na busca por autonomia e progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2008, p.96).

Pertencendo à uma classe que luta por autonomia, e da qual é inerente, sua luta tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos etc.). A partir desta orientação, encontramos a "condição camponesa" e esta pode ser entendida, além de uma luta contínua pela autonomia, como uma busca pelo progresso em um mundo caracterizado por relações de dependência, marginalização e, muitas vezes, agressivas e por níveis frequentemente elevados de privações. É neste sentido que tal condição, segundo Ploeg (2008), assume, no contexto dos dias atuais, dez características fundamentais, e são elas:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p. 39-40).

Esta caracterização pode nos dar uma definição ainda mais atual sobre o camponês e sua agricultura: baseia-se fundamentalmente no uso sustentado do capital ecológico, sendo orientada para a defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses. Uma das principais características desse tipo de agricultura é, frequentemente, as muitas funções que assume, sendo a mão-de-obra fundamentalmente familiar - ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade - e pertencendo as terras e outros meios de produção essenciais também à família, a produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família - o sustento (PLOEG, 2008).

Essa condição camponesa diz respeito à posição do campesinato na sociedade como um todo e, a partir desta dimensão, flui para uma especificação do “modo camponês de fazer agricultura” (PLOEG, 2008, p. 60). A posição específica do campesinato na sociedade em geral tem implicações importantes para a forma como os camponeses fazem a agricultura. De acordo com Ploeg (2008), a condição camponesa se traduz numa organização distinta aos processos agrícolas de produção e reprodução patronal. É a partir da expansão da lógica capitalista no universo rural que os camponeses se tornam mais conscientes sobre as categorias que

organizam a sua ética camponesa e, assim, a campesinidade se apresenta como um projeto de vida, em oposição à situação capitalista.

Esta oposição se refere à lógica capitalista que afeta a forma de organização da produção e as relações sociais tradicionais, com a diminuição do espaço camponês até chegar ao extremo da expulsão desses trabalhadores para a cidade, e as dificuldades por eles enfrentadas em decorrências dessas mudanças (MARQUES, 2003). No Brasil, a representação maior dessa presença capitalista no espaço rural está na Revolução Verde, projeto implantado no país nos anos 60 e 70 e que visava estimular a mudança na base técnica adotada para produzir no campo à lógica de produção capitalista e provocou sérias mudanças no meio rural.

Diante dessa presença modernizante, de modo geral, se assumia que o campesinato desapareceria, principalmente em espaços onde o projeto de modernização capitalista tem sido bem-sucedido. Segundo as visões modernista e marxista, os camponeses teriam sido convertidos em empresários ou em proletários (PLOEG, 2008, p. 34), mas, aqui, não se trata de aprofundar nos conceitos dessa discussão, mas indicar que existe tal ideia em circulação. O importante é apontar que, diante às influências externas sobre o universo rural, os indivíduos que se mantêm no campo são alvos de variadas pressões externas⁸.

Quando, por exemplo, ações externas, sobretudo do Estado, conseguem promover um melhor nível de vida e garantir acessos a bens (rádios, fogão a gás, bicicleta, televisão etc.), isto promove uma maior inserção deste indivíduo na sociedade de consumo, implicando também uma crescente integração aos valores da sociedade moderna e possibilitando conciliar novas práticas ou ferramentas àqueles saberes herdados (WOORTMANN, 2004).

O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro não o organiza. De acordo com Marques (2003), a sobrevivência do campesinato em nossa sociedade é devido à sua integração ao mercado e à economia capitalista, porém, a produção camponesa é recriada e reorganizada em diferentes situações sempre que a territorialização do capital no campo se mostra pouco atraente, como no caso da produção de alimentos para o mercado interno.

O capital não tem capacidade de organizar o universo rural, pois existe uma campesinidade que dá sentido à vida do camponês. De acordo com Brandão (2004), trata-se de uma essência do ser rural que ainda sobrevive naqueles que migraram ou naqueles que se

⁸ Essa discussão marxista sobre o campesinato é feita, primeiramente, por Kautsky, em *Questão Agrária* e, como se trata de obra complexa e que demanda tempo para uma análise mais profunda, a perspectiva e análise de Ploeg (2008) trazem embasamento necessário para suprir a demanda teórica sobre esse assunto para este trabalho.

adaptaram às novas técnicas de produção no campo. Para o autor, trata-se da tradicionalidade rural que existe em nós. Não só naqueles que se dedicam a investigá-lo, mas nas pessoas, de alguma maneira, que têm no campo um modelo de um ser humano excelente. Isto porque há uma visão de que tal lugar é referência de vida cuja ética, estética, modo de viver deveriam ser seguidos (BRANDÃO, 2004)

De acordo com Brandão (2004), há nas literaturas, de Hesíodo a Guimarães Rosa, por exemplo, um ser confiável, um alguém que preserva e reproduz ao longo das eras e por toda parte uma maneira de viver, de pensar, de sentir, de se relacionar com a natureza, que nos serviria de modelo, que humanizaria a sociedade. É o que se pode chamar de campesinidade, ou *ethos* de campesinidade, que está presente em todos nós. Vê-se sinais desta campesinidade nas músicas populares sertanejas - a moda de viola -, na literatura popular ou da literatura que fala do popular.

No Brasil, o camponês soube conciliar suas dinâmicas tradicionais às novas técnicas de produção no campo sem perder, de fato, sua essência campesina e, a partir daí, podemos determinar a segunda denominação sobre a qual se debruça esse capítulo, que é a agricultura familiar. Trata-se de conceito centrado no “modo camponês de fazer agricultura”, uma vez que se direciona às formas múltiplas e internamente coerentes sobre como os camponeses determinam o processo agrícola de produção centrado na condição camponesa e influenciados pelo processo modernizador do campo (MARTINS, 2001).

O agricultor familiar surge entre a dualidade “camponês” e “agronegócio”, surgido nos debates acadêmicos entre 1960 e 1970, quando da modernização do campo brasileiro, mas visibilizado a partir do advento do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Até então, vem se discutindo o significado do próprio termo “agricultura familiar”, que para Wanderley (2003) pode ser conceituado como uma reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento; um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade, de se integrar aos mercados modernos. O fato é que ainda há um distanciamento do camponês, ou do agricultor familiar, dos complexos modelos econômicos atuais (WANDERLEY, 2003; MARTINS, 2001; ABRAMOVAY, 1992).

Neste sentido, o agricultor familiar não é um sujeito subalterno que resiste dentro do capitalismo, e sim um sujeito que se integra a ele, cuja adequação aos princípios capitalistas é a condição para a existência do campesinato (ABRAMOVAY, 1992). Para Fernandes *et al* (2009), é necessário avançar no sentido de não definir os agricultores familiares como atores sociais avessos aos mercados, ou supor que estes lhe seriam prejudiciais ou destruidores do seu

modo de vida. Neste viés, os debates acerca da inserção destes agricultores nos mercados atuais devem considerar que o modo camponês, de forma alguma, está associado à “aversão ao mercado” pois a “condição camponesa” está baseada na capacidade de construir novas e diferenciadas relações mercantis, como a inserção de estratégias de resistência ou aceitação, tanto pelos mercados alternativos, quanto pela sucessão familiar em torno da terra.

Nesse sentido, podemos afirmar que o conceito de agricultura familiar se torna pertinente para a compreensão do sujeito social a que estamos nos referindo. Mesmo sendo uma identidade “atribuída”, como afirma Wanderley (2003, p.58), na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores, diferentemente de outras denominações impostas de fora como por exemplo, agricultor de baixa renda ou pequeno produtor. A denominação “agricultor familiar” aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultura no próprio processo de desenvolvimento. O que se espera, e isso é muito importante, segundo Wanderley (2003, p. 58), não é propor uma outra denominação em substituição à que se difundiu no Brasil, mas de “tentar ‘recheiar’ tal categoria com o seu conteúdo histórico e sociológico”.

É necessário entender o agricultor familiar e sua organização dentro de outra realidade, a do século XXI. Por isso, Ploeg (2008) torna público a interação destes atores sociais dentro de um contexto dinâmico, conflitante e desafiador. Deste modo, focaliza-se a posição, o papel e o significado do campesinato particularmente em relação aos mercados agrícolas e às indústrias agroalimentares, o que o autor convencionou chamar de impérios alimentares. Estes novos impérios são, entre outros, as firmas transnacionais que praticam um capitalismo selvagem particularmente agressivo, inclusive nos países industrializados, e predador de recursos naturais. Podemos perceber esta atuação ao ver, por exemplo, as relações das grandes centrais de compra das redes de hipermercados com os agricultores (PLOEG, 2008).

O foco nesta questão está em torno da explicação de Ploeg (2008) sobre como o campesinato está longe de desaparecer diante das influências globalizantes. Tal conclusão é apresentada quando o autor explica que as agriculturas familiares encontradas no Hemisfério Sul e Norte, quando postas frente a frente à dependência crescente de mercados globalizados, adotam ou ressignificam formas de resistência ou de distanciamento da lógica produtivista capitalista (PLOEG, 2008).

São essas diferentes práticas de resistência que caracterizam, segundo o autor, um processo de reconstrução do campesinato ou, como apresentado acima, a *recampesinização*, inclusive em países europeus industrializados, onde as sociedades camponesas tais como descritas por Eric Wolf (1976) têm desaparecido. Porém, por outro lado, Ploeg (2008) considera

que esse processo constitui uma das alternativas às crises econômicas, sociais, alimentares e ecológicas as quais conduzem a globalização capitalista dos mercados e dos sistemas de produções agrícolas.

2.1.2 Organização camponesa: terra, trabalho e família

A economia camponesa, para ser analisada, necessita de um conjunto de conceitos específicos, bem como ser tratada fora da ótica capitalista. Chayanov (1986) através de levantamentos estatísticos realizados na Rússia, buscou explicar a racionalidade e as particularidades da produção camponesa, que tem como objetivo básico garantir a satisfação de suas necessidades - que é a motivação do trabalho -, e não a realização do lucro, por isso não pode ser considerado uma forma incipiente de capitalismo. O autor não parte, assim, do princípio da subordinação dos camponeses à dominação capitalista; ele parte da necessidade de consumo, da sobrevivência da família para entender o trabalho camponês, e independe do sistema econômico em vigor.

O núcleo de sua teoria é o balanço (equilíbrio) entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho. Para Chayanov (1986) existe um ponto no qual o camponês deixa de trabalhar, porque ir além desse limite só lhe permite a satisfação de necessidades “marginais”, e o objetivo do camponês é a subsistência, e não uma taxa de lucro. Numa economia capitalista, por exemplo, a força de trabalho pode ser definida, de maneira objetiva, sob a forma do capital variável e suas combinações com o capital constante, determinando a obtenção de uma taxa normal de lucros, existente na sociedade⁹. Já, no universo camponês, Chayanov (1986) diz que o trabalho de base familiar é a única condição possível para a obtenção de recursos, porque não existe a ocorrência dos salários e, por este motivo, também está ausente o interesse capitalista do lucro.

Para Chayanov (1986), a problemática de tal assunto está em torno de determinar que artifícios estão por trás do trabalho familiar de uma unidade de produção camponesa, já que não segue a mesma ótica capitalista. Para entender, é preciso analisar como os camponeses se organizam e se orientam, revelando que organização e orientação são categorias indissociáveis

⁹ Capital constante e capital variável são conceitos utilizados por Karl Marx, em seu livro *O Capital*, onde é colocado que capital constante é a parte do capital que se transforma em matérias primas, em matérias auxiliares, isto é, em meios de produção; e capital variável corresponde à fração do capital que é dispendida na compra da força de trabalho (salários) e é responsável pela reprodução ampliada do capital (MARX, 2012).

para a análise do universo camponês. Assim, de um lado está a relação existente entre os que trabalham e os que não trabalham, direta ou indiretamente, a terra, configurando um modo de organização, e de outro o próprio trabalho, considerado uma orientação, o qual dá sentido à vida camponesa (CHAYANOV, 1986).

Para detalhar, primeiramente, a organização da vida camponesa, podemos considerar a teoria de Chayanov (1986) que nos dê mais recurso de compreender tal universo: a “diferenciação demográfica”, onde a produção camponesa se ampliava ou contraía de acordo com o número de consumidores da unidade de produção. Trata-se do balanço trabalho-consumo, ou equilíbrio consumidores/produtores, ponto central do objeto de estudo de Chayanov (1986), em que a expansão dos cultivos está pautada no número de consumidores, ou seja, o trabalho serve às demandas necessárias à manutenção da família e não à produção de valor. Isso quer dizer que a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular, conhecida por diferenciação demográfica. *“El volumen de La actividad de La familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores”* (CHAYANOV, 1986, p. 81).

Diante à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar,

“Si em la unidad de explotación no se há alcanzado aún el equilibrio básico, son todavía muy acuciantes las necesidades insatisfechas, y la familia que explota la unidad se encuentra muy estimulada para extender su trabajo y buscar nuevos cauces para su fuerza de trabajo aun aceptando un bajo nivel de retribución” (CHAYANOV, 1986, p. 92).

Se as atividades não agrícolas, em determinado momento, oferecem ganhos superiores à produção agrícola, a mão de obra familiar migra para essa direção, para alcançar o equilíbrio interno de forma mais rápida. Essa estratégia também se associa a uma outra questão relevante no que diz respeito ao equilíbrio consumidores/produtores: a variabilidade ao longo do ciclo de desenvolvimento de cada grupo doméstico. Durante um certo período, a proporção consumidores/produtores aumenta para, a partir de certo momento, começar a diminuir. Nos primeiros anos da família, em que os filhos vão nascendo e não podem trabalhar, essa relação é grande, há mais consumidores do que produtores. Na medida em que os filhos vão crescendo e começam a trabalhar, a relação diminui (CHAYANOV, 1986).

É a partir deste tipo de raciocínio que Chayanov (1986) interpreta, por exemplo, o fato de que a cada diminuição de preços dos produtos se seguia um aumento da produção. Isso significa que, diante deste cenário,

[...] excluyendo los años con situación de mercado favorable, los cultivos intensivos que exigen mucha fuerza de trabajo generalmente proporcionan

uma remuneración menor que los extensivos. Por lo tanto, las unidades económicas campesinas se vuelcan a cultivos intensivos sólo cuando, por la concentración de la tierra, no pueden cubrir sus demandas en las medidas necesarias, con una remuneración óptima y tampoco tienen oficios no agrícolas provechosos (CHAYANOV, 1986, p 127-128).

Esse tipo de resposta que os camponeses davam a tal fenômeno era, por assim dizer, tipicamente não capitalista, pois aumentavam o trabalho/produção para manterem uma remuneração total satisfatória para o equilíbrio de suas demandas (CHAYANOV, 1986). Dentro da lógica capitalista, uma empresa reduziria a produção quando houvesse uma queda dos preços para que este viesse a aumentar (ALBERGONI, 2015), mas no universo rural, tal estratégia visava satisfazer as necessidades de seus consumidores. Esta redução de preços, em uma família em que seus consumidores são maiores que os produtores, por exemplo, acarretaria um aumento de trabalho, ou seja, os camponeses, para aumentar sua produção deveriam aumentar a área produzida (mais terras), o que provocaria mais tempo de trabalho. Podemos afirmar ainda que as demandas sobre a terra, ou seja, sobre o que a terra deve produzir, estão intrinsicamente ligadas ao tamanho da família. Isso significa que se a família é grande, há necessidade de uma produção maior para atender as necessidades de acordo com a configuração familiar (CHAYANOV, 1986).

Segundo Chayanov (1986), a propriedade camponesa produz de acordo com as necessidades dos variados membros da família. De acordo com o autor, o trabalho há de ser mais intenso ou menos intenso segundo a configuração familiar: se há mais crianças, mulheres gestantes, doentes, idosos o trabalho há de ser mais árduo para aqueles que estão aptos ao trabalho, como os adultos e adolescentes, por exemplo, e/ou a prosperidade da família tende a ser pior; se há mais adultos e adolescentes ativos, o trabalho há de ser menos árduo e/ou a prosperidade da família é maior.

O aumento da produtividade do trabalho camponês se deve à pressão exercida pelas necessidades do consumo familiar. Nesse sentido, a lógica da organização da unidade econômica camponesa está baseada na racionalização entre quantidade e qualidade de terra, força de trabalho e capital. Mesmo quando as unidades familiares se encontram em situação de intensificar o capital, a ampliação dos meios de produção (máquinas, equipamentos) só será feita observando o equilíbrio no balanço trabalho-consumo, ainda que possa parecer vantajoso determinado investimento, isto porque o camponês não trabalha com a perspectiva capitalista de valorização do capital, isso nem é um estímulo neste universo. Há momentos em que o uso de máquinas não possui significado para a família camponesa, mesmo facilitando o trabalho e

liberando mão de obra, principalmente quando a mão de obra não pode ser utilizada em outras ocupações (CHAYANOV, 1986).

A combinação entre esses recursos - quem trabalha – e os meios de produção - terra e ferramentas de trabalho – é mediada por uma dimensão “subjetiva”, própria deste tipo de economia: a intensidade do trabalho, ou seja, o grau de auto-exploração da força de trabalho da família. Desta forma, é importante determinar o ponto no qual o camponês deixa de trabalhar, e que ir mais além significa um grau de exploração da sua força de trabalho que só lhe permite a satisfação de necessidades que são culturalmente definidas como marginais dentro de suas necessidades primordiais (WOLF, 1976).

Diante dessas operações e transações econômicas do camponês, segundo Wolf (1976), podemos determinar que a subsistência de uma família camponesa não pode ser definida somente pela produção de alimentos para o consumo, ou seja, para o mínimo calórico. Trata-se de refletir que o universo rural também considera o trabalho da terra para a formação de uma porção para a manutenção de seus instrumentos de produção.

Os cultivadores não precisam apenas consumir um mínimo de ração calórica; deverão também providenciar alimentos acima deste mínimo, para conseguir um número suficiente de sementes que possibilitarão uma boa safra no ano seguinte, assim como de alimentos adequados para o gado [...]. Esse montante não pode ser considerado como excedente, uma vez que se destina à manutenção dos instrumentos de produção [...]. Os gastos necessários para a restauração desse equipamento mínimo, tanto para a produção como para o consumo, eram o seu fundo de manutenção. (WOLF, 1976, p. 18-19)

Produzir além do mínimo calórico necessário e do nível exigido pelo fundo de manutenção ocorre somente quando existem regras ou incentivos sociais nesse sentido. Trata-se do que Wolf (1976) chama de excedente social, necessário para manter relações sociais com seus pares, por exemplo, em torno do casamento, do funeral, a manutenção da ordem que garante certas regras de conduta para manter a vida possível e tolerável. Portanto, se os homens têm pretensões a participar das relações sociais, deverão trabalhar para a criação de um fundo visando às despesas por tais atividades (WOLF, 1976).

Embasando esta teoria, Chayanov (1986) explica que o camponês define, subjetivamente, um balanço entre necessidades que podem ser tanto de ordem biológica, como é o caso da alimentação e vestuário, como também aquelas impostas social ou economicamente ao grupo familiar. Estas últimas são revérberos da sua integração ao circuito econômico externo e, nesse caso, a aquisição de bens duráveis e o pagamento de encargos públicos passam a fazer parte do consumo familiar (CHAYANOV, 1986).

Ploeg (2008) explica que a condição camponesa se caracteriza pela luta por autonomia, que encontra sua expressão mais acabada na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerenciada e associada às formas sustentáveis de desenvolvimento. Neste sentido, o autor argumenta que o modo camponês de fazer agricultura difere fundamentalmente do modo empresarial e industrial (PLOEG, 2008), mas é através do modelo teórico de Chayanov (1986), que o universo rural pode ser entendido como uma análise microeconômica interna das unidades camponesas, diferenciando do modelo industrial, empresarial e capitalista.

2.1.3 Orientações: uma ordem moral camponesa

Existem elementos que orientam a vida do homem do campo e estão enraizadas ao seu modo de vida, dando fundamentação à leitura de mundo e da realidade de seu lugar. Entende-se modo de vida camponês enquanto um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral a qual tem como valores elementares a família, o trabalho, a terra (MARQUES, 2003, WOORTMANN, 1990) e a liberdade (WOORTMANN, 1990). Trata-se de um modo de vida tradicional, construído a partir de relações pessoais e sem intermédios, estruturada em torno da família e de vínculos de solidariedade e unificados por um sistema de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade.

Ao escrever sobre o universo rural, Woortmann (1990), abre mão da investigação do ponto de vista econômico, aquele em que as reflexões realizadas sobre o campesinato consolidam uma perspectiva teórica economicista da organização do universo rural, considerando o camponês frequentemente em um “*homo economicus*”, uma vez que o modo de produção agrário tradicional, sob a ótica destas análises, identifica este segmento da sociedade como um modo de produção com suas bases subordinadas ao modo de produção dominante do capital.

O que Woortmann (1990) faz é apoiar-se sobre uma análise profunda acerca da presença de uma ética no campo. Isso implica investigar a subjetividade do ser social em questão, buscando conhecer os contornos dos comportamentos dos indivíduos compostos por uma moral como parte integrante da ética compartilhada pelo campesinato. Desta maneira, o panorama sobre a interpretação de cultura na qualidade de valor moral não elimina a análise do universo rural sobre o aspecto econômico, mas concomitantemente, indica que o “*homo economicus*” e o “*homo moralis*” integram um mesmo sujeito que não pode ser tratado exclusivamente pelo ponto de vista econômico (WOORTMANN, 1990).

A terra, como elemento moral desta campesinidade, é entendida, de acordo com Marques (2003) e Woortmann (1990), como um patrimônio de onde se retira o fruto do trabalho, que assegura o sustento da família e das gerações seguintes, por isso, do ponto de vista dos camponeses, o uso - trabalho - da terra não é percebido enquanto um elemento que contribui para um determinado resultado de produção, mas como a manifestação de uma moral, reconhecida no contexto por valores éticos. Neste sentido, o trabalho, no que lhe concerne, se configura como parte essencial da força de trabalho familiar, recurso que, em conjunto com a terra, assegura a alimentação de todos os constituintes da família (WOORTMANN, 1990).

No universo rural, a relação terra e trabalho tem uma conotação bíblica, pois se Deus deu a natureza para o homem, este deve trabalhá-la, e por este motivo, é pelo trabalho que se tem direito à terra, e esta, considerada patrimônio de uma família, pode ser transmitida para os filhos (MARQUES, 2003). É pelo trabalho, e pelo saber que o orienta, que se é “pai de família”, e este status implica também a transmissão da terra e do saber que gerencia a propriedade familiar para a manutenção e continuidade do trabalho na terra e da vida rural. A família é entendida, além de uma unidade de produção, também como núcleo alicerce de uma particularidade social camponesa que se desenvolve naturalmente, ou seja, elemento estruturante e socializador de seus integrantes (WOORTMANN, 1990).

O valor “liberdade”, segundo Woortmann (1990) é conferido ao caso de um camponês não se submeter ao domínio de outro, ao ritmo ou às condições de trabalho de outra pessoa. Ao ter a posse de uma porção de terra, o camponês retira o seu próprio sustento e isto significa também livrar-se da condição de assalariado, da sujeição, da humilhação, do cativo que se estabelece e, neste sentido, podemos tomar esta orientação para a definição do valor “liberdade” (WOORTMANN, 1990).

Esses valores morais que direcionam ações e orientam desejos, estratégias, ajustes e acordos para viabilizar a manutenção da vida no universo rural são compartilhados pelos moradores deste espaço e constituem-se, de acordo com Woortmann (1990), em um “*ethos*” camponês. Estes valores compartilhados tendem a ser em menor ou maior grau dependendo do espaço e do tempo, e podem permitir ao agricultor ter uma dupla concepção da realidade inclinando-se à ética campesina ou à concepção mercadológica capitalista (WOORTMANN, 1990).

Para melhor entender essa lógica, Woortmann (1990) utiliza o exemplo do sitiante que busca recobrir seu sítio com pasto com a intenção de agregar valor dentro do mercado de terras e a partir da venda da sua propriedade poder comprar mais terras e assim ter o que deixar para os seus filhos. Neste caso, o sitiante atua em uma lógica mercadológica, porque busca valorizar

o seu meio de produção para conseguir mais terras, porém com o objetivo moral de buscar a manutenção de sua família no campo. O autor indica que acordos, ajustes e estratégias aparentemente semelhantes podem ter justificativas distintas: justificativas econômicas ou de ordem socio-tradicional.

Dentro dos sistemas agrícolas camponeses, esta ética, estética e modo de viver rural são percebidas para além dos sinais de campesinidade, uma vez que estes sistemas estão envoltos na relação entre o homem e a natureza e que expressa não apenas relações técnicas, mas também princípios morais (BRANDÃO, 2004). Ellen Woortmann (2004) esquematiza um triângulo de relações recíprocas entre “Deus, homem e a terra”, onde é percebido uma relação moral dos homens com a terra e entre os próprios homens.

Tais elementos existentes na relação homem e terra podem ser percebidos no trabalho do homem quando implicam respeito para com o preparo da terra (e a natureza em geral), esperando os alimentos que ela é capaz de produzir, sem exigir esforço ou corrigindo algo que insinuasse erro da natureza. O trabalho da terra é o de fazer nascer e crescer a planta e o trabalho do homem entra para prepará-la. É esta relação moral que tende a corresponder como um *ethos* camponês (BRANDÃO, 2004; WOORTMANN, 2004).

O *ethos* existente na relação Deus e terra pode ser percebido quando do cair da chuva ou do castigo da seca e ambos os fenômenos ocorrem de acordo com a conduta do homem para com Deus e isso implica resultados positivos ou negativos na colheita. Este *ethos* religioso traz sentido à vida camponesa, pois é Deus quem oferece a terra e a obrigação do homem é trabalhá-la e ser grato à oferta divina. O castigo, em forma de má colheita ou de seca severa, é resultado de uma possível quebra de acordo entre homem e Deus. Exigir demasiado esforço da terra ou desequilibrar a ordem natural das coisas são uns dos exemplos da quebra deste acordo (WOORTMANN, 1990).

A configuração familiar e as necessidades que possuem determinam uma série de estratégias ligadas à produção material e à reprodução social. Sobre a produção material, Ellen Woortmann (2004), ao realizar levantamento dos sistemas agrários dos sítiantes de Sergipe, identificou sistemas de consorciamento que expressavam relações técnicas e morais com a natureza. Na produção material, as plantas podem ser consorciadas de acordo com a classificação, a qual está ligada à cosmologia dos sentidos e percepções, e podemos entender da seguinte forma: as plantas, assim como outros elementos, basicamente, são classificadas nas oposições “quentes” e “frias”, “fortes” ou “fracas” (WOORTMANN, 2004).

Para o universo camponês, tudo na natureza de Deus, ou é quente ou é frio, e essa oposição não tem conotação térmica, mas diz respeito à natureza das plantas, dos solos, dos

alimentos, do corpo humano, e prevê o princípio do equilíbrio, tornando-se um fundamento cognitivo que permite a leitura da natureza e do mundo. Por isso, plantas classificadas como quentes não podem ser usadas por pessoas idosas ou doentes, estas consideradas como “frias”. Não se pode plantar lado a lado duas plantas quentes, mas combinar entre uma planta quente e outra fria. Equilibrar. Proporcionar o equilíbrio, de acordo com Woortmann (2004), é realizar o consorciamento.

Esta ordem moral serve para definir também os solos e, indo além, definem o corpo humano e as doenças, considerada parte de uma cosmologia que dá inteligibilidade ao mundo. Essa matriz cognitiva que organiza o mundo camponês, de acordo com Ellen Woortmann (2004), é derivada da tradição grega codificada na teoria dos humores de Hipócrates, que inclui também a oposição “seco” e “úmido” e serviram também para classificar os povos. São classificados como quentes, por exemplo: dentre as plantas, o feijão; dentre o solo, os argilosos; dentre o corpo humano, os adultos; dentre as carnes, a de caça, a de porco, a de gado. São classificados como frios, por exemplo: dentre as plantas, o arroz; dentre o solo, os arenosos; dentre o corpo humano, os idosos; dentre as carnes, a de frango, a de peixe.

Neste sentido, a configuração familiar e as necessidades do grupo familiar camponês devem considerar este parâmetro de classificação das coisas para a produção material e reprodução social, uma vez que a sucessão dos saberes em torno desta ordem contribui para a manutenção da vida camponesa, a continuidade das práticas materiais, sociais e culturais do universo rural (BRANDÃO, 2004; WOORTMANN, 2004). Estes parâmetros regem a forma como os camponeses trabalham, como lidam com a natureza, como configuram suas famílias, como interagem socialmente e como transmitem seus saberes às gerações futuras e, neste sentido, configura-se como uma ordem moral de contornos camponeses.

2.2 Terra e herança: posse, uso e sucessão familiar no meio rural

Para entender a configuração de um bairro rural, as ideias de uso e posse da terra são centrais. De acordo com Gancho, Lopes e Toledo (1995), ter a “posse” é o estado de quem usufrui de uma coisa ou que a tem em seu poder, mesmo não sendo seu dono pela lei. Entende-se como dono pela lei aquele que possui propriedade legal, isto é, perante título de propriedade, possuir bem-titulado. Neste sentido, isso pode significar duas condições: aquele que é proprietário e, também, tem a posse; e aquele que é posseiro, mas não é proprietário. Desta forma, diante do termo “posse”, identifica-se dois critérios de definição quando em torno da terra: posseiro e proprietário (GANCHO, LOPES e TOLEDO, 1995).

Para Gancho, Lopes e Toledo (1995), o posseiro é o sujeito que ocupa terra devoluta ou abandonada e passa a cultivá-la e, neste caso, a maioria são lavradores que, juntamente com a família, contém na prática a posse de uma porção de terra. O posseiro ainda é sujeito que viveu toda a vida numa determinada terra e que já era ocupada por seus pais e avós, caracterizando a posse pela ancestralidade. Entretanto, em ambos os casos, não são proprietários da terra perante a lei uma vez que não a compraram e não possuem documentação nem registro no cartório, ou seja, diante o Código Civil a posse não é um direito real, o qual só pode acontecer também pelo assentamento “oficial” realizado pelo Incra.

Direito real está correlacionado ao direito das coisas e trata-se de uma divisão do direito privado que versa sobre direitos de posse e propriedade dos bens móveis e imóveis, bem como das formas pelas quais esses direitos podem ser transmitidos. Os direitos reais, que abrangem o direito de propriedade e os direitos reais sobre coisa alheia, possuem previsão legal no art. 1.225 do Código Civil, porém, não abarcam o direito à posse. Este artigo é uma listagem categórica que enumera quais são os direitos reais permitidos no direito brasileiro, motivo pelo qual não se pode dizer que direito à posse é um direito real (BRASIL, 2002).

Para além do Código Civil, de acordo com Klass Woortmann (1987), o posseiro é “dono” da terra através do trabalho, havendo ou não propriedade jurídica da terra, e neste espaço constrói sua morada e sua família, as quais estão pautadas em estratégias, códigos, acordos e ajustes de produção material, reprodução social e organização estrutural. Ainda, trata-se de referência a uma ordem moral, onde a terra é patrimônio e transmitida como tal, de geração a geração, segundo padrões camponeses de herança que variam de lugar para lugar, o que garante a manutenção da dinâmica rural (Moura, 1978; Woortmann, 1987).

Já o proprietário é o sujeito que tem sua terra registrada em cartório, seja por via de compra, herança ou usucapião e o que o faz distinto do posseiro/dono é a prerrogativa de usar, gozar, dispor e reaver a propriedade¹⁰, remetendo-se à uma ordem econômica, onde a terra é mercadoria, e à uma lógica jurídica coerente com tal ordem (WOORTMANN, 1987). Diante destas informações, é possível determinar duas caracterizações: se é dono, não por se ter comprado a terra, mas por tê-la trabalhado; e se é proprietário pela compra ou através da herança titulada, e não propriamente pelo trabalho.

¹⁰ De acordo com o Código Civil Brasileiro de 2002, o direito de propriedade possui elementos constitutivos que dão legitimidade à propriedade. Desta forma, o direito de usar detém da prerrogativa de utilizar a coisa e de servir-se dela. O direito de gozar é o poder de usufruir dos frutos da coisa. O direito de dispor é a faculdade de transferir, alienar a coisa. Por fim, o direito de reaver a coisa é a prerrogativa de reivindicar a coisa de quem a possua ou detenha injustamente (BRASIL, 2002).

Quando se refere a “uso”, trata-se do ato ou efeito de se servir de algo (HOUAISS, 2018) e, no que tange a terra, e a que interessa esta pesquisa, trata-se de seu uso para a agricultura e/ou pecuária, bem como juntamente para moradia. Resumidamente, o sentido de “uso da terra” está intimamente ligado ao sentido de “posse da terra”, ou seja, possuir é fazer uso da terra. Esta ligação íntima pode ser percebida em Gancho, Lopes e Toledo (1995, p. 15), quando as autoras argumentam que “possuir uma terra não é tê-la, não significa ser proprietário dela. Possuir é fazer seu uso, seja para moradia, seja para cultivar, com titulação ou não”.

Há, também, a situação em que não se é proprietário ou dono, mesmo diante da existência do uso, mas uma espécie de usuário provisório da terra. Há diversas formas de se usar a terra sem que isso lhe garante a sua propriedade ou posse e, a exemplo disso, podemos citar o arrendamento de uma propriedade de terceiro, mediante um pagamento mensal ou anual que garante o uso da terra tanto para a agricultura, quanto para a pecuária. Cabe também, nesse critério, outros tipos de usos que não garantem a posse, como é o caso das áreas em regime de comodato e de parceria (IBGE,2019).

De acordo com o IBGE (2019), as áreas de terras em parceria podem ser caracterizadas quando a terra é de propriedade de terceiros, mas seu uso é feito por um agricultor mediante pagamento, previamente ajustado, de parte da produção, ou seja, é o que se chama de plantação na meia, terça, quarta etc. As áreas de terras em regime de comodato são caracterizadas pela existência de um contrato ou acerto entre as partes, onde uma dessas partes é o proprietário da terra e a outra é o agricultor que, além de produzir, é o único responsável por assumir todas as obrigações como impostos, manutenção etc. (IBGE,2019).

Até esse ponto, ainda é possível considerar outra condição de posse e uso da terra bem específico e pouco raro: as terras de herança. Trata-se de um termo cunhado por Almeida (1989) e refere-se a domínios titulados, tornados heranças que permanecem indivisas, há várias gerações, sem que se proceda ao termo formal de partilha ou que seus títulos tenham sido revalidados através de inventários que, de acordo com disposições legais, teriam de ser realizados quando da morte do titular de direito, a fim de transmiti-los a seus herdeiros legítimos, mas que não acontece, transformando dimensões de terras em território comum ou possibilitando o surgimento de pequenas propriedades sem titulações (ALMEIDA, 1989).

Essa condição foi escolhida por constituir-se em fenômeno encontrado em muitas propriedades rurais no sul de Minas Gerais. Por exemplo, sobre as titulações de terras, é notável nos cartórios de registro de imóveis a escrituração de propriedades rurais e que passam pelo termo formal de partilha, após o falecimento do patriarca ou matriarca da família, mas que isso

não gera o georreferenciamento¹¹ da propriedade. Estas informações relacionadas ao sul de Minas Gerais são confirmadas a partir da vivência do pesquisador com bairros rurais da região, como os bairros Sobradinho, Martins e Melos em Piranguçu; Luminosa e Bonsucesso em Brasópolis; Salão, Roseta e Funil em Wenceslau Brás; e Pedrão em Pedralva.

No entanto, as informações podem ser confirmadas considerando dados gerais apresentados pelo Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária – Incra (2002), o qual afirma que as propriedades abaixo de 250 hectares e que possuem mais de um dono podem levar muito tempo para serem georreferenciadas, ou mesmo nunca passar pelo processo. Segundo o próprio instituto, estas propriedades representam mais de 54% do total. Isso nos revela que muitas propriedades rurais possibilitam o surgimento de outras pequenas propriedades, mas sem titulação. É neste sentido que a pesquisa busca apresentar quais estratégias estão por trás da manutenção destas unidades rurais.

Pode-se então definir que, tratar da expressão “posse e uso da terra” significa descrever toda a gama de acordos, estratégias e ajustes conforme os quais agricultores mantêm ou controlam a terra e determinam a sua ocupação e uso, de geração em geração. Neste contexto, de acordo com Gancho, Lopes e Toledo (1995) a expressão “posse e uso da terra” abrange não apenas o direito sobre a terra, mas também garantem a existência das instituições, como família e trabalho, que orientam o espaço rural; seja para a legitimação e manutenção dos modos de vida rural; a garantia de vínculo social com o espaço urbano, através dos mercados locais; a garantia da soberania alimentar em todos os âmbitos; e a garantia de possibilidade de promoção de uma vida amparada e protegida.

A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. A terra é, assim como foi, o porto seguro para as famílias agricultoras e sua forma de acesso foi diversa ao longo da história. Podemos lembrar, inicialmente, da centralidade que a terra teve em muitas das disputas camponesas para o seu acesso. Assim, podemos elencar algumas formas mais encontradas de obtenção das terras no Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a saber:

¹¹ Georreferenciamento é o mapeamento de um imóvel rural referenciando os limites de seu perímetro ao Sistema Geodésico Brasileiro, definindo sua área e sua posição geográfica. Serve para a regularização registral dos imóveis rurais, segundo a nova legislação, a Lei nº 10.267/2001, introduzindo a exigência do georreferenciamento dos imóveis rurais junto ao INCRA. Neste sentido, o georreferenciamento a que refere ao registro de imóvel está relacionado à obrigatoriedade do registro espacial das propriedades rurais, geralmente casas e terras, após inventário de herança. Assim, trata-se de apresentar informações geográficas da herança a fim de tornar as coordenadas conhecidas num dado ponto de imagem ou mapa após o fracionamento da terra. O responsável por tal registro é o engenheiro ou o topógrafo (INCRA, 2002).

i) compra de particular, quando as terras do estabelecimento foram compradas ou adquiridas de terceiros; **ii)** compra via crédito fundiário, quando as terras do estabelecimento foram compradas por meio de linhas de crédito, tais como: Cédula da Terra, Banco da Terra, Programa Nacional de Crédito Fundiário e suas modalidades (Combate à Pobreza Rural, Consolidação da Agricultura Familiar, Nossa Primeira Terra etc.), em esfera federal, estadual ou municipal; **iii)** herança ou doação de particular, quando as terras do estabelecimento foram obtidas por estes meios; **iv)** posse não titulada (concessão sem titulação definitiva, inclusive para assentamentos da reforma agrária), quando as terras do estabelecimento foram concedidas temporariamente por órgão fundiário, do qual ainda não havia sido concedido o título definitivo de propriedade até a data de referência, por meio de contrato de concessão de uso, título de ocupação colonial, título provisório, ou outro instrumento; **v)** posse titulada por usucapião, quando as terras do estabelecimento foram obtidas, após transcorrido algum tempo de uso pacífico e sem contestação, conforme a Lei n. 6.969, de 10.12.1981; **vi)** titulação via reforma agrária, quando as terras do estabelecimento foram obtidas por meio de título via reforma agrária; **vii)** titulação ou concessão de direito real de uso por regularização na Amazônia Legal (Programa Terra Legal), quando as terras do estabelecimento foram obtidas por meio de título via Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, cujo objetivo é promover a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal; **viii)** titulação ou licença de ocupação por legitimação de posse em terra arrecadada pela União (imóvel até 100 ha), quando as terras do estabelecimento foram obtidas por meio de título ou licença de ocupação por legitimação de posse em terra arrecadada pela União, por meio da Lei n. 6.383, de 07.12.1976; **ix)** titulação de comunidade quilombola, quando as terras do estabelecimento foram obtidas por meio de título de comunidade quilombola, assim definida por legislação federal e por legislações estaduais; e **x)** concessão de terras indígenas, quando as terras foram obtidas por meio de concessão da União e estejam habitadas por comunidades indígenas em caráter permanente, sendo utilizadas para suas atividades produtivas, segundo os seus usos, costumes e tradições (IBGE, 2019, p. 19-20).

Dentre as especificações encontradas pelo Censo de 2017, aquelas terras obtidas para o trabalho rural estão fadadas às fragmentações em consequência da herança, havendo ou não a sucessão familiar no campo. Uma vez que ser camponês é também ser dono da terra, a reprodução de uma comunidade enquanto camponesa está na dependência direta de soluções que as próprias famílias camponesas engendram para permitir o acesso de novas gerações à terra, sem, contudo, acarretar excessiva fragmentação do patrimônio familiar (MOURA, 1978; WOORTMANN, 1995; WOORTMANN, 1990; CHAYANOV, 1986).

Para muitos estudiosos que têm o universo rural como centro de suas pesquisas, era certo de que para produzir numa economia camponesa implicava em dispor de mão de obra familiar numerosa: assim, encontramos nos estudos de Moura (1978), Woortmann (1995), Wolf (1976) e Chayanov (1986), que se debruçaram a entender o meio rural no século XX, uma estrutura familiar camponesa composta por uma prole numerosa. E ter uma prole numerosa era

uma resposta à demanda de se trabalhar a terra e fazer com que esta produza e garanta a sobrevivência da família.

O aspecto demográfico atual no universo rural tem apresentado outros traços em torno da formação familiar camponesa. Apesar das inerentes dificuldades e controvérsias na delimitação do que é o espaço rural e o que é rural, há de se atentar que grandes transformações demográficas têm sido apontadas pelo IBGE, afirmando que o espaço rural passa por um acelerado processo de redução de sua população, (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; BRITO, 2006). Essa tendência persistiu na virada do último século, embora em ritmo menos acelerado, mas ainda se mantém até então. Segundo dados do Censo Populacional de 2010, idealizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população rural passou de 36 milhões em 1991 para 30 milhões em 2010, considerando estimativa apenas sobre os residentes em domicílios particulares (IBGE, 2011).

A demografia é uma área do conhecimento importante para a compreensão dos novos contornos rurais, porém não se trata de uma área a ser aprofundada por esta pesquisa e a intensão de apresentar estes dados demográficos apontados pelo IBGE é para exibir um cenário minimamente legível sobre o universo rural mais próximo dos anos entre 2010 e 2020. Portanto, esta pesquisa leva o leitor a ter uma informação prévia sobre o contorno do universo rural contemporâneo e compreender que tal esvaziamento demográfico rural pode ser entendido através de vários fatores, endógenos ou exógenos às famílias rurais, considerados como determinantes da expressiva redução da população rural.

Assim, a pesquisa se interessa àquilo que está em torno dos fatores endógenos à estrutura familiar, como a queda da fecundidade e a fragmentação das famílias, considerando que há uma rápida redução da participação do tipo tradicional de família nuclear, ou seja, pais com filhos, assim como do tamanho médio das famílias brasileiras, bem como o êxodo rural que persiste em todo o território, embora afetado por fatores exógenos à estrutura familiar, como a sedução por melhores oportunidades de emprego e renda nos grandes e médios centros urbanos que tendem a atrair um expressivo contingente de mão de obra, mesmo nas áreas rurais mais tradicionais, sejam aquelas dinâmicas ou as mais pobres, impactando diretamente na questão de acesso/posse da terra. (SAKAMOTO e MAIA, 2013; MAIA e BUAINAIN, 2015).

A escolaridade das pessoas também é um determinante do êxodo rural, que ainda reforça a propensão dos mais jovens e das mulheres a deixarem o campo, como foi apresentado, em busca de melhores oportunidades de emprego, renda e estabilidade social. Nesse contexto, há também uma nova configuração da família rural, agora caracterizada por um casal com apenas

um ou dois filhos em idade escolar e uma maior dependência de idosos com rendimentos de aposentadorias (MAIA e BUAINAIN, 2015).

Alinhado a esta atual estrutura que paira sobre o universo rural - baixa fecundidade, fragmentação da família, maior nível de escolaridade e êxodo rural -, ainda permanece ativo no campo, como forma de superar problemas relacionados à sucessão familiar, diversas estratégias que o agricultor assume para garantir sua permanência, através, por exemplo, de arranjos costumeiros, fundamentados em acordos entre herdeiros, criando suas próprias regras do jogo, que prevalecem em relação aos códigos nacionais e garantem a permanência da terra para a agricultura (MAIA e BUAINAIN, 2015).

Estas estratégias, acordos e ajustes foram estudados a partir de 1945 quando o assunto da reforma agrária e a importância de um universo rural desenvolvido se tornaram pauta não só na política brasileira, mas no âmbito científico (MARTINS, 1999). Podemos apresentar pesquisas de autores brasileiros clássicos como Margarida Maria Moura (1978), Giralda Seyferth (1985) e Klass Woortmann (1990), por exemplo, destacam algumas estratégias assumidas por agricultores em diferentes partes do Brasil.

Moura (1978), ao interessar-se pelo negligenciado (à época de sua pesquisa e ainda na década de 2010) tema do direito costumeiro que regula a herança da terra no meio rural, trouxe os elementos que fundamentam os arranjos na reprodução da condição camponesa em São João de Cristina, em Maria da Fé, sul de Minas Gerais. Sua pesquisa apresenta a solução que os agricultores encontram para evitar a fragmentação do estabelecimento rural, ora ameaçado pelo Código Civil que estabelece a igualdade entre os filhos na divisão da herança. A autora conclui que no bairro em questão desenvolvem-se regras complementares ou antagônicas – em relação ao Código Civil – que instituem uma espécie de desigualdade compensatória entre homens e mulheres no momento da divisão da herança que atenuem o ritmo da fragmentação da propriedade (MOURA, 1978).

Em outra exemplificação, temos as análises de Woortmann (1990). Com base em trabalho de campo realizado no estado de Sergipe, entre sítiantes, o autor analisa o significado da migração para o campesinato, enfatizando seu papel como prática de reprodução social e sua relação com a hierarquia familiar. O autor explica em seu texto como migrar pode viabilizar a permanência no campo, uma vez que esta estratégia é necessária para ter roçado e ser casado, sendo estes fatores essenciais para a reprodução camponesa e ainda preservar e transmitir um patrimônio, o que também é essencial para impossibilitar a fragmentação da terra de uma unidade de produção familiar. A migração, de acordo com Woortmann (1990), está inserida num contexto que possibilita a manutenção e reprodução do trabalho no campo, a qual está

intrinsecamente ligada às práticas e estratégias voltadas para impedir ou minimizar o fracionamento do espaço fundamental: o sítio.

Seyferth (1985), ao estudar dois municípios catarinenses, trata do significado do sistema de herança para a reprodução social camponesa, ou seja, das formas de transmissão do patrimônio fundiário que obedecem a regras próprias, que nem sempre estão de acordo com o Código Civil. A autora revela que as práticas de herança visam evitar a fragmentação das pequenas propriedades e que ameaça a redução desse campesinato. Seyferth (1985) apresenta os mecanismos que asseguram a manutenção da estrutura social camponesa e ainda assegura se tratar de elemento que tem como base a tradição, ou melhor, o direito costumeiro que permite excluir da herança da terra um ou mais membros da família. Tais direitos, segundo a autora, fazem com que a estrutura familiar camponesa seja determinada pelas regras de herança, considerando que as variações do sistema de partilha sejam muitas, indo desde a herança impartível, onde um dos filhos herda toda a propriedade, até a partilha entre todos os herdeiros.

Com tais pesquisas apresentadas, podemos compreender, inicialmente, que o universo rural é demarcado por inúmeros tipos de estratégias, acordos e ajustes que auxiliam a manutenção da terra, da família, do trabalho e dá garantia de que o modo de vida rural não se evanesça. É neste sentido que o trabalho em questão é importante por trazer a essencialidade da terra para a família do campo como elemento determinante para a sobrevivência da vida rural; pela necessidade de apresentar as alternativas que o agricultor familiar assume para manter a terra em sua posse e em uso na atividade agrícola, ou mesmo manter-se trabalhando na lavoura, uma vez que a agricultura familiar é detentora da menor parcela de terras no país, mas, ao mesmo tempo, é a maior produtora de alimentos que chegam à mesa do brasileiro.

2.3 Desenvolvimento rural: novas e velhas perspectivas

O estudo de determinada sociedade localizada à margem do desenvolvimento econômico, ou seja, fora do sistema de acumulação, distante dos centros desenvolvimentistas e, também, isolada das manutenções básicas que garantem qualidade de vida, possibilita compreender de maneira mais exata as estratégias – quando essas existem – de superação de problemas sociais ocasionados por tal distância e como se configuram como sociedades marginalizadas ao sistema que vê confiança apenas no crescimento econômico.

Foi por meio dos estudos destas diferentes composições sociais e formas de pensar o desenvolvimento social que os debates em relação a um modo menos genérico de desenvolvimento avançaram, “orientando programas governamentais, instigando sofisticados

debates intelectuais e, em especial, motivando grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças associadas a esta noção” (NAVARRO, 2001, p. 83).

Diante do tema levantado, no que tange às críticas feitas ao desenvolvimento puramente econômico, busca-se alertar sobre os danos, nitidamente irreversíveis como as questões ambientais, ou como àqueles de âmbito social e cultural, provocados pela busca incessante de lucro a qualquer preço, tornando o planeta refém da dinâmica capitalista. A literatura apresenta conceitos sobre desenvolvimento sustentável, incluyente e solidário, buscando garantir um ponto de esperança à sociedade, tanto rural quanto urbana, para a superação deste crescimento econômico causador de concentração de renda, exclusão, privação e negação da liberdade e dos direitos individuais.

Possibilitadas essas discussões, os horizontes desenvolvimentistas estenderam-se às diferentes perspectivas sociais, até mesmo fora do meio urbano e industrial, investigando em seus sujeitos e contextos as informações de que necessitam para compreender e compor a sua própria identidade. Portanto, seria inevitável que os debates em torno do desenvolvimento não se conduzissem em direção ao meio rural, sua estrutura social e sua cultura marcante, distante da hegemonia civilizatória predominante no capitalismo, caracterizando o próprio ambiente rural como um espaço a ser preenchido por progresso.

Esse fenômeno do atraso ainda é mal compreendido. Muitos autores falam do mundo rural como local de atraso ou como se ele fosse uma espécie de lugar vazio que, segundo Wanderley (2003), em que, uma vez preenchido pelo capital e habilidades industriais, entraria rapidamente em atividade. O mundo camponês não é inconsistente, mas ordenado, possuindo suas formas particulares de organização. Estas formas de organização variam de um ambiente camponês para outro. A falta de atenção para esse fato tem provado decisões bem-intencionadas, tomadas nos níveis mais altos da sociedade, que esbarram nas barreiras socioculturais apresentadas pelos padrões de vida dos camponeses (MARTINS, 1999). Invisíveis às cúpulas da ordem social, eles, apesar disso, formam uma infraestrutura da sociedade, que não pode ser ignorada por mais que se queira.

Enquanto alguns escritores tratavam as sociedades camponesas como agregados inconsistentes e alienados, sem estrutura própria, outros descreviam-nas como populações “tradicionais”, rotulando-as de conservadoras, em oposição às consideradas “modernas”. Mas tais rótulos limitam-se a descrever um fenômeno, e descrevem-no mal, sem explicá-lo. Dizer que uma sociedade é “tradicional”, ou que sua população está presa à tradição, não explica por que a tradição persiste, nem porque o povo se mantém fiel a ela. A persistência, como a mudança, não é uma causa, é um efeito (MARTINS, 1999).

Estudar estes efeitos e observá-los a partir e de dentro do universo rural, considerando fatores externos da conjuntura mais ampla, é essencial para que não se recorra a rótulos que não explicam os códigos que estruturam o modo de vida camponês. Por exemplo, a observação da dinâmica rural desde às transformações neoliberais ocorridas a partir da década de 90, as quais deram abertura a construções de modelos de desenvolvimento local e endógeno desse espaço, de acordo com Ortega (2008), possibilita apresentar um resgate do território rural como lugar para a elaboração de políticas que contemplem suas demandas.

Neste sentido, elenca-se uma série de debates permanentes que giram em torno do êxodo rural e dos processos de evasão populacional, da própria qualidade de vida e dos problemas de renda no campo. Ainda, como assunto, entra no debate os temas da necessidade de reforma agrária e do acesso dos agricultores à terra, os quais foram possíveis em virtude da discussão relacionada ao desenvolvimento no meio rural (MARTINS, 1994). De acordo com o sociólogo, ainda existem outros problemas, como aqueles inseridos na dificuldade de integração econômica, na inexistência e no alcance das políticas públicas, além de outras questões que procedem de processos políticos.

A não efetivação da solução destes problemas, de acordo com Dowbor (2001, p. 3;6;7), é provocada pela mentalidade competitiva enraizada no ideário social. Espera-se, ainda, que os papéis do Estado ou o mercado, em uma sociedade desigual, promovam todas as mudanças necessárias para a superação de todas as mazelas. Diante destas informações, o desafio é identificar quais os esforços e soluções encontrados para a busca de um desenvolvimento rural dentro do próprio universo rural.

Vários pressupostos teóricos, e mesmo práticos, delineiam alguns vislumbres no horizonte para o alcance do desenvolvimento. De acordo com Dowbor (2001; 2008), um caminho para o desenvolvimento equânime é a legitimação do poder local¹², cujo o problema central, portanto, está na recuperação do controle do cidadão, no seu bairro, na sua comunidade, sobre as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação das coisas concretas que levam a que a vida seja agradável ou não.

Ainda de acordo com o economista, estas ações pretendem fazer com que o local, neste momento pensado como um espaço de transformação social, seja organizado para tornar a condição de vida segura, em seu aspecto mais abrangente, onde sejam possíveis uma escola característica com o local, uma comunicação facilitada, um convívio harmonioso e social

¹² Mas o que é exatamente o “local”? Para Duncan e Savage (1989, p. 193), de modo geral, local é a região ou espaço para a intervenção planejada seja política, social ou econômica.

elevados, uma facilidade de acesso aos serviços e que as necessidades diárias sejam supridas sem esforços. Em outras palavras, há a possibilidade de organizar a vida social local em torno de condições mais humanas usando da cooperação e do trabalho comunitário, sem que haja a “necessidade da mão do Estado” ou do “mercado”. Porém, é nos ensinado o contrário (DOWBOR, 2008).

Neste caso, acabamos convencidos de que o desenvolvimento local é possível principalmente nos espaços rurais. Abramovay (1992), ao aprofundar seus estudos no entendimento do homem do campo, constatou existir valores essenciais como a partilha de laços comunitários e um conjunto de regras coletivas, as quais requerem que o entendimento do camponês vá além do seu viés econômico. Tais contribuições tiraram os debates do desenvolvimento rural apenas do campo da economia, uma vez que o camponês precisaria ser entendido não apenas pela sua racionalidade econômica, que é incompleta, mas, acima de tudo, pela relação e proximidade com a família e sua comunidade.

Neste ponto, a ligação do agricultor familiar com seus laços comunitários, ressaltam “a significação da família agricultora para o meio rural, sejam ou não, eles, a maioria da população” (WANDERLEY, 2001, p.76). Ainda na visão da socióloga, pode-se formular, a este respeito, a hipótese de que parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade têm origem nas famílias agrícolas. Portanto, é neste ponto que o estudo da família camponesa, ainda que em distintos ângulos, converge para a importância do que se tem chamado de agricultura familiar, suas estratégias e soluções, seja nos seus meios de constituição ou de reprodução social e cultural, em processos que valorizem a família agricultora como meio e instrumento de progresso não apenas econômico, mas também, no enfoque até então apresentado, do desenvolvimento rural.

Se o meio rural pode ser considerado uma instância de possibilidades do poder local e, o que o constitui, está intimamente relacionado à economia e à vida social deste espaço, a questão do uso e posse da terra, como importante fator de promoção deste contexto, é fundamental para o fortalecimento do desenvolvimento rural. Para Dé Carli (1980; 1985), a posse e o uso da terra é o eixo do sistema socioeconômico rural, em que as relações entre os indivíduos estão regidas pelo objetivo de definir os acordos e ajustes relativos ao acesso à terra e à utilização desta. Todas as estratégias de desenvolvimento rural são procuras indispensáveis a um acesso mais justo à terra, à água e demais recursos agrícolas, bem como políticas públicas auxiliares à alteração da situação de pobreza e desigualdades severas que assolam o meio rural brasileiro (DÉ CARLI, 1980, p. 20;34).

Tomando o pensamento exposto, é possível compreender que as alterações na posse e uso da terra, ou seja, na estrutura fundiária, permitem associar mudanças em torno do próprio desenvolvimento socioeconômico local, cuja compreensão destas modificações possibilita distinguir qual o quadro de desenvolvimento rural. Tal quadro se configura através das estratégias, acordos e ajustes originados pelas demandas da comunidade rural que visam a manutenção do modo de vida que rege família, trabalho e propriedade da terra. Tais estratégias são antagônicas, ao passo que em determinada situação são necessariamente específicas, pois tratam de aspectos particulares e visam a objetivos distintos, como renda, preços, meio ambiente, tecnologia, saúde e educação, e destinam-se a manter ou a alterar realidades ou situações concretas; e em outra situação são genéricas à medida que tornam-se um sistema de reprodução social e sua persistência.

Então, quando se fala de mundo rural, de acordo com Wanderley (2001;2003), não se trata da existência de um universo qualquer isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Trata-se, sim, de um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Considera-se que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.

A visão do rural como sinônimo de atraso, estagnação e conservadorismo precisa ser superada e passar a ser valorizada a cultura e as práticas locais. Projetos de desenvolvimento devem basear-se na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma região, fortalecer o capital social dos territórios, que vai muito além de promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica (ABRAMOVAY, 2000). Estas são formas de fortalecer a agricultura brasileira, valorizando o homem do campo, diversificando modelos de desenvolvimento e oferecendo a outros países uma referência de democratização do campo, como é o caso de acesso justo à terra (FERNANDES, 2015, p. 399).

Com base nessas afirmações, é possível retomar os estudos de Ortega (2008). O autor sustenta que a desterritorialização no espaço rural seria um mito e o que estaria ocorrendo é a reestruturação dos territórios em torno de novos padrões. A ideia do autor é propriamente sobre como as políticas públicas podem contribuir para isso, em especial, incluindo em sua formulação e gestão, a valorização dos espaços de entendimento, ou seja, o quanto podem estimular a criação de capital social, identificado como fator decisivo no desenvolvimento territorial, sobretudo para os territórios economicamente deprimidos (ORTEGA, 2008).

Contudo, reconhecendo a desigualdade econômica e social como fatores intrínsecos ao sistema, Ortega (2008) apresenta propostas reformadoras, dentre as quais, o desenvolvimento regional passa a ser visto como forma de superação das desigualdades das nações, em uma crítica à ideia de desenvolvimento econômico como sinônimo apenas de crescimento. Neste sentido, classifica como “neologismo hipócrita” o uso da expressão “países em desenvolvimento” e revela como os aspectos regionais ganham peso na década de 90, com a crise do desenvolvimento e do planejamento centralizado (ORTEGA, 2008).

Ao entender sobre esta elaboração teórico-histórica, é possível perceber as funções da agricultura no processo de desenvolvimento e, neste sentido, compreender a relação entre as atividades agropecuárias e o processo de desenvolvimento, não só rural, mas geral (RAMOS, 2001). Tal perspectiva que compreende esta relação funcionalista, de acordo com Ramos (2001), deve colocar em primeiro plano as alternativas de posse e uso da terra para o cumprimento do alcance de um desenvolvimento rural verdadeiro, desconsiderando a visão de que o desenvolvimento se limita ao processo de urbanização-industrialização e que à sociedade camponesa só caberia a transferência de renda e mão-de-obra e, ao mesmo tempo, constituir-se como mercado àquele processo.

A garantia da terra (e de suas formas, endógenas ou não, de acesso), já que se trata de elemento fundamental para a realização do trabalho no campo, deve ser considerada como ponto central na possibilidade do desenvolvimento rural, possibilitando a geração de divisas para a economia local ao invés de gerar divisas para a economia nacional industrializar-se/desenvolver-se ao mesmo tempo em que deveria fornecer alimentos e matérias-primas. Não há dúvida de que, assim, o universo rural não seria visto como uma grande “externalidade” àquele processo (industrializante e urbanizante) e, evidentemente, se evitaria a confusão que se estabeleceu entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento agrário¹³, e o não-destaque para um “desenvolvimento rural”.

¹³ A expressão desenvolvimento agrícola (ou agropecuário) estaria se referindo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período dado. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução como, por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos. Na outra ponta, sujeita a enormes controvérsias está a expressão desenvolvimento agrário e que se refere às interpretações acerca do "mundo rural" em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período. No âmbito agrário, busca-se entender as mudanças sociais e econômicas no longo prazo e, sob tal expressão, as condições próprias da produção (o desenvolvimento agrícola) constituem apenas uma faceta, mas a análise centra-se usualmente também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, entre outros. Em outras palavras, a "vida social rural" e sua evolução são alvo de estudos em todos os seus aspectos (NAVARRO, 2001).

2.4 Quadro Teórico Síntese

Para entender o raciocínio teórico abordado neste capítulo, foi elaborado um quadro teórico síntese. Esse quadro retoma os argumentos usados para construir o referencial teórico sobre o rural, a campesinidade, as pressões externas e internas e as perspectivas de desenvolvimento para um universo rural em que haja a sua valorização.

Quadro teórico síntese: sobre o tipo de ambiente estudado	
O Rural	<p>Este assunto foi pensado para apresentar teorias que conseguissem expor o universo rural de forma mais profunda, acreditando que este espaço tem suas características históricas, econômicas, culturais e sociais próprias. Assim, estudos clássicos foram indispensáveis para compreender o rural e as pessoas que o habitam e vivem dele, destacando as pesquisas de Abramovay (1999), Chayanov (1986), Wolf (1976) e Woortmann (1990). Autores que tratam dos saberes tradicionais camponeses, da organização econômica das famílias, dos modos de vida rural e das inovações que o campo revela como respostas às suas demandas. Neste sentido, considerou-se importante detalhar quais as observações que foram lançadas sobre este universo e, por isso, não se pode dispensar aspectos significativos que ajudaram a entender as denominações, as organizações e as orientações que regem o universo rural. Buscou-se responder perguntas como (não necessariamente nesta ordem): quem é o camponês? Como organiza sua vida? Que dificuldades enfrenta? Que acordos assume? Como é visto fora do rural? Que ordem moral estabelece/segue? Como controla a terra e como outras gerações têm acesso a ela? São perguntas em que há várias respostas que se apresentam dentro e fora do universo rural. Assim: as pesquisas de Ploeg (2008), Sabourin (2009) e Wanderley (2003) tratam de apresentar sobre a evolução do conceito de campesinato, ou seja, o que foi pensado e repensado sobre a definição de camponês e agricultor familiar para a realidade brasileira; os estudos de Chayanov (1986) e Wolf (1976) foram importantes para entender as organizações camponesas, considerando a terra, o trabalho e a família como elementos essenciais ao funcionamento do universo camponês; os estudos de Ploeg (2008), Brandão (2004), Ellen Woortmann (2004), Marques (2003) e Klass Woortmann (1990) possibilitaram um entendimento sobre a ordem moral que rege a vida camponesa, considerando os saberes, as inovações, as crenças, as práticas econômicas, sociais e culturais e as orientações que se assumem para tratar das pressões que acometem o universo rural; e, por fim, os estudos de Martins (1999), Moura (1978), Seyferth (1985), Klass Woortmann (1990) que tratam dos sistemas de reprodução social que asseguram a manutenção da estrutura social camponesa, os quais baseiam-se nas garantias de acesso à posse e ao uso da terra, elemento essencial para a condição de existência do universo rural. Por isso, tratar sobre o universo rural é, inevitavelmente, tratar sobre a questão da terra e, ao debruçar sobre esses estudos, as formas de uso e posse da terra se apresentam, mesmo que implicitamente, ligadas aos elementos que dão sentido à vida camponesa.</p>

Quadro 1 - Síntese teórica sobre o tipo de ambiente estudado.

Fonte: elaborada pelo autor.

Quadro teórico síntese: sobre possibilidades de desenvolvimento	
Desenvolvimento Rural	<p>Quando se pensa em desenvolvimento, a ideia enraizada socialmente é a de progresso econômico de características industrial e urbana. Essa afirmação é apontada a partir dos estudos de Pimenta (2014), Sachs (2008) e Furtado (2000). Em outras palavras, só se é desenvolvido quando a produção industrial é destaque e o espaço assume características urbanas dentro de um cenário capitalista. Porém, estudos revelam que esta lógica apresenta problemas (concentração de renda, pobreza, poluição, violência etc.) e que o pensar deve estar voltado a horizontes estendidos às diferentes perspectivas sociais: neste caso, o desenvolvimento rural é um deles. Este capítulo da teoria desta pesquisa busca traçar dados sobre as possibilidades de desenvolvimento no espaço rural que garantam uma dinâmica que respeite a lógica camponesa e quebrem a noção de que este espaço precisa ser preenchido pelas habilidades industriais. Os estudos de Ortega (2008), Wanderley (2003) e Martins (1999) são importantes para essa compreensão, já que buscam dados a partir e de dentro do universo rural para apresentar o que se trata de um espaço possível para pensar e elaborar, por exemplo, políticas públicas para as demandas locais. Assim, é o local a esfera de abrangência para o alcance do desenvolvimento e os estudos de Dowbor (2001;2008) apontam para uma legitimação do poder local, ou seja, o controle do cidadão sobre a decisão e criação de “coisas” que possibilitem uma vida agradável, sejam em assuntos políticos, econômicos ou mesmo à vida social, como as estratégias que se assumem para a reprodução social e o acesso justo à terra. Neste sentido, os estudos de Dé Carli (1980;1985) e Ortega (2008) levam a entender que a garantia da terra e de suas formas de acesso, endógenas ou não, devem ser consideradas como ponto central na possibilidade do desenvolvimento rural, já que através da terra, do trabalho e da família há a geração de divisas para a economia local.</p>

Quadro 2 - Síntese teórica sobre possibilidades de desenvolvimento.

Fonte: elaborada pelo autor.

Compreendido o caminho teórico que sustenta esta pesquisa, o próximo capítulo tem o compromisso de apresentar o percurso metodológico que, enquanto observadores, nos permite retirar as informações necessárias (ou não¹⁴) para apresentar o universo rural em estudo. Assim, o capítulo seguinte compreende: i) o tipo de pesquisa em que se enquadra esta investigação; ii) os instrumentos utilizados necessários para a coleta de dados; iii) os participantes, as etapas e o tempo de execução; e iv) as formas de análise e apresentação dos dados obtidos. Estes assuntos, dispostos nesta ordem, foram elaborados para respeitar uma cronologia da pesquisa, percebidos à medida que se avança na leitura.

¹⁴ O que nos implica a elaboração de novas estratégias de obtenção de dados no decorrer da pesquisa de campo.

3 FERRAMENTAS PARA O CAMPO

3.1 Tipo de pesquisa

Há um grande esforço de compreensão dos fenômenos para apreender, a partir de seus referenciais e categorias nativas, o universo de significados de uma outra cultura. Para tal tarefa, de acordo com Campos (2002, p. 54-55), o pesquisador deve "estar e escrever aqui", através da tradução, ou seja, fazer com que um significado expresso no sistema encontrado no campo de pesquisa seja expresso no sistema em que se encontra o pesquisador, utilizando-se de suas disciplinas, metodologias e instrumentos. Esses problemas, embora delicados, têm sido abordados intensamente por recortes disciplinares e podem oferecer limitações no encontro etnográfico, ou seja, uma única área do conhecimento eleita não contempla a pesquisa etnográfica, uma vez que esta é embasada por múltiplas ferramentas, advindas das diversas áreas (CAMPOS, 2002).

Neste sentido, para as primeiras leituras ou percepções de um sujeito ou objeto de pesquisa, é preciso que se desvincule das "ferramentas especializadas", ou seja, das inumeráveis divisões do conhecimento em áreas, especialidades e disciplinas. Isso é posto porque podemos nos enganar quanto às denotações e conotações locais que estejam escondidas e que não conseguimos pôr à vista nos fenômenos e conceitos, códigos e símbolos próprios daquele outro lugar em que a pesquisa ocorre.

Nós, enquanto observadores, com o distanciamento do "estar aqui" de fora com a nossa ciência, inserimo-nos num "estar lá" sem nossas "ferramentas", procurando tanto quanto possível, desprovermo-nos de nossos referenciais rígidos para observar e pensar como observador "de dentro" da outra cultura, em domínios que diferem dos nossos domínios transdisciplinares (DT) e domínios interdisciplinares (DI). Esses domínios têm "outras ferramentas" (dos pajés, curandeiros, pescadores, agricultores, cesteiros, ceramistas, ...) que com certeza podemos pressupor existirem em menor número, menos compartimentadas e mais polivalentes do que as nossas e, portanto, não havendo sequer algum isomorfismo possível com as nossas disciplinas. Seu domínio análogo a "DT", que obviamente não se denomina transdisciplinar, é outro também, embora nele ainda sejamos obrigados a pedir auxílio em busca de alguma forma de correspondência com as "nossas categorias nativas", as daqui (CAMPOS, 2002, p. 60).

Aqui, compreendemos que o universo rural encontra-se dentro desse domínio pensado por Campos (2002), portanto, o fenômeno a ser estudado é complexo e, neste sentido, não tende à quantificação por conta de sua natureza social, colocando o presente trabalho no campo da pesquisa qualitativa, uma vez que esta pretende trazer aspectos dos padrões socioculturais que revelam uma lógica de comportamento e ações de um grupo e, por este motivo, considera-se

que o fenômeno estudado é compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, e captado a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas e por este motivo apoia-se de ferramentas que surgem necessárias a partir da inserção em campo por parte do pesquisador.

Para alcançar o objetivo da dissertação, ou seja, explicar a configuração atual do bairro Peroba e a relação de seus moradores com as estratégias, acordos e ajustes assumidos para a posse e o uso da terra, necessitou-se recorrer aos próprios sujeitos do cenário a ser pesquisado, por possibilitar compreender e identificar ações, percepções e comportamentos socioculturais em seu próprio contexto: o que leva a considerar a interpretação que estes atores fazem da realidade em que estão inseridos também seja interesse deste trabalho. É o olhar e o sentido dos atores sociais pesquisados.

Por considerar-se uma pesquisa que procura enfocar a perspectiva humana nos processos de transformações ocorridos, esta conta com procedimentos metodológicos que dão a palavra aos sujeitos envolvidos. Por este motivo é que destacamos o uso da narrativa como procedimento ao trabalho de pesquisa desenvolvido e que serve de base para o desenvolvimento deste texto. Porém, ao recorrer à oralidade, é preciso entendê-la numa perspectiva que vai além de um relato de fatos: é uma maneira de se chegar ao conhecimento de fatos vividos num dado momento histórico em que somente documentos escritos não poderiam revelar por si só todos os sentidos de um determinado meio social (LE GOFF, 2003).

Nesse sentido, de acordo com Le Goff (2003), a informação escrita e falada é uma extensão da memória, transformada em conhecimento, o qual é construído pelas conversas e entrevistas, adequando-se à apresentação dos acertos, dos acordos e das estratégias que os agricultores assumem em relação à posse e ao uso da terra e, ainda, apresentando como o bairro rural é definido por tal relação. Desta maneira, o uso da narrativa se torna importante para a construção do conhecimento acerca dos caminhos percorridos pelos moradores em busca do desenvolvimento, apresentando as transformações que se investiram no bairro onde vivem, possibilitando identificar a sua configuração.

Por isso, essa abordagem se baseia nos fundamentos da história oral quando se apoia em ferramentas, técnicas e métodos que buscam nas narrativas do sujeito (ou grupo social) a intenção de indicar os caminhos constitutivos e operacionais da pesquisa, como é o caso das entrevistas e conversas informais. Em outras palavras, essa situação se estabelece na medida em que todo o processo das entrevistas considera as narrativas captadas, tratadas, transcritas e dispostas em algum meio. Por isso, para se percorrer tal percurso, é necessário ter estabelecido perguntas que orientam a busca das informações durante a ida à campo como, por exemplo, “quando?”; “quem?”; “como?” e “por quê?” (MEIHY E RIBEIRO, 2011).

A pesquisa acontece quando da necessidade de dar visibilidade social, uma vez que agricultores familiares se sentem, em muitas vezes, apagados socialmente e por isso há a tentativa de definir os lugares desses sujeitos na vida coletiva. Assim, quem é compreendido na pesquisa são os agricultores familiares do bairro Peroba, os quais têm na terra um importante instrumento para a manutenção da vida no campo, ameaçado pela divisão das heranças. Neste ponto, a entrevista é a ferramenta essencial e sua condução (e a própria análise) foi realizada em paralelo com outros documentos: certidões de nascimento e fotografias antigas/recentes. Esta pesquisa se valeu de pessoas que “no presente” vivenciam processos deflagrados no passado imediato e remoto.

Neste sentido, a pesquisa de campo é o eixo central desta dissertação, pois somente através do contato com os sujeitos do universo de interesse é possível compreender os significados que permeiam o fenômeno e influenciam o comportamento dos indivíduos do grupo. A análise de dados envolve a interpretação de significados que assumem a forma descritiva e explicativa. É descritiva uma vez que busca descrever as características de uma população, fenômeno ou experiência, proporcionando novas visões sobre uma realidade já conhecida. É explicativa por possibilitar a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a apresentação dos contornos e configurações de dados fenômenos.

Após a fixação dos conceitos que conduzem o pensar desta pesquisa, outra questão a ser resolvida merece discussão: o envolvimento do pesquisador com o tema, algo que decorre diretamente da história de vida, da identificação cultural e da proximidade com o universo rural e suas transformações. Certo de que essa leitura não seria neutra – se é que existe tal neutralidade científica – mas que não deveria ser desprezada, a pesquisa resolveu a questão a partir do reconhecimento de que a experiência de vida do autor junto ao objeto não “contaminam” o resultado da pesquisa, mas apenas reforçam a ideia de que é ilusória a distância pesquisador e pesquisado em que se construiria qualquer observação antropológica.

3.2 Instrumento utilizado

Para se alcançar os objetivos da dissertação, como próximo passo, foram escolhidos os instrumentos metodológicos da história oral que permitissem maior contato com os sujeitos e, os mais importantes, são a entrevista semiestruturada e a comunicação com informantes-chaves. Outras ferramentas foram designadas importantes, como a observação da realidade e do espaço geográfico e a elaboração de mapas, pois, em conjunto às ferramentas que resgatam as narrativas, tornam possível um detalhamento e apresentação fidedigna da realidade estudada.

As conversas informais (ou abertas) também foram ferramentas que enriqueceram a coleta de informações e serviram como outro instrumento de elo entre pesquisador e pesquisados.

E por fim, para compor esse conjunto de instrumentos, a pesquisa se utiliza da coleta, arranjo e análise de fotografias locais, antigas e atuais, visto que as imagens fotográficas têm alta qualidade de representação, o que possibilita acionar as lembranças das pessoas ou estimulá-las a organizarem suas declarações sobre situações e processos em torno do tempo e das transformações. Tais escolhas são justificadas porque o uso destes recursos não possibilita ambiguidades na interpretação dos comportamentos, dos depoimentos e das falas, garantindo um conteúdo de pesquisa coerente com as referências culturais dos moradores do bairro pesquisado e impossibilitando o abafamento de algum dado encontrado.

Isto posto, é possível observar que a pesquisa opta por uma investigação qualitativa com abordagem baseada em ferramentas plurais, uma vez que o uso de mais de um instrumento, de acordo com Santos (2002), é uma forma de assegurar a validade interna da pesquisa e avaliar a integridade de uma investigação nesses moldes. O uso de mais de uma ferramenta, segundo o autor, consiste em combinar dois ou mais pontos de vista, fontes de dados, abordagens teóricas ou métodos de coleta de dados numa mesma pesquisa para que se possa obter como resultado final um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão mais completa do fenômeno a analisar, produzindo uma maior confiança nos resultados (SANTOS, 2002).

Por isso, a escolha do instrumento de pesquisa não foi a de um único, mas, de alguns adequados ao fenômeno investigado, de acordo com as necessidades que se apresentaram no decorrer da pesquisa de campo. A partir deste entendimento, foram descritos os instrumentos pretendidos para alcançar cada objetivo específico, os quais são apresentados dentro Quadro 3 que se segue, no intuito de facilitar a visualização e compreensão.

Objetivos	Instrumentos	Mapas	Observações e fotografias	Conversas e Entrevistas
Identificar demandas sobre a terra (herança) - A		X	X	X
Identificar estratégias de uso da terra - B			X	X
Identificar estratégias de posse da terra - B			X	X
Identificar as mudanças e permanências (configuração) - C		X	X	X

Quadro 3 - Instrumentos empregados.

Fonte: elaborada pelo autor.

Neste sentido, a observação foi considerada uma ferramenta de coleta de dados importante para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade do bairro

pesquisado. Ela é um instrumento que possibilita “identificar e obter provas a respeito de objetos e realidades sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI & LAKATOS, 1996, p. 79). A observação obriga um contato mais direto com a realidade em estudo, permitindo recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, sem um controle rígido, mas com certo grau de planejamento. Além disso, a observação possibilita complementar, ou mesmo elaborar, as demais ferramentas necessárias para detalhar os registros.

O papel da observação, quer seja estruturada ou não, consiste em observar e registrar, de maneira mais pragmática e realista possível, e depois interpretar e explicar os dados recolhidos. A observação permite aproximar da perspectiva dos sujeitos e verificar as ocorrências de forma mais acertada (LÜDKE & ANDRE, 1986), ou ainda permitir a evidência de dados que não seriam possíveis de obter nas respostas alcançadas por questionários ou entrevistas (LAKATOS & MARCONI, 2003).

Diante disso, a observação da realidade e do espaço geográfico do bairro não se baseou em uma estrutura pré-determinada, mas ocorreu aleatoriamente, durante as visitas de campo, fosse para as entrevistas, fosse para os encontros do Núcleo Travessia ou fosse pelos convites realizados pelas famílias do bairro para um almoço de domingo. E, para este instrumento, os registros foram realizados em caderno de campo, através de anotações escritas e fotografias, os quais possibilitaram ao pesquisador realizar avaliação e apuração em outros momentos posteriores da pesquisa, como durante a análise das entrevistas e/ou a elaboração dos mapas.

Ao longo dos três anos de pesquisa, as idas ao bairro foram essenciais para que se compreendesse a realidade do local. As dinâmicas de produção, a organização espacial e os anseios coletivos e individuais dos moradores revelaram-se em cada encontro e conversas. Foram nestes momentos de visita que pôde se colocar em uso, primeiramente, o instrumento da observação da realidade e do espaço geográfico do bairro. A observação revelou aos olhos do pesquisador os tipos de produção local, a organização produtiva dos agricultores, os dimensionamentos das propriedades, a distribuição das casas, a rotina familiar e as características do relevo local.

Para complementar as percepções alcançadas pela observação, as conversas informais permitiram revelar aspectos sobre as mudanças e permanências do universo em que os sujeitos pesquisados estão inseridos, considerando as formas de uso e posse da terra, ou seja, quanto ao trabalho e a aquisição ou manutenção das terras. A conversa, como técnica de investigação, é utilizada quando se pretende obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo o ponto de vista do entrevistado, e ainda para obter mais e melhores detalhes

sobre o assunto em questão (MINAYO, 1993). Neste sentido, as observações e conversas iniciais permitiram traçar os primeiros dados necessários para se conhecer o bairro em que ocorre a pesquisa.

Assim como as observações, as conversas informais foram realizadas aleatoriamente, na medida em que demandas (ou questões) surgissem, fossem durante os encontros realizados pelo Núcleo Travessia, fossem nos encontros festivos ou fossem durante as visitas para almoço de fim de semana na casa de algum morador. As conversas, inicialmente, tiveram o intuito de estreitar laços sendo que a hospitalidade das pessoas foi um facilitador da pesquisa. Como as conversas iniciais versavam sobre cotidiano, trabalho e fatos passados, viu-se a oportunidade de aproveitar esses momentos para obter dados que ajudassem a entender a vida no bairro e, posteriormente, a identificar a dinâmica em torno da terra, fosse sobre herança ou sobre como a usavam ou sobre a sua importância.

Com as conversas informais pode-se obter dados, já que as entrevistas provocavam algum medo por parte do entrevistado o que talvez fosse por conta das anotações realizadas no momento e isso fazia com que o entrevistado ficasse receoso em dar “resposta errada”. A partir das conversas, pode-se, ainda, identificar temas mais confortáveis para serem tratados no início das entrevistas e isso garantiu a elaboração de um roteiro semiestruturado que se preocupasse com o bem-estar do entrevistado durante as perguntas, ou seja, possibilitando um encontro entre o pesquisador e o pesquisado menos tenso. É, neste ponto também, que as conversas possibilitaram a identificação dos informantes-chaves, os quais permitiram apontar o caminho e meios mais seguros para as entrevistas.

É neste sentido que se pode dizer que as conversas informais foram importantes para apresentar, de forma mais abrangente, as primeiras informações sociais, econômicas, culturais, históricas, geográficas e religiosas. É importante ressaltar que essas informações só foram possíveis de identificar em decorrência da familiaridade que o pesquisador possui com os estudos que vinham sendo realizados. Este argumento é respaldado em Campos (2002), quando o autor traz a importância da questão da linguagem, mais precisamente sobre a linguagem do sujeito que é preenchida de conhecimentos, os quais merecem perguntas mais abertas, isto é, menos restritiva, o que dá a maior liberdade ao informante para responder segundo sua lógica e conceitos propondo seus próprios tópicos e explicações (CAMPOS, 2002).

As entrevistas têm como uma de suas características a utilização de um roteiro previamente elaborado, o que, segundo Triviños (1987, p. 152), “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Para que as entrevistas atingissem os objetivos, houve uma sequência de perguntas que buscava trazer respostas à identificação das demandas dos moradores sobre a terra e das estratégias para o uso e a posse desta, assim como a apresentação das mudanças e permanências percebidas no bairro. Dentre alguns aspectos, o roteiro da entrevista adequou-se à linguagem dos entrevistados, buscando um vocabulário mais cotidiano e menos técnico, (Anexo I).

O uso das fotografias assume, gradativamente, o papel de instrumento de mediação, registro e arquivamento. Do ponto de vista conceitual, Monteiro (2006, p. 12) assegura que:

a fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ela é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma etc. Em terceiro lugar, transforma o tridimensional em bidimensional, reduz a gama das cores e simula a profundidade do campo de visão.

A fotografia guarda um elo físico com o seu referente e isso permite associar a informação que contém na imagem às informações obtidas com as entrevistas, observações e as conversas abertas. Limitando-se à conexão das imagens com a pesquisa, é possível perceber, quer seja a fotografia apresentada como fonte de dados em si mesma ou como objeto de pesquisa, o que também implica poder dizer ser instrumento e resultado, ou ainda, como uma combinação dessas categorias (SANTOS, 2000).

A utilização da fotografia para esta pesquisa terá dois tipos de caráter: i) de documento quando coletado um conjunto de fotografias antigas que possibilitem uma observação da configuração do bairro no passado; e ii) de registro de percursos quando o pesquisador produz imagens do contexto, dos fatos e situações que envolvem o problema e os sujeitos da pesquisa. Estes registros possibilitam auxílio no momento da análise geral como reconstrução do percurso de pesquisa, como identificação de detalhes que não foram percebidos no momento das observações e visitas em campo e, também, como evidência de algumas situações que possam ganhar maior clareza com o recurso da imagem.

A maioria dos registros fotográficos não são publicados neste texto, uma vez que são mencionados como fundamentais para a composição da memória da trajetória da investigação, bem como para o exercício do olhar analítico do pesquisador diante do contexto e análise dos dados, incluindo aqueles obtidos através de outros instrumentos. Aqui, as fotografias têm o objetivo de estimular o pesquisador a rever o universo da pesquisa, deslocando alguns olhares consolidados sobre o movimento das transformações no meio rural investigado.

A partir das observações, das conversas, das fotografias e das entrevistas semiestruturadas foi possível a elaboração de mapas para a compreensão e apresentação das características do bairro, as transformações ocorridas, as permanências que resistem e a configuração alcançada em torno da distribuição e/ou manutenção da terra, bem como do seu próprio uso. O emprego de mapas tem intensão específica, pois nele pode ser representado a posição, a densidade e a variedade de um dado fenômeno, em várias ordens: aspectos físicos, socioeconômicos, urbanos, rurais, políticos, religiosos, agrários, industriais, históricos, geográficos, populacionais e ecológicos (PISSINATI & ARCHELA, 2007).

Para esta dissertação, o mapa foca principalmente nos aspectos físicos que buscam apresentar as dimensões, anteriores e recentes, de propriedades; e aspectos populacionais, visando apresentar as transformações em torno das heranças, lavouras, moradias e infraestrutura. O uso deste instrumento significa duas possibilidades: i) elaboração para apresentar as mudanças nas dimensões das propriedades e nos tipos de usos da terra, visando mapas para serem inseridos neste documento como forma de ilustração dos dados obtidos; ii) elaboração para analisar aspectos particulares do bairro (economia, população, moradias etc.) e as transformações, as demandas e os caminhos em torno da relação que os moradores com a distribuição e o uso da terra, visando mapas como instrumentos auxiliares para análises.

A elaboração de mapas, e sua respectiva leitura, explica aspectos que podem fugir à observação, à entrevista e à leitura de materiais escritos. Desta forma, o mapa garante uma apresentação detalhada e objetiva dos dados buscados. Para a pesquisa, este recurso ilustra a realidade do bairro, permitindo revelar informações sobre os tipos de uso e as formas de posse e propriedade da terra, sobre as dimensões médias das propriedades rurais, as dimensões médias das áreas cultivadas, as informações sobre quantidade da produção agropecuária e sobre as dimensões territoriais e populacionais.

Esses mapas foram elaborados a partir de imagens de satélite acessadas pela plataforma do Google Earth, as quais, a partir de um computador e a colaboração de moradores, foram comentadas, traçadas e analisadas em torno da identificação das dimensões das propriedades tanto dos habitantes atuais quanto dos ancestrais, das residências novas e antigas e das localizações das lavouras e hortas que compõe ou compunham as propriedades, além de apresentar os limites territoriais do próprio bairro. O uso das imagens de satélite do Google Earth esteve em torno de dois momentos de análise: o recente e o antigo. Este processo de elaboração só foi possível com a participação e colaboração de três moradores do bairro, os quais possuíam as informações necessárias para dar contornos específicos aos mapas.

O encontro com o primeiro morador possibilitou apontar na imagem de satélite as localizações das casas atuais, o que permitiu identificar o número de residências e suas especificações (se são sítios, chácaras, fazendas, ruínas ou abandonadas). Também foi possível a demarcação dos limites das propriedades existentes na Peroba e seus respectivos donos. Com o segundo morador foi possível rever os dados levantados pelo primeiro morador e a inserção de novas informações que compreendiam as áreas cultivadas recentes. E, por fim, a partir do encontro com o terceiro morador e de posse das informações coletadas nos primeiros encontros, foi possível elaborar um mapa dos antigos donos das propriedades atuais, bem como das residências antigas e seus respectivos moradores.

3.3 Participantes, tempo de execução e etapas de trabalho

Esta pesquisa teve seu embasamento através da leitura da obra de Margarida Maria Moura (Moura, 1978), “Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural”, em que a autora teve como problema central o modo como uma sociedade rural se reproduz a si própria quando a terra, condição de existência do universo rural, se encontra ameaçada pela partilha entre os descendentes, cuja leitura, feita pela primeira vez durante a graduação e mais uma vez, com maior atenção em meados de 2017, para a estruturação do projeto de mestrado, possibilitou a compreensão inicial sobre o assunto que seria abordado nos anos seguintes da pesquisa.

O estudo da autora, realizado na década de 1970 em uma comunidade de sitiantes de Maria da Fé, no sul de Minas Gerais, instigou esta pesquisa em um bairro rural na mesma região, em que se tem a terra como elemento norteador e, assim, procurando entender, 40 anos depois, a relação de uma população rural com a terra e como esta relação apresenta padrões de herança e define contornos para o bairro e para a vida social de seus moradores. Embora esta pesquisa se remeta, em partes, aos estudos de Margarida Moura (1978), não há aqui um mesmo ponto de abordagem metodológico, mas continua-se muito das referências, não só pela convergência de aspectos descritos, como pela proximidade de certos temas e focos de conclusão.

Após a elaboração do projeto, com tema pertinente ao campo de conhecimento interdisciplinar, a primeira atitude dentro da pesquisa foi a de aproximação das pessoas que vivem no bairro Peroba. Tal aproximação teve o objetivo de conquistar a concordância da presença do pesquisador para a observação das práticas sociais dos moradores e para realização das conversas e entrevistas. O primeiro contato com o bairro aconteceu em dezembro de 2016, durante evento organizado pelo Núcleo de Pesquisa, Extensão e Apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, o Núcleo Travessia.

Desde este primeiro contato, os laços foram estreitados a partir de projetos de pesquisa, extensão e encontros realizados ao longo de 2017, em que possibilitaram ao pesquisador e ao Núcleo Travessia estarem próximos da comunidade. Com a aprovação do projeto “Mãos que Cultivam Carinho”, financiado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e em parceria com o Núcleo, no ano de 2018, o pesquisador foi indicado para acompanhar tal projeto e, desta forma, poder se envolver com a comunidade de maneira constante, possibilitando a reunião mensal com os envolvidos do bairro em torno deste projeto. Tais aproximações foram essenciais para uma entrada a campo sem receios por parte dos moradores do bairro Peroba, abrindo caminho para que a pesquisa fosse construída.

Com essa aproximação e aceitação, foi possível utilizar os primeiros instrumentos: as observações e as conversas, as quais garantiram as primeiras informações da Peroba. Como próximo passo, a pesquisa contou com a comunicação entre um informante-chave e o pesquisador, possibilitando à pesquisa de campo se ampliar no bairro através das indicações e convites feitos por parte do morador informante. Um informante-chave é uma pessoa com amplos contatos e envolvimento ativo na comunidade, ou pessoa que tem um conhecimento especial, informação profunda e ampla sobre um sistema, serviço ou outro assunto de interesse específico do pesquisador (SCHENSUL, 2004). Para Gilchrist e Williams (1999, p.74), "o informante-chave ajuda a transformar a compreensão limitada do pesquisador sobre a cultura em algo com significado para a cultura do próprio pesquisador. Um informante-chave é um tradutor tanto literal quanto figurativamente".

Aqui, podemos determinar que o que chamamos de informante-chave é, para Brandão (2007), o sujeito participante da pesquisa capaz de produzir dados, o que o autor classifica em três categorias: i) o entrevistado de dado que é o sujeito pobre de experiência, ou mesmo o sujeito de experiência, mas fechado, considerado aquele em que não se consegue na entrevista mais do que alguns dados a respeito de como é determinada realidade, objeto ou circunstância; ii) o entrevistado informante capaz de fornecer material crítico através de bastante fala, explicação, apresentação de história de vida e que interpreta fatos; e iii) o informante especialista que, além de produzir dados populares com muita precisão, também é aquele que entende profundamente de determinada realidade ou objeto, apresentado as informações como um especialista (BRANDÃO, 2007).

Ainda de acordo com Brandão (2007), no caso de um trabalhador camponês, é difícil de localizar o sujeito que se encontra na terceira categoria, porque todos são mais ou menos sabedores do mesmo nível. No caso específico do bairro Peroba, o informante-chave considerado especialista, capaz de fazer interpretações em torno da história do bairro e das

peças antigas era apenas um: o morador mais antigo do bairro, seu João Pedro¹⁵. Seu nome sempre surgia nas conversas que se tinham durante os encontros realizados na Peroba, pois as pessoas terminavam dizendo: “Você precisa conversar com seu João Pedro, ele sabe dessas coisas mais que eu”. E, de fato, seu João Pedro é um especialista sobre fatos passados, capaz de apontar detalhes de certo contexto como se o estivesse vendo em sua frente.

O outro informante chave, Edson Carvalho, apareceu por ser o primeiro contato do bairro, quase que espontaneamente. Mas isso ocorreu, também, por ele ser uma liderança nas questões que envolviam oportunidade de fortalecimento do trabalho na agricultura do bairro, principalmente em torno do escoamento das mercadorias dos agricultores e para o incentivo da produção orgânica na Peroba. Edson Carvalho é um tipo de porta-voz e conhecedor das demandas do bairro, tornando-o, assim, um especialista para a pesquisa, já que conhecia as demandas de produção, os anseios dos agricultores e as necessidades dos moradores.

Ainda, o uso de informante-chave da comunidade como estratégia de pesquisa possibilitou a identificação de outras pessoas portadoras de informações que constituem a população em estudo. Esta relação facilitou a aproximação do pesquisador com os sujeitos que possuem conhecimento histórico, cultural, ambiental, socioeconômico e religioso do bairro. Em outras palavras, frequentemente se tornou uma via de acesso do pesquisador ao grupo pesquisado (GILCHRIST E WILLIAMS, 1999). Considerando tal explicação, esta pesquisa contou com dois informantes-chaves: o primeiro que se teve contato é aquele que teve conhecimento sobre rotinas, modos e costumes sobre o uso da terra e da maioria dos moradores, e que levou ao encontro do segundo, aquele que teve informações sobre histórias, ancestralidades, modos e costumes sobre a distribuição da terra e formação do bairro.

Constituem-se os seguintes grupos que configuram a localidade em estudo: i) aqueles em que os moradores são herdeiros de um ancestral do bairro e são agricultores – e se encaixa nesse grupo também os descendentes dos herdeiros (ou herdeiros dos herdeiros); ii) aqueles em que os moradores vieram de fora e são agricultores porque compraram terra dos herdeiros; iii) aqueles em que os moradores vieram de fora e passam fim de semana porque compraram terra dos herdeiros; iv) aqueles em que os moradores são herdeiros de um ancestral do bairro mas vivem fora, usando a morada para fins de semana; v) aqueles em que os moradores são herdeiros de um ancestral do bairro mas trabalham com outra atividade que não a agricultura – e se encaixa nesse grupo também os descendentes dos herdeiros (ou herdeiros dos herdeiros).

¹⁵ Todos os nomes são fictícios e a justificativa para a omissão dos nomes encontra-se no item 3.4 deste capítulo.

Estas informações mais detalhadas traçam um contorno para a configuração atual e inicial do bairro e que serão tratadas com maior profundidade em capítulo específico deste trabalho. O que se pretende neste momento é revelar algumas informações iniciais que ajudam a delinear quem são os sujeitos alvos da pesquisa. De posse dessas informações, os participantes escolhidos para a realização desta pesquisa encontram-se divididos em dois grupos de moradores do bairro: i) aqueles que são herdeiros (ou herdeiros de herdeiros) de um ancestral comum do bairro e são agricultores no bairro; ii) aqueles que são herdeiros (ou herdeiros de herdeiros) de um ancestral comum do bairro, mas trabalham com outra atividade que não a agricultura e ainda vivem no bairro.

Esta escolha pode ser explicada porque, sendo um grupo de moradores formados por agricultores familiares e herdeiros de um ancestral comum, também são detentores de informações sobre os outros grupos de moradores, agricultores ou não, uma vez que há uma ligação entre eles através das transições e acordos de compra e venda da terra, além do próprio convívio. A escolha deste grupo também se dá pela proximidade que têm com a história mais recente da comunidade, possibilitando revelar dados de transição de terra – compra, venda e herança -, migração e parentesco.

Quantitativamente, os participantes escolhidos representam: i) cerca de 60% de todas as famílias que vivem no bairro, dispostos em 25 sítios, desprezando aquelas propriedades desocupadas e sem moradores; ii) 100% de todos os herdeiros (e herdeiros de herdeiros) de um ancestral em comum; e iii) 80% dos agricultores, ou seja, 20 famílias, uma vez que despreza aqueles que vieram de fora e tocam alguma atividade agropecuária no bairro. Isto posto, a fase de entrevistas foi dividida em duas etapas: a fase teste, que ocorreu inicialmente com 3 famílias, para ajuste do roteiro como instrumento de coleta de dados; e a fase 2, realizada com 22 famílias, sendo entrevistadas por ordem de acesso e disponibilidade das mesmas, totalizando então, as 25 famílias moradoras que compõe o número de participantes desta pesquisa.

Definidos os sujeitos participantes, o próximo passo foi elaborar o roteiro de pesquisa necessário para a realização da pesquisa com o grupo de moradores selecionados. Sem a ajuda de um pequeno e muito eficiente conjunto de colaboradores, a elaboração do roteiro teria se alongado no tempo e se reduzido em suas possíveis contribuições para o conhecimento do assunto pesquisado. Assim, a participação dos pesquisadores do Núcleo Travessia foi importante para a qualidade deste instrumento. Só então, após a aplicação teste com três famílias da Peroba, o roteiro passou por um refinamento antes ser usado com a totalidade dos entrevistados do bairro.

As entrevistas ocorreram ao longo de 2019 e os primeiros meses de 2020, sendo realizadas de acordo com a disponibilidade de cada família, considerando uma entrevista no período da manhã e outra no vespertino, sempre nos finais de semana. Os encontros foram marcados com antecedências via celular e ocorreram na própria casa dos moradores, os quais tinham uma hospitalidade sempre zelosa. Os encontros, muitas vezes, não se davam por encerrados, necessitando uma segunda visita pois sempre mais assunto surgia ou se mostravam necessários para completar as informações dadas. Das 25 famílias que fizeram parte da pesquisa, em sete se fez necessária uma segunda, ou mesmo, uma terceira visita.

Findadas as entrevistas, as informações que foram permitidas as gravações passaram por transcrição e, para aquelas em que não foi possível o uso de gravador, os dados foram anotados no ato da conversa em caderno de campo. Os dados foram organizados de acordo com os temas específicos (as categorias de análise do Item 3.4 que se segue) para posterior análise. As entrevistas não encerraram a ida a campo, pois algumas questões que surgiram durante a escrita da pesquisa demandaram novas visitas ao bairro, colocando em uso as conversas informais, mas neste momento com pergunta específica para orientar as ideias e as respostas.

3.4 Formas de análise e apresentação dos dados

Este tópico trata das formas de apresentação dos dados das entrevistas semiestruturadas, das conversas informais, das observações iniciais e dos mapas elaborados. Neste sentido, a partir do contato com os moradores do bairro Peroba, é importante salientar que para o tratamento dos dados os nomes dos entrevistados são trocados por outros fictícios, uma vez que existem no bairro ressentimentos ou receios quanto à divisão de heranças e, por este motivo, a supressão dos nomes para que eventual leitura deste trabalho não dê proporções maiores às condições de tais conflitos.

Quanto ao roteiro estruturado para as entrevistas dos moradores, este compreendia vinte questões gerais e orientadoras que foram divididas em quatro categorias principais de análise: i) perfil familiar; ii) trabalho na terra e outra geração de renda; iii) sistema de organização – uso e posse da terra; e iv) percepções sobre desenvolvimento - tempo e lugar. Assim, o objetivo do roteiro estava nas identificações em torno da família, do trabalho, da ancestralidade, da posse e uso da terra e das percepções sobre mudanças nas formas de organização do dia a dia.

Após a realização de entrevista com as 25 famílias, dentre as quais encontravam-se os informantes-chaves, foi possível coletar informações para a elaboração de tabelas de parentesco, para auxiliar a compreensão dos descendentes e seus ascendentes, possibilitando,

desta forma, apresentar quantas e quais gerações se encontram no bairro. O uso deste tipo de tabela facilita a compreensão da passagem da herança da terra entre as famílias e ajuda a alcançar um dos objetivos que é compreender a posse da terra no bairro e ainda possibilita a identificação da ocupação espacial da localidade.

A Figura 7 representa uma tabela de parentesco usada para a decodificação simplificada da ancestralidade e descendência e sua leitura é facilitada pelo esquema indicado na Figura 6 e estas representações foram elaboradas a partir das informações do artigo 1.591 do Código Civil Brasileiro, ou seja, consideram que o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem; considera parentes em linha reta, transversal ou colateral; e, por afinidade, considera-se o parentesco limitado aos ascendentes, descendentes e irmãos do cônjuge (BRASIL, 2002). O código civil considera que parente é até quarto grau, o que para esta pesquisa este limite será desconsiderado, uma vez que as transições de terras entre as famílias, ao longo dos anos, desprezam tal limite, pois as gerações em linha reta ou colaterais se conectam até um ascendente comum e a distribuição de terras em herança segue, muitas vezes, o mesmo padrão.

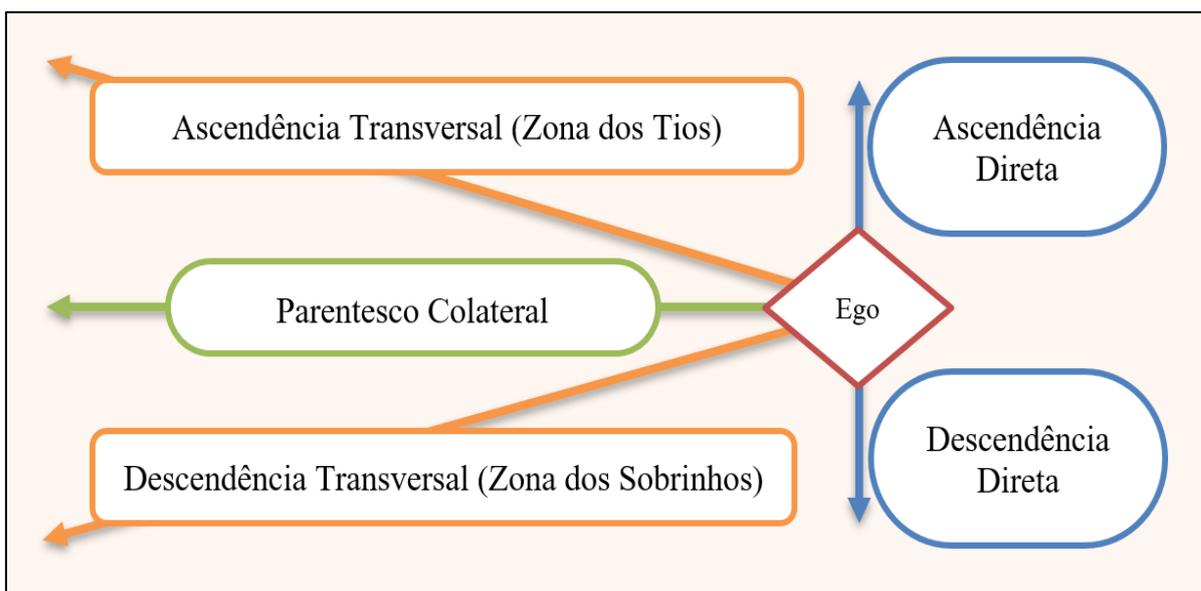


Figura 6 - Esquema de leitura do quadro de parentesco.

Fonte: elaborada pelo autor.

Os ascendentes transversais são tios, tias, tios-avôs, tias-avós, tios segundos, tias segundas, tios-avôs terceiros, tias-avós terceiras, tios-bisavôs, tias-bisavós e assim por diante; os descendentes transversais são os sobrinhos, sobrinhos-netos, sobrinhos segundos, sobrinhos-bisnetos etc.; os parentes colaterais são os irmãos, primos, primos segundos, primos terceiros e assim por diante; os descendentes diretos são os filhos, netos, bisnetos etc.; e os ascendentes diretos são os pais, avós, bisavós, trisavós etc. O ego, ou a personalidade em análise, é o sujeito

usado como referência para a identificação de seus parentes dentro desses níveis de descendências e ascendências diretas, transversais e colaterais. Diante desta explicação é possível traçar os ascendentes e descendentes, de posse do quadro abaixo (Figura 7), para os moradores do bairro Peroba.

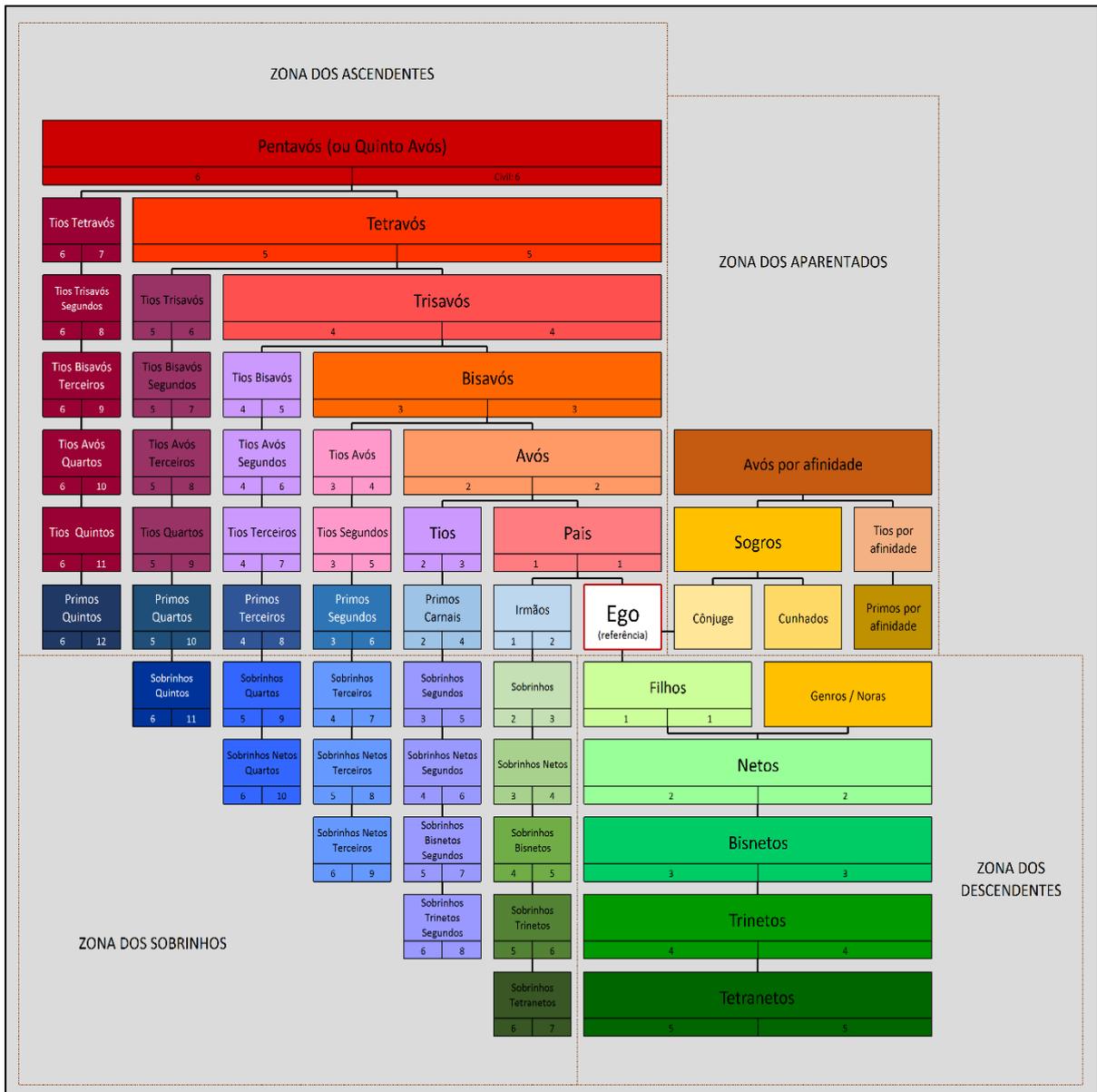


Figura 7 - Quadro de parentesco segundo o Código Civil Brasileiro.

Fonte: elaborada pelo autor com dados do Código Civil Brasileiro.

Esse quadro de parentesco (Figura 7) dialoga com as questões 2.1.2; 3.1.2.1; 3.1.2.2 e 5.1.1 do roteiro de pesquisa (Anexo I), possibilitando cruzar as respostas com o grau de parentesco, identificando qual a geração do entrevistado e se este é detentor, herdeiro ou possível herdeiro de terra. O quadro de parentesco não ajuda diretamente nos objetivos desta pesquisa, mas torna-se um instrumento para auxiliar a entender melhor quais eram as gerações de detentores das terras e quais eram as que recebeu, como também será transformado em

material para a devolutiva, visto que há necessidade por parte dos moradores do bairro em obter informações sobre a ancestralidade e os laços parentais entre eles.

A análise do quadro é assim: digamos que a entrevista ocorreu com A e, desta forma, conseguimos identificar em que grau de parentesco ela se encontra no quadro acima. Esta identificação irá apontar se tal morador é detentor, transferente, herdeiro, possível herdeiro etc. Lembrando que a referência (ego) para a leitura deste quadro é sempre o morador vivo mais velho do bairro e que possui o maior número de descendentes, no caso o Sr. João Rosa Carvalho, considerado detentor e transferente de terra, uma vez que possui filhos (possíveis herdeiros). Esta análise possibilita a leitura da divisão das terras e como se configura a sua distribuição, permitindo ainda a elaboração do mapa antigo e atual do bairro em torno desta questão.

O quadro de parentesco da Figura 7 é necessário para a construção da árvore genealógica do bairro, o que permite se tornar um documento físico para a devolutiva, assim como o texto desta dissertação, a serem apresentados após o encerramento da pesquisa. A árvore genealógica do bairro foi construída através de uma plataforma gratuita chamada *Genoom* e em colaboração com alguns moradores. Com a árvore genealógica finalizada, será possível a impressão, em escala grande, para a exposição dos dados e a posterior contemplação por parte dos moradores quando este documento for afixado no centro comunitário.

Considerando essas formas de análise dos dados obtidos através dos instrumentos desta pesquisa, o capítulo seguinte se encarrega de apresentar os resultados, calcado nos dados brutos, onde buscou-se torná-los significativos e válidos dentro de um contexto descritivo e explicativo. Esta interpretação foi além do conteúdo manifesto dos documentos organizados e originados a partir das observações, conversas, mapas e entrevistas, pois, o que se interessou, também, na pesquisa foi o conteúdo subentendido, ou seja, no sentido que se encontra por trás do diretamente apreendido pelo exame dos dados obtidos.

Neste sentido, o capítulo seguinte está dividido em categorias que apresentam os dados e suas análises de acordo com a linha de raciocínio demonstrada no referencial teórico, possibilitando uma leitura que seja fácil de identificar se os dados reforçam ou não o que a bibliografia buscou apresentar e se existe uma estratégia que garanta a manutenção da terra e da vida dos moradores em torno da agricultura/campesinidade. Assim, o capítulo seguinte compreende: i) a campesinidade no bairro Peroba, revelando o que se identificou em torno da organização camponesa do bairro; ii) as mudanças e permanências, tratando de apresentar se o espaço rural se transformou diante das pressões em torno do trabalho e da família; e iii) a relação com a terra, apresentando as estratégias, acordos e ajustes que se assumem em torno da posse e como se dá o uso dessa terra no bairro Peroba.

4 UM OLHAR RURAL: CONTEXTOS E CONTORNOS

“Antigamente a gente plantava mais, mas parece que faltava dinheiro. Hoje, só com essa hortinha a gente leva uma vida melhor. O pessoal tem carro, tem moto, tem geladeira. Antigamente não via essas coisas dentro de casa, não”.

Sr. Geraldo Carvalho, agricultor da Peroba.

Este capítulo apresenta dados sobre o modo de vida no bairro rural da Peroba e busca mostrar as suas mais variadas representações, organizações e orientações, evidenciando sobre quem é o agricultor da Peroba, seus problemas enfrentados para a manutenção das terras, suas estratégias de permanência no bairro, os acordos que assume para a posse e o uso das terras e seus costumes e tradições, evidenciando, assim, o modo de vida rural, a manutenção e a configuração de sua localidade, bem como as percepções sobre a importância da terra para desenvolvimento de seu universo.

Assim como Wanderley (2003) indicou em sua pesquisa, a revelação da campesinidade no bairro Peroba pretende esclarecer que o meio rural não se trata de uma categoria em extinção, mas sim uma categoria em transformação onde não se pode abandonar a associação terra e trabalho, bem como suas bagagens históricas. Por isso, é apresentado, através da investigação sobre as percepções em torno das mudanças e permanências da relação dos moradores da Peroba com a terra, os elementos que revelam a configuração do bairro Peroba e sobre a vida que seus moradores levam na segunda década dos anos 2000.

Após a apresentação e entendimento dessas informações, é responsabilidade deste capítulo indicar os caminhos para compreender a explicação sobre a configuração atual do bairro Peroba e tal relação que esta possui com as estratégias, acordo e ajustes assumidos pelos moradores para o uso e a posse e a propriedade da terra. Cabe, aqui, indicar como as alternativas de acesso à terra podem moldar a configuração do bairro (geográfica e populacional) e esta é capaz de moldar as pessoas que o habitam (costumeiramente, economicamente etc.) e, ao mesmo tempo, em que essa configuração também é moldada por essas pessoas.

4.1 O rural do bairro Peroba

A condição camponesa do bairro Peroba, no contexto dos dias atuais, compreende estratégias em torno da autonomia de seus moradores. Em outras palavras, esta autonomia se caracteriza como uma luta que se realiza em um contexto marcado por estratégias de geração de renda que estão para além do trato da terra como única fonte de renda, mas também nas atividades não-agrícolas onde existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem as

interrelações não só entre os agricultores, mas entre estes e a natureza e suas interações com o mercado. Essas interrelações é que dão sentido à vida do agricultor da Peroba, pois ele necessita trabalhar a terra e comercializar para gerar renda e sustento à sua família.

A vida do agricultor da Peroba se sustenta em cinco pilares que se interdependem: o trabalho, a propriedade da terra, a participação da família, a relação com o mercado e o acesso e conhecimento das políticas públicas, como é o caso das compras públicas realizadas pelo Estado, o direito a aposentadoria e o recebimento das pensões. Estes elementos significam a permanência de homens e mulheres no campo e dão garantias às atividades rurais e dos modos de ser, viver e fazer às gerações seguintes. Assim, a forma como os agricultores tratam o acesso e o uso da terra, as formas de trabalho, a participação da família, bem como sua relação com a natureza, o mercado e as políticas públicas, revela muito do que pode ocorrer no bairro: migração definitiva ou permanência; escassez ou abundância de terra; influência de mercado enfraquecido ou forte; presença ou ausência de políticas públicas; entre outros.

Tais ocorrências estão relacionadas entre si, onde uma pode ser causa ou consequência de outra. A saída - definitiva ou não - ou a permanência no bairro rural depende de alguns fatores para além de haver ou não possibilidades de acesso à terra para todos, como, por exemplo, mercado forte ou enfraquecido, ou a necessidade de migração de parte dos membros da família. Se houver terra suficiente, mas não houver mercado forte (ou vice-versa), essa saída do bairro para a cidade pode ser uma consequência. Mas se houver terra suficiente e um mercado forte não é sempre uma garantia absoluta de que a permanência no meio rural seja um fato, pois outros fatores também podem interferir, como, por exemplo, as possíveis facilidades oferecidas pelo universo urbano, ou seja, a influência dos meios e modos de vida da cidade.

Isso nos mostra que a dinâmica do meio rural é tão complexa que, para seu entendimento, é exigido um domínio analítico que não a torne menos compreendida. Por exemplo, esse contexto de migrar ou permanecer também está relacionado à questão de possibilitar acesso à terra. Como Woortmann (1990) afirma, camponeses produzem migrante tanto quanto produzem alimentos e com isso podemos perceber como a lógica migratória é obrigatória dentro de qualquer sociedade camponesa. Entender a dimensão dessas migrações é importante para a pesquisa porque existe uma dinâmica de mobilidade espacial que acontece dentro das sociedades camponesas que precisam ser compreendidas, pois auxiliam o entendimento do acesso da terra por aqueles que decidem permanecer no espaço rural.

Ainda, dentro desta perspectiva de complexidade, um elemento que pode ser considerado dosador para as causas e consequências dentro do universo rural é a presença das políticas públicas (ou do Estado) que garantem o fortalecimento e a valorização de seus

moradores. Podemos pensar primeiramente, por exemplo, em uma realidade em que há terras, mas mercado enfraquecido, que a presença de políticas públicas que garantem alternativas de mercado possibilita um desenvolvimento para quem tem capacidade de plantar baseados nos pilares trabalho, terra, família e mercado.

Mas outro elemento dosador, dentro desta questão de políticas públicas, está a aposentadoria e/ou a pensão, que possuem um efeito evidente sobre a estratégia de acesso à terra, uma vez que há uma relação com uma parcela da população da Peroba - os idosos, os viúvos e outros pensionistas - indicando uma campo inteiro de geração e renda onde há elementos que influem no bairro e nas próprias dinâmicas de permanência. A aposentadoria no meio rural possibilita duas condições: i) para uma parcela de moradores do bairro - jovens e agricultores ativos – poder se afastar do campo visto que os pais podem cuidar de si mesmos; e ii) o fato de os pais poderem dispor da aposentadoria pode vir a liberar com mais facilidade o acesso à terra para os filhos se dedicarem à agricultura.

Assim, a campesinidade está em torno de como homens e mulheres rurais designam, organizam e orientam suas vidas, buscando usos de todos os tipos de alternativas que os auxiliem no tratamento de suas demandas. São essas buscas que permitem novos contornos na configuração nos modos de ser de um grupo, na configuração de uma localidade, na relação com a natureza etc. Para tanto, a seção seguinte nos apresenta que contornos a configuração do bairro Peroba assume em torno das denominações, organizações e orientações sobre a terra.

4.1.1 Propriedades, terras, fazendas, estabelecimentos rurais ou chácaras?

Os primeiros dados coletados sobre a organização do espaço rural na Perona são apresentados na Figura 8 e trata-se de um mapa elaborado a partir de imagens de satélite do Google Earth cruzadas com dados fornecidos pelo primeiro informante-chave e, ainda, com dados obtidos pelas observações durante as visitas iniciais ao bairro. Porém, para que se possa prosseguir com o assunto e entender as categorias de propriedades, terras, fazendas, estabelecimentos rurais e chácaras é preciso que se tenha em mente o conceito de domicílios para que não se confunda com estas categorias. Assim, deve-se considerar que domicílio é a casa de alvenaria em que habitam as famílias. Esses domicílios são componentes ou elementos das propriedades, das terras, das fazendas, dos estabelecimentos rurais e das chácaras. O mapa da Figura 8 mostra que a Peroba possui 46 domicílios, dos quais quatro estão desocupados e não têm finalidade para habitação.

As categorias que possuem domicílio como componente são: i) aquelas usadas para fins de semana, o que os moradores denominam de chácaras ou casas de veraneio, sendo “chácara” a denominação mais falada no bairro, o que leva esse nome ser usado ao longo do texto para denominar as propriedades de veraneio que possuem ou não as características de um estabelecimento rural, as quais somam 17 chácaras; ii) as categorias que compreendem os domicílios daqueles que residem no bairro e trabalham com a agricultura e/ou pecuária, o que usou denominar-se de estabelecimento rural, considerado uma unidade de produção familiar onde trabalham uma, duas ou mais famílias cujo objetivo está em torno do sustento familiar, compreendendo, neste caso, 20 estabelecimentos rurais; iii) domicílios encontrados dentro das fazendas e, iv) os domicílios daqueles moradores que residem no bairro e trabalham fora porque não tem na agricultura uma forma de sustento e, neste caso, são denominados de apenas domicílio ou propriedade, não fazendo parte, então, de uma categoria específica.

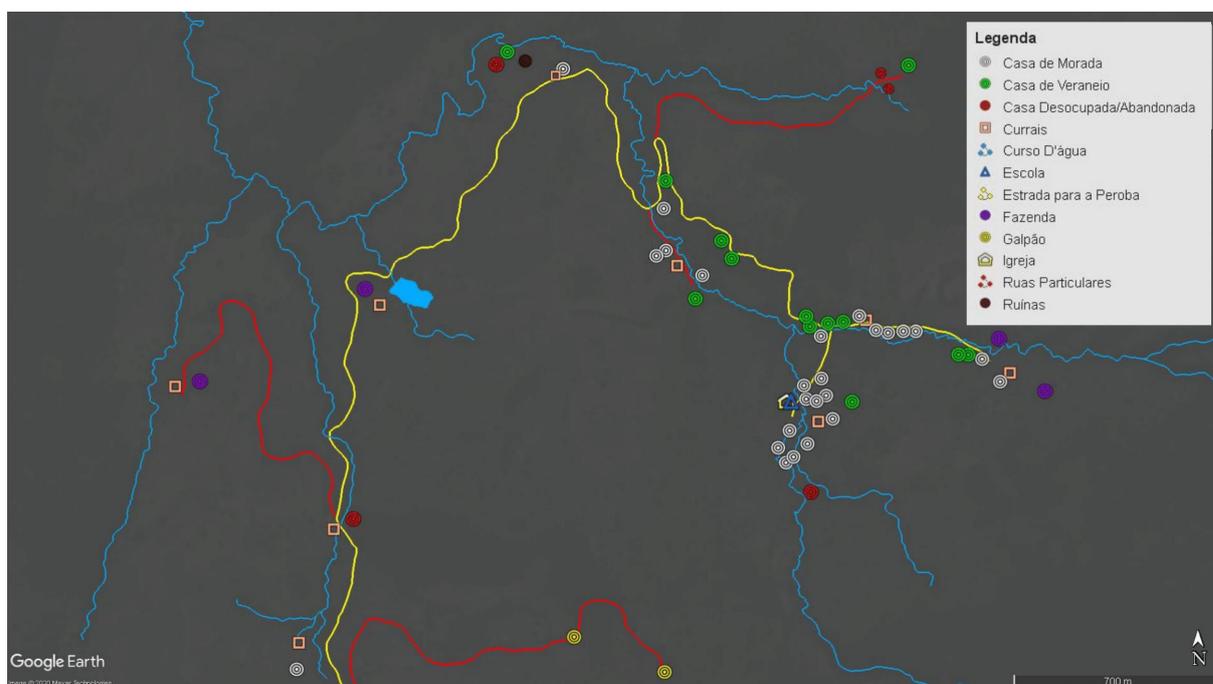


Figura 8 - Mapa dos tipos de categorias com os domicílios do bairro Peroba.

Fonte: elaborada pelo autor com dados de pesquisa.

O termo propriedade, no texto, assume dois sentidos: i) o de espaço físico, onde se encontra o domicílio e ainda se caracteriza de acordo com a utilidade dada pela família que o habita e, aqui, esse termo será indicado dentro daquelas categorias já apresentadas, ou seja, como fazenda, terras, estabelecimento rural, chácara ou mesmo o próprio domicílio que não é elemento de alguma categoria específica; ou ii) o de controlar, caracterizado pelo poder de possuir o domínio sobre um determinado bem rural, seja este bem apenas um domicílio ou mesmo uma fazenda, uma terra, um estabelecimento rural ou uma chácara. Esse duplo sentido surge principalmente nas falas dos moradores mais novos - até 40 anos de idade - quando

perguntado sobre quem são os donos das terras no bairro Peroba, e uma dessas falas é de um morador que explica a organização das terras do bairro.

Aqui no bairro, as terras têm muitos donos. Aqui desse lado, se você for ver, esse pasto inteiro é propriedade do Seu Djalma. Já do outro lado, perto da reserva, já é a propriedade do Seu Jorge. Eu estou praticamente no meio dos dois, se você for ver bem. E para fechar o cerco, ainda tem o Seu Luiz Celso. As terras dele fazem divisa aqui em frente e segue a estrada até lá embaixo, perto da minha cunhada. Então daquele lado da estrada é propriedade do Seu Luiz Celso e desse lado a gente tem as casas do meu pai, da minha irmã, da minha tia e dos outros parentes. Você vai perceber que aqui para cima as terras estão mais divididas do que lá para baixo. Aqui tem mais propriedade do que lá pra baixo. Porque lá pra baixo são os fazendeiros que têm a propriedade de mais terras do que os daqui de cima. Os daqui de cima tem a propriedade de pouca terra (Edson Carvalho).

Para os moradores do bairro Peroba, propriedade é o conjunto de terras, casa e curral (mas pode ser cada um destes, a depender do caso) que estão sob o controle de um indivíduo ou de uma família e são utilizados para a moradia e o trabalho ou, também, somente para a moradia, possuindo escrituras, inventariadas ou não, que garantem a sua posse. Assim, pode-se dizer que todo agricultor na Peroba tem sua propriedade, mas nem todo proprietário é agricultor. É possível, de antemão, determinar que não há conflito entre os termos propriedade e posse junto aos moradores. Portanto, pode-se determinar que toda propriedade ou posse podem ser categorizadas de acordo com as especificidades de uso que cada uma assume. Algumas dessas categorias são identificadas através da entrevista e conversas obtidas com Seu Edson Carvalho, filho do Senhor Joaquim Carvalho.

Aqui na Peroba nós temos o sítio dentro da propriedade do meu pai e ele também tem o sítio dele com a horta, a casa e o pasto para as vacas. Aqui no bairro todo mundo que trabalha na lavoura está dessa forma e se não for todo mundo, acho que a maioria: no sítio do Tio Barbosa tem a Deise e André (filhos) que também moram lá, cada um com a sua casa; a minha irmã (Lígia Carvalho) mora nas terras do sogro; a tia Vicentina tem a casa na terra do sogro; o tio Silvério também tem o sítio nas terras do sogro. Está assim. Mas também tem aqueles que tem casa no bairro, mas aparecem por aqui só nos fins de semana para descansar da cidade (Edson Carvalho).

Podemos observar na Peroba que os sítios, e aqui passarão a ser denominados como estabelecimentos rurais, são as unidades de produção onde moram e trabalham os membros de uma família. É possível encontrar também a existência de vários sítios dentro de uma propriedade maior, ou seja, são terras totais habitadas por mais de uma família que moram e trabalham na propriedade. Neste caso, o sítio maior é a propriedade total titulada e pertencente a um ancestral comum enquanto os sítios menores são posses cedidas ou herdadas aos/pelos descendentes e que podem possuir, ou não, escritura. Em caso de parcela de terra escriturada,

esta denomina-se uma nova propriedade que pode a vir ter outras parcelas cedidas ou herdadas, a depender do seu tamanho, considerando o módulo rural vigente.

No caso de um sítio menor que ainda não seja titulado, o que pode indicar uma herança que ainda não foi concretizada, é considerado uma posse, pois trata-se de um espaço onde o agricultor tem sua casa de morada e suas terras para o cultivo e/ou a pastagem, ou seja, é posse porque existe trabalho e uma família vivendo nesta parcela da terra sem um documento formal que indica a propriedade. Abaixo, a Figura 9 sintetiza o que foi apresentado sobre a organização dos sítios no bairro Peroba, considerando a posse por parte das famílias que vivem em determinada parcela de terra.

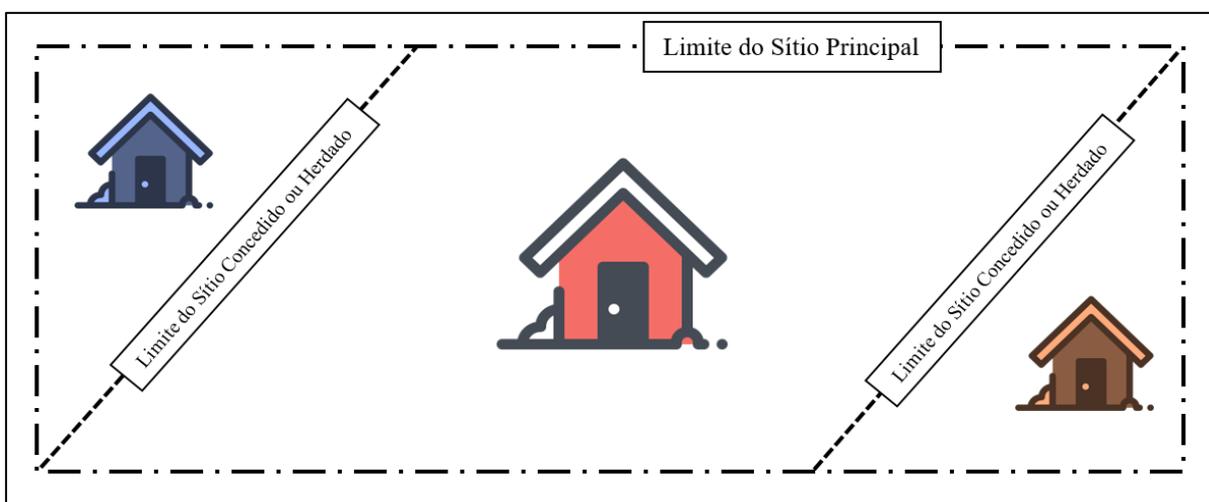


Figura 9 - Esquema sobre a organização dos sítios no bairro Peroba.

Fonte: elaborada pelo autor.

Na Peroba é regra que a casa mais antiga (e não necessariamente a maior) seja habitada pelos pais (ou avós, se for o caso) e estes são os detentores da propriedade da terra através de escritura, considerada a propriedade principal, os quais podem ser classificados como transferentes de terra dentro da lógica de herança que existe no bairro (a ser detalhada adiante em seção específica), os quais, ainda, em algum momento da história de divisão das terras, também tiveram acesso às suas parcelas originais através de herança ou compra.

As demais casas dentro da propriedade principal são habitadas por filhos (ou netos, se for o caso) e raramente estes possuem escritura, uma vez que seus acessos à terra são por concessão por parte do transferente e, neste caso, a escrituração acontece somente com a divisão da herança. Assim, filhos (ou netos) são donos através do vínculo de parentesco e, também, pelo trabalho que realizam nas terras.

Como o acesso de filhos (ou netos) à terra antes da herança se dá por concessão, esta ocorre como um “contrato” verbal realizado entre pais e filhos (ou netos e avós) o que nos mostra que a “palavra” tem fé e possibilita o uso da terra para a formação e sustento de uma

nova família dentro da propriedade maior. Neste sentido, o filho (ou o neto) é dono pelo trabalho, visto que precisa da terra para manter a família, e pelo vínculo parental, uma vez que pai (ou avô) cedeu parte da terra por conta do parentesco que existe entre as partes, e todos que vivem no bairro são considerados como testemunhas para tais acordos verbais.

Essa primeira regra que organiza a distribuição das terras entre os moradores do bairro, determina a posse da terra e, assim, a propriedade só se concretiza com a titulação em cartório, seja por doação ou por inventário que determina a herança (o que só ocorre com a morte do titular da propriedade principal). O que acontece na Peroba é que poucas foram as propriedades atuais que não realizaram tal inventário (e suas respectivas titulações) após a morte de um ancestral proprietário, configurando no bairro uma padronização dentro do âmbito legal das escriturações de terras previstas pelo Código Civil.

O que ocorre é que, dessas propriedades escrituradas, muitas se encontram fragmentadas como resultado das cessões de terras em consequência dos matrimônios dos filhos (ou netos), constatadas a partir da observação que se fez sobre as inúmeras casas construídas dentro de um mesmo limite de cercas principais. Isso quer dizer que o bairro Peroba possui mais sítios sob a posse do que sob a propriedade escriturada e, num futuro não muito distante, quando a herança se fizer necessária, implicará em novas escriturações, as quais acontecerão se não esbarrarem nas regras que estabelecem o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964).

Uma dessas regras é o módulo rural que estabelece as dimensões da propriedade familiar e representa uma área mínima de terra calculada para cada imóvel rural e que é controlado pela fração mínima de parcelamento, definindo, desta forma, a menor dimensão que um imóvel rural poderá possuir. Geralmente, o tamanho do módulo rural gira em torno de dois hectares, mas isso é definido por uma série de elementos que podem aumentar ou diminuir esse padrão, como i) a localização e os meios de acesso do imóvel em relação aos grandes mercados; ii) as características ecológicas das áreas em que se situam; ou iii) os tipos de exploração predominantes na respectiva zona (BRASIL, 1964).

Sendo assim, de acordo com o Estatuto da Terra, o módulo rural varia não apenas quanto à localização do imóvel, mas também com relação ao tipo de exploração nele existente, podendo, segundo a classificação do Incra, ser: hortigranjeiro; de cultura permanente ou temporária; de exploração pecuária, florestal ou indefinida (BRASIL, 1964). Dentro dessas categorias de possibilidades, o bairro Peroba tem suas terras sujeitas à essas classificações, que determinarão a ocorrência ou não do parcelamento das terras, sobretudo em caso de sucessão "causa mortis" e nas partilhas judiciais ou amigáveis. Pode-se determinar que as novas

propriedades não se podem dividir em áreas inferiores às da dimensão do módulo de propriedade rural, legando à comunidade novos desafios para a manutenção de suas terras.

Diante dessas verificações, as parcelas de posse ou propriedade de terras de uma família, seja pela herança ou pela cessão em decorrência do matrimônio, faz com que o bairro Peroba se constitua num mosaico de propriedades, as quais assumem diversas funcionalidades e classificações quanto ao uso, tamanho etc. Aqui, ainda podemos citar as chácaras, das quais muitos dos proprietários não são agricultores e, também, não necessariamente são propriedades daqueles “vindo de fora”. Estas informações podem ser observadas pelas conversas e entrevistas realizadas com a família da agricultora Raquel Carvalho.

Na Peroba, quem trabalha na roça mesmo são as famílias mais antigas. Acho que são metade. Os outros vem passar fim de semana ou vem de vez em quando para ver como estão as terras. Até os fazendeiros não moram no bairro. Alguns compraram terras das famílias que foram embora do bairro e outros, acho que a maior parte, têm suas casas por causa da herança que receberam, mas não moram no bairro porque trabalham na cidade. Então a gente vê aí que tem muita casa sem ninguém dentro porque só aparecem de vez em quando para descansar (Raquel Carvalho).

Muitas destas propriedades são de descendentes que migraram para trabalhar e viver nas cidades e têm na Peroba um destino para finais de semana e feriados por consequência de herança recebida. O que diferencia a propriedade do agricultor tradicional, ou seja, o sítio, em relação à chacara está no sentido econômico do uso da terra de cada tipo de propriedade. O agricultor, além de trabalhar a terra sob sua propriedade ou posse – a depender do caso – utiliza da produção oriunda de seu trabalho para, além de garantir seu alimento, poder gerar renda através da venda dos produtos e garantir o sustento da família.

As chácaras do bairro se resumem em três tipos: o primeiro trata-se daquela em que a terra possui características próximas das encontradas na propriedade do agricultor, como as hortas, pomares, aves e vacas, e por esse motivo, seu dono ainda mantém o vínculo com o universo rural; o segundo está em torno daquela em que a terra se caracteriza como um espaço para veranejar, onde se encontra apenas a casa e é consequência de uma herança de quem migrou; e o terceiro tipo é semelhante ao segundo, mas trata-se daquela chacara em que a terra tem sua origem a partir da compra feita por alguém “vindo de fora”.

Os dois primeiros tipos de chacara podem significar uma espécie de poupança que garante a quem partiu a possibilidade de retornar futuramente ao bairro, de forma definitiva, mas com uma vida assegurada com os recursos conquistados na cidade. Essa espécie de poupança é considerada como uma estratégia: trabalha-se na cidade, mas mantém-se o vínculo com o universo rural através de suas terras - chácaras. É importante salientar que a chacara que

possui tais características é chamada também de sítio. Não há um consenso entre os moradores sobre estas denominações, mas o nome “sítio” é frequentemente usado porque a propriedade, mesmo não havendo um agricultor vivendo nela, tem seus pomares, galinhas e vacas. Embora o terceiro tipo de chácara tenha contornos parecidos aos primeiros, não se trata de uma garantia de retorno ao espaço rural, mas um lugar de descanso, uma vez que seu dono veio de fora, geralmente das cidades, para passar fins de semana.

Considerando as características das propriedades, existe ainda um terceiro tipo encontrado no bairro: a fazenda. Este tipo de propriedade se diferencia do sítio e da chácara por conta de seu tamanho e uso. A pesquisa apresenta seus traços:

As duas fazendas aqui perto de casa têm mais da metade das terras do bairro. Todas formadas com a compra das terras dos antigos. Um dos fazendeiros deixou que mais da metade das terras virasse mata e emendou com a reserva da prefeitura e no resto ele coloca gado. É muita terra e é tudo para as vacas. As plantações que têm são para a silagem: milho, cana e capim. Eles não moram aqui porque são da cidade, mas sempre vem ver como estão as coisas. Quem cuida são os funcionários. Eu e meu tio tiramos leite todos os dias e roçamos pasto a cada três meses (Edson Carvalho).

A fazenda é tida como propriedade com grande dimensão de terras e tem sua atividade voltada, majoritariamente, para a criação de gado leiteiro e de corte. As fazendas no bairro Peroba são propriedades com mais de 40 alqueires¹⁶ enquanto os sítios possuem, em média, 4,4 alqueires, o que corresponde cerca de 10,56 hectares. No caso do bairro Peroba, os fazendeiros não possuem vínculo identitário ou de parentesco com os moradores, e nem mesmo vivem no bairro, o que se pode considerar um outro item de diferenciação.

Para os moradores, as fazendas têm outro papel no bairro: garantem que os homens que não atuam em suas terras (seja por não ter acesso a mercados, seja por possuir terra “ruim” ou seja por considerar o trabalho para terceiros mais vantajoso) sejam empregados para o cuidado de animais, roçado de pastos e manutenção do espaço, como o reparo de cercas e currais, e que mulheres sejam contratadas para o cuidado da casa. Esses tipos trabalhos já eram realizados no bairro, mas se tornaram mais presentes em decorrência do aumento de propriedades – fazendas e chácaras – que contratam a mão de obra local para essas atividades.

Para os agricultores que também trabalham nesses tipos de propriedades, trata-se como uma estratégia de manutenção e geração de renda para o sustendo das famílias agricultoras que realizam a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas que buscam formas complementares de trabalho e renda para manter a moradia no campo e uma ligação com a

¹⁶ O valor do alqueire usado no bairro Peroba é baseado no alqueire paulista e corresponde cerca de 2,4 hectares.

agricultura e a vida no espaço rural. A capacidade de uma propriedade ofertar trabalhos para os moradores, combinada à dimensão e ao tipo de atividade que se realiza, contribui para a definição de uma fazenda no bairro Peroba.

A presença dessas fazendas significa, o que Schneider (2009) apresenta em seus estudos, a revelação da possibilidade da pluriatividade no universo rural, a qual se entende como um elemento de diversificação que pode se produzir no interior da família ou a partir do exterior, pois ela funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária. Assim, a presença de outros trabalhos no bairro condiciona a permanência de agricultores no bairro, pois há outros meios de garantias. É sobre o tema “trabalho” que a seção seguinte tem por objetivo tratar, revelando formas de geração de renda assumidas pelos moradores da Peroba.

4.1.2 Trabalho: para geração de renda e autoconsumo familiar

Através do trabalho de campo, revelou-se que no passado recente, isso significa entre 1940 e 2000, a configuração do bairro Peroba era reconhecida por uma família numerosa, com terras suficientes para a agricultura onde a produção oriunda do trabalho familiar era destinada para o sustento familiar, garantindo autonomia alimentar e de trabalho. Essa configuração do bairro nesse período, vai ao encontro dos padrões camponeses encontrados nas literaturas sobre o universo camponês do século XX. A pesquisa nos revela algumas dessas características.

“Na época de minha mocidade, ajudava meu pai a trabalhar a terra. Era lá pelos anos de 1970 e enquanto estávamos na roça com o pai, as irmãs ajudavam a mãe com a lida da casa. Todo mundo em casa tinha que ajudar. Éramos em cinco irmãos homens que roçavam, aravam, plantavam e colhiam. A propriedade do pai possuía cinco alqueires, mas a plantação não usava nem a metade do terreno, porque era mais pedreira e mata. Mesmo assim, plantava bastante. Mas não dava tanto dinheiro, não sei por quê. Naquela época plantava bastante, mas, hoje, se comparado com o que plantamos, tem mais retorno. Você vê, a gente com essa hortinha e tem mais recurso que antes” (Joaquim Carvalho).

Nesta época – entre meados da década de 1960 e início da década de 1970, mas que se seguiu até fins da década de 1990 –, a plantação existia em grande quantidade, a mão de obra dentro de uma propriedade nuclear familiar era suficiente para trabalhar na terra e garantir o sustento da família. No entanto, a renda obtida do resultado do trabalho, àquela época, era inferior se comparado com o que se passou a plantar a partir de 2009 até início de 2020, mesmo aquela sendo em escala maior. Neste período mais atual, apenas com a horta e a respectiva venda dos produtos na feira e demais mercados, a renda obtida do resultado do trabalho é notadamente maior se comparada à renda obtida anteriormente a 1990.

Como base de comparação, dados informados pelos moradores mostram que nas décadas de 1960 e 1970 a plantação de cebola, o item mais procurado pelos mercadores, rendia cerca de trezentas réstias¹⁷, com cerca de 20 cebolas cada, duas vezes ao ano (colheita de primavera e colheita de outono). Com a venda das cebolas e outros itens – cenoura, mandioca etc. – o agricultor supria outras demandas. As Figuras 10,11 e 12 são fotografias de 1995 que apresentam parte da realidade anterior aos anos 2000: família numerosa e produção agrícola extensa para a venda e o consumo familiar. Detalhe que a Figura 10 mostra os homens de uma família realizando a limpeza da cenoura antes de serem encaixotadas; e a Figura 12 mostra as réstias de cebolas penduradas em paiol e que eram comercializadas.



Figura 10 - Limpeza de cenoura, realizado pelos homens de uma família, em 1995.

Fonte: arquivo pessoal de morador da Peroba.

¹⁷ Réstia é o trançado da rama de cebola feito para garantir a sua duração e facilitar o seu armazenamento. O procedimento geralmente inicia-se com três cebolas, as quais dão o reforço inicial ao trançado, seguindo com o acréscimo de uma a uma, até chegar ao tamanho de 60 cm a 1,5 metros, aproximadamente. Para o armazenamento, as réstias de cebolas são dependuradas em travessas ou varas de madeira ou bambu roliço, distanciadas em um metro, até a cobertura do paiol ou galpão.



Figura 11 - Resultado da colheita de feijão, realizada por uma família, em 1995.
Fonte: arquivo pessoal de morador da Peroba.



Figura 12 - Resultado da colheita de cebola, realizada por uma família, em 1995.
Fonte: arquivo pessoal de moradora da Peroba.

Até início dos anos 2000, a produção dos agricultores da Peroba possuía como principal mercado de escoamento a unidade do Ceasa de Itajubá, onde os itens da produção agrícola e pecuária eram comercializados. A venda era realizada, em sua maior parte, diretamente para os mercadores, geralmente os atacadistas, que se encontravam no Ceasa. Outra forma de venda da produção agrícola era realizada aos mercadores que chegavam ao bairro para a compra direta da produção. A Figura 13 é uma fotografia de um conhecido comprador da produção de muitos agricultores do bairro, de 1992, com sua caminhonete carregada com sacos de cebola. A venda direta ao mercador era a comercialização mais comum depois do Ceasa, pois o agricultor tinha como certo a venda de sua produção, mesmo que isso significasse preço baixo.



Figura 13 - Famoso mercador responsável pela compra da produção do bairro Peroba.
Fonte: arquivo pessoal de morador da Peroba.

Porém, há de se analisar o seguinte: a renda monetária poderia até ser menor entre 1940 e 2000, mas também o custo de manutenção da vida era menos dependente de recursos monetários. Através de outros relatos e da observação da realidade do bairro, e, também, conhecendo outras realidades com a bibliografia sobre o assunto, é possível entender que a baixa renda anterior aos anos 2000 tem relação com os baixos preços pagos para os itens agrícolas produzidos, mas as demandas do custo de vida dependiam do autoconsumo familiar. Então, tinha-se uma renda baixa resultante do que se comercializava, ao passo que se consumia menos produtos de fora, pois, grande parte da demanda familiar, era produzida e suprida internamente daquilo que o estabelecimento rural proporcionava. Em outras palavras, o que se produz é também o que se deixa de comprar fora.

De acordo com os moradores, o dinheiro levantado com as vendas da produção tinha a finalidade de ser usado para demandas internas que fossem difíceis de serem supridas pelo trabalho na unidade de produção familiar. Foram citados cuidados médicos, compra de tecidos para confecção de roupas, compra de produtos como açúcar, arroz, café, farinha e que não faziam parte da produção agrícola local e, também, para a manutenção da propriedade e ferramentas como cercas, telhados, currais etc. Também existia uma poupança para a aquisição de novas parcelas de terras à medida que a família aumentasse: mais terras para maior produção e garantias para a geração seguinte, quando da passagem de herança.

Veja bem, antigamente aqui no bairro o pessoal tinha plantação de cebola, cenoura, feijão, mandioquinha, tomate e milho. Era plantação grande e ajudava a sobreviver, pois colaborava a ter alguma coisa na mesa e porque também se vendia no Ceasa de Itajubá, mas o preço não era bom lá por conta da negociação e o preço nunca era certo (Barbosa Mendonça).

As informações de Seu Barbosa Mendonça, além de explicar o uso da produção para o autoconsumo, também nos apresenta dados sobre a crise agrícola de 1990. De acordo com Silva, Balsadi e Del Grossi (1997), o início da década de 1990 também foi marcado por crise agrícola, com o desmanche dos instrumentos de políticas agrícolas e uma redução nos recursos públicos destinados à agricultura, além de abertura comercial que comprometeu a capacidade de competição da agricultura nacional frente aos produtos internacionais subsidiados em seus países de origem. Com essa crise houve uma tendência à queda da ocupação agrícola, da elevação da produtividade via monocultura, do consumo maior de insumos e dos custos elevados de produção, o que já foi bem apontado em outras pesquisas.

Como forma de superação da crise, políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil foram sendo apresentadas ou, aquelas que já existiam, melhoradas para contemplar a grande diversidade cultural, social e econômica dos agricultores brasileiros, variando desde o

campesinato tradicional até a pequena produção modernizada. Aqui, podemos lembrar do principal e primeiro: idealizado e implementado em meados da década de 1990, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) representa uma injeção considerável de recursos monetários no universo rural, onde os produtores familiares puderam dispor de um programa que realmente lhes favorecesse.

Com sua produção fortalecida, outros mercados de escoamento dos produtos da agricultura se colocaram como vantajosos ao agricultor. Podemos citar, primeiramente, as feiras-livres, um dos mercados mais importantes para o escoamento da produção atual do bairro Peroba. A maior representante é a feira de quinta-feira, chamada de Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá - FACI, onde é possível a venda de couves, tomates, chuchus, cenouras, alfaces, frutas, ervas, batatas, repolhos, milho entre outros, todos itens de base orgânica e com valor agregado bem mais vantajoso que o empregado nas feiras de produtos ditos convencionais. A partir de 2009, a feira só perde espaço para o PNAE, apesar de ainda ser de extrema importância.

Essa possibilidade de conquistar novos mercados provocou novas dinâmicas no espaço rural da Peroba. Quando perguntado sobre como é a vida no bairro em relação ao trabalho, à renda, aos acessos – bens materiais –, algumas informações revelam mudanças significativas no modo de vida dos moradores. As passagens abaixo apontam esses dados.

Hoje, parece que melhorou bastante em questão de acesso às coisas: temos carro para ir à cidade e celular para comunicarmos melhor. Isso na roça é muito bom porque ajuda na hora do sufoco, principalmente para questão de saúde. Mas se a gente vê melhor, para manter isso parece que temos que trabalhar mais e a gente percebe isso pela falta de tempo (Edson Carvalho).

Hoje tem menos tempo. É se levantar cedo para cuidar da horta e das vacas e a noite tem que ficar calculando e organizando o que a gente vende. Precisa fazer dinheiro para manter luz, internet, gasolina e a compra do mês. Mas se a gente trabalhar tem dinheiro garantido (Fátima Carvalho).

Sabe o que melhorou muito aqui no bairro foi a horta porque tem saída. Vende muito para as escolas e na feira, e os supermercados e restaurantes compram muito. E quando é orgânico é muito valorizado. A gente consegue isso porque tem recurso no banco para podermos plantar, tem mercado para vender. É só trabalhar que a gente consegue ter uma vida boa. Trabalho é duro, não é fácil, não, mas a gente trabalha para nós mesmos (Barbosa Mendonça).

No período anterior ao ano 2000, a dinâmica rural em torno do trabalho e renda assumia configurações que consideravam a autossuficiência alimentar e de gestão do ambiente familiar. A partir dos anos 2000, sobretudo a partir de 2010, embora a composição da renda do agricultor seja bem difícil de mensuração, o relato que se tem é de que se ganha mais dinheiro com as hortas e outras atividades porque a necessidade de dinheiro é maior, ou seja, se gasta mais para

satisfazer novas necessidades. Como outra consequência surge a necessidade de disposição de mais tempo para dedicação ao trabalho na produção ou em outras atividades.

A existência de mais recurso monetário – renda em dinheiro – e menos tempo durante o dia revela que trabalho e tempo estão atrelados às novas demandas e novos mercados e, este último, é elemento responsável pela melhoria da renda de muitos agricultores. Nesse sentido, trabalhar mais significa que o trabalho se tornou intenso e não pesado, visto que os agricultores passaram a trabalhar por mais horas para garantir o abastecimento dos novos mercados e, assim, também garantir a satisfação das novas necessidades que surgem.

A explicação para a mudança na rotina dos agricultores que vivem na Peroba pode ser então resumida em dois fatores: i) a inserção dos agricultores em outros mercados que não a feira ou o Ceasa: o PNAE, por exemplo, que demanda dos agricultores uma dedicação maior a poucos produtos de maior valor; ii) o suprimento de outras demandas que não haviam antes como aquelas que surgem para satisfazer, por exemplo, um conforto material, como é o caso da gasolina, da internet, do celular e da eletricidade.

A pesquisa explica que

[...] antes de 2000 a gente tinha mais tempo, mas pouco dinheiro. Depois de 2000, quando descobrimos o Pronaf e também depois que a Emater passou a nos auxiliar, a vida começou a melhorar, entrou mais dinheiro em casa. Mas a vida melhorou para a família só a partir de 2010, quando passamos a vender para o PNAE. Com isso parece que o tempo de trabalho aumentou. Antes plantava mais – feijão, cebola, fumo, milho – e, não sei como, sobrava mais tempo. Hoje, se comparado com o que plantava antes, é bem menos, mas parece que demanda mais tempo da gente (Fátima Carvalho).

Entendemos que, depois do PRONAF, a inserção dos agricultores em outros mercados e a possibilidade de satisfação das novas demandas podem ser explicadas, também, pelas políticas de desenvolvimento rural ¹⁸ intensificadas e valorizadas após os anos 2000. São políticas públicas que trabalharam a questão dos mercados institucionais e que são de extrema importância para o bairro Peroba, mesmo que como efeito indesejado o trabalho tenha se tornado intenso, com o gasto maior do tempo na lavoura.

Para a Peroba, essas políticas públicas tornaram-se importantes por possibilitarem aos moradores uma inclusão socioproductiva. Isso significa que, ao garantir mercados institucionais para o escoamento dos produtos agrícolas, permitiu-se aos agricultores do bairro escaparem dos

¹⁸ O debate sobre Desenvolvimento Rural começa a acontecer na América Latina e Brasil, com mais intensidade, na década de 1970 com os programas especiais de desenvolvimento: Cerrado, Provárzeas Nacional, Desenvolvimento de Comunidades etc. São debates sobre desenvolvimento rural intensificados e valorizados na década de 2010, nos governos Lula, mas depois barrados pós impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.

baixos preços no Ceasa, uma vez que na venda para o PNAE e PAA seus produtos alcançam melhores preços. Contudo, essa decorrência não é automática, pois as unidades familiares do bairro ainda podem produzir para o autoconsumo, podem se assalariar nas fazendas ou podem encontrar novos mercados para o escoamento de sua produção.

Desta forma, a produção do bairro é valorizada e tem saída, o que leva a permanência das pessoas no espaço rural, visto que com a venda facilitada dos produtos agrícolas e a combinação com as práticas já realizadas, a entrada de dinheiro garante aos moradores alcançar bens antes difíceis de conquistar, como o carro, sendo um bem importante não só para escoar os produtos da terra, mas possibilitar acesso a hospitais, por exemplo, e o uso e custeio do celular, meio importante para as negociações em torno da produção.

A relação com essa nova realidade nos leva a identificar um novo elemento na vida dos moradores: a falta de tempo. No entanto, não fica claro o que seria esse “mais tempo” disponível, mas, em entrevista com Zilda Carvalho, percebe-se que a questão do tempo livre está relacionada ao convívio com os demais moradores e as atividades religiosas e festivas do bairro.

A gente usa dizer que antigamente era feliz e não sabia: pela simplicidade e pelo convívio. Parece que éramos mais solidários uns com os outros, havia mais diálogo, a gente visitava mais as pessoas para prostrar e tomar um café. São coisas simples que mantinham o contato. Hoje parece que ninguém tem tempo e as pessoas estão muito ocupadas e preocupadas com a questão financeira (Zilda Carvalho)

Independentemente de haver mais ou menos tempo ou da necessidade de satisfazer novas demandas, diante dessa nova conjuntura no bairro, uma coisa ainda permanece intacta: a importância da terra. Sem a terra, não há trabalho e, conseqüentemente, não se mantém a estrutura que se vê nos espaços rurais, bem como sua continuidade. Permanecer no espaço rural significa manter a posse e o uso a terra. Quando as políticas de fortalecimento da agricultura familiar contemplam o desenvolvimento econômico das famílias rurais, também contemplam para a manutenção do desenvolvimento local de um bairro, os quais são sustentados pelo trabalho na terra. Em outras palavras, quando se fortalece a agricultura, se fortalece toda a dinâmica rural: o controle da terra, a garantia de trabalho e a sobrevivência da família.

Podemos entender que, se há a garantia de trabalho no espaço rural apoiada por políticas públicas, significa a necessidade de se ter controle da terra, aí, o universo rural encontrará todos os tipos de estratégias, acordos e ajustes para que isso ocorra. Agora, se há ausência de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, significa que não há garantias de trabalho e isso recai também sobre a pressão em torno da terra, visto que essas questões são interligadas. Estas

questões surgem, pois, se a vida no campo fica mais cara, novas estratégias precisam ser pensadas, o que afeta as formas de posse e uso da terra, visto que a venda de lotes é uma alternativa que faz parte da realidade do bairro.

Nesta realidade de venda de lotes, a aposentadoria e pensão são elementos da política pública que garantem ao beneficiado evitar dispor de suas terras para a venda. Ao apresentar o perfil das famílias - no subcapítulo seguinte – pode-se observar que boa parte dos moradores é de viúvos, portanto, pensionistas, e, também, de idosos que são aposentados. Então, existe uma política pública acessa por parte dos moradores que possibilita a entrada de dinheiro ao bairro e garante um série de condições que influem em todo o bairro: evita-se o fracionamento da terra pela venda; possibilita àqueles membros que desejam migrar tentar a vida fora; e preserva a continuidade dos membros que apostam na agricultura.

Se pensarmos em termos de mudanças e permanências no espaço rural, então podemos determinar que em torno do trabalho, a mudança está relacionada ao tempo que se despende para plantação, uma vez que a horta em 2020 se torna a principal fonte de renda da comunidade da Peroba e demanda mais cuidados. Outra mudança percebida está em torno da sociabilização, em que a pesquisa revela um distanciamento do convívio entre moradores, estes mais ocupados e preocupados com as questões financeiras. Ainda é percebido a inserção de novas demandas, sobretudo no consumo para a manutenção da vida: a eletricidade, o automóvel, o celular etc. No que tange a permanência, esta ainda se encontra em torno do trabalho na terra, considerada elemento fundamental para a sobrevivência de muitas famílias.

4.1.3 A família e sua unidade de produção familiar

Antes de tudo, é necessário esclarecer que as denominações usadas nesta seção tratam a família do bairro Peroba organizada em dois aspectos analíticos: i) a família em seu contexto mais limitado, identificada pelos laços de parentesco natural ou civil, assumindo contornos mais íntimos e vivendo no domicílio. Neste aspecto, a família é, em sua maioria, composta por esposa, marido e seus filhos, mas não só, podendo ter avós ou sobrinhos inseridos como membros no domicílio; e ii) a família no seu contexto mais amplo, o que chamamos de unidade familiar para a produção, conectada com o trabalho. Em outras palavras, esta unidade é identificada pela família que vive num determinado estabelecimento rural onde realizam as atividades essenciais para a geração de renda e autoconsumo familiar. Neste aspecto, a unidade familiar para a produção pode ser diversa, composta por uma, duas ou mais famílias.

Nesse contexto de denominações, ainda é necessário entender que neste trabalho não há distinção entre unidade familiar de produção e unidade de produção familiar, onde esta pode ser entendida como o estabelecimento rural em que vivem uma ou mais famílias organizadas em torno do trabalho com a agricultura, ou seja, é o estabelecimento rural onde se realiza trabalho de cunho familiar, enquanto aquela pode ser entendida como uma família - ou o seu conjunto - organizadas para o trabalho no campo, ou seja, é a família em sua unidade que realiza o trabalho no estabelecimento rural. São termos sinônimos que explicam a organização e a orientação das famílias dentro das unidades camponesas.

No bairro Peroba, o que há é uma composição familiar pequena em que os jovens são minoria e os idosos têm despontado no cenário rural. Este contexto é diferente se em comparação às famílias que viviam anteriormente a 2000: famílias numerosas. Buscou-se, aqui, traçar dados particulares sobre as famílias como, por exemplo, a idade e o sexo de seus membros, bem como o tamanho e o tipo de família, o que possibilitou determinar os contornos das unidades familiares de produção. Abaixo, é apresentada uma sequência de gráficos que sistematizam os dados em torno dessas categorias e ajudam a entender um pouco da composição das famílias e da configuração populacional do bairro Peroba.

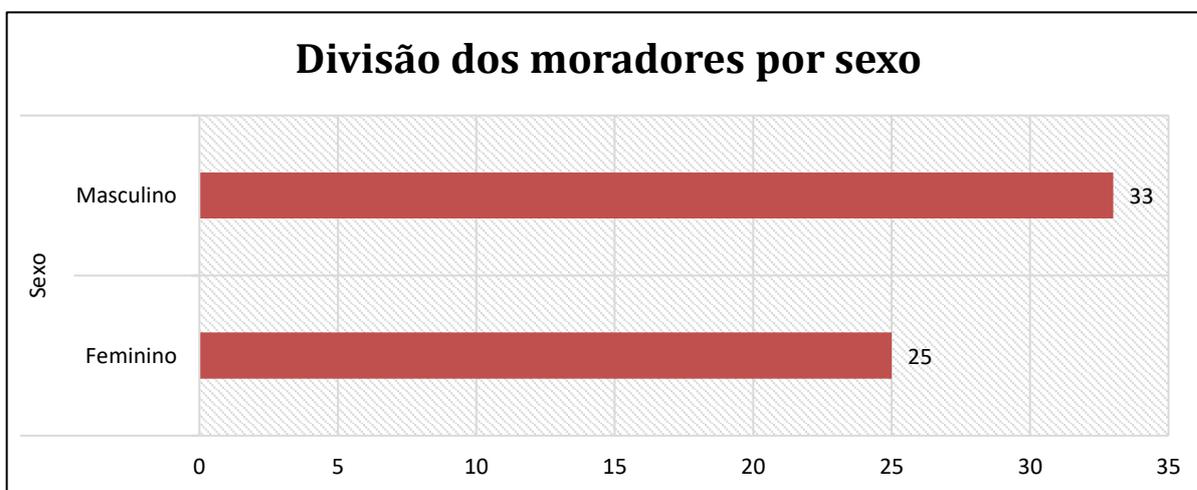


Gráfico 1 - Sexo dos moradores entrevistados.
Fonte: dados de pesquisa.

Os moradores agricultores do bairro Peroba são majoritariamente homens, representando 56,9%, enquanto as mulheres são 43,1%. O Gráfico 1 apresenta com precisão esses números. No Gráfico 2 é apresentada a faixa etária dessa população, onde os dados foram organizados em grupos de acordo com a idade em que se encontra cada morador e moradora. Assim, o grupo de crianças (0 a 10 anos) para as quais, quando chegam a certa idade, são delegados pequenos trabalhos como, por exemplo, tratar dos animais pequenos. Aqueles que possuem entre 11 e 20 anos são capazes de realizar trabalhos em torno do plantio e colheita,

apartar e tirar leite da vaca, preparar o alimento etc. Já os que se encontram entre 21 e 40 anos são capazes de preparar a terra, plantar e colher, negociar e constituir/manter uma família. Quem se encontra entre 41 e 60 anos se diferencia dos anteriores por terem a família formada e caminharem para a preparação da aposentadoria. Os demais grupos são diferentes dos anteriores por estarem em início da aposentadoria e dedicando as atividades no sítio preferentemente para o consumo familiar do que para o mercado.



Gráfico 2 - Faixas etárias em que se encontram divididos os moradores do bairro Peroba.
Fonte: dados de pesquisa.

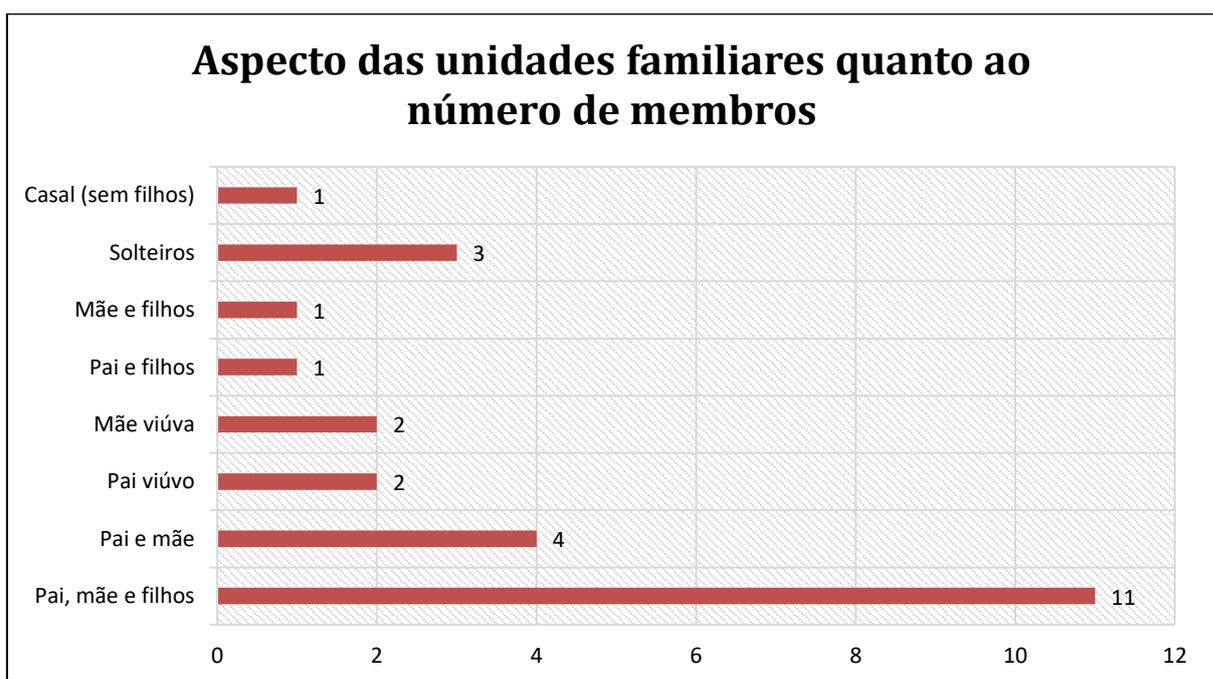


Gráfico 3 - Aspecto das unidades familiares quanto ao número de membros.
Fonte: dados de pesquisa.

Para entender o que expressa o Gráfico 3, os grupos familiares foram divididos em aspectos que orientam a interpretação sobre os tipos de famílias que compõe as unidades familiares de produção do bairro Peroba. Assim, temos os seguintes tipos de famílias: i) casal sem filhos, e neste caso, homem e mulher recém casados que com o tempo podem vir (ou não) a ter filhos; ii) os solteiros que indicam homens ou mulheres que decidiram viver sozinhos e, por algum motivo, não se casaram ou não têm essa intenção; iii) mãe e filhos que compõe uma família num mesmo domicílio onde houve divórcio ou o falecimento do pai; iv) pai e filhos que compõe uma família num mesmo domicílio onde houve divórcio ou o falecimento da mãe; v) mãe viúva que vive sozinha e cujos filhos saíram do domicílio materno para constituir a própria família; vi) pai viúvo que vive sozinho e cujos filhos saíram do domicílio paterno para constituir a própria família; vii) pai e mãe que vivem sozinhos no mesmo domicílio após todos os filhos saírem para constituir a própria família; viii) pai, mãe e filhos que ainda vivem juntos no mesmo domicílio.

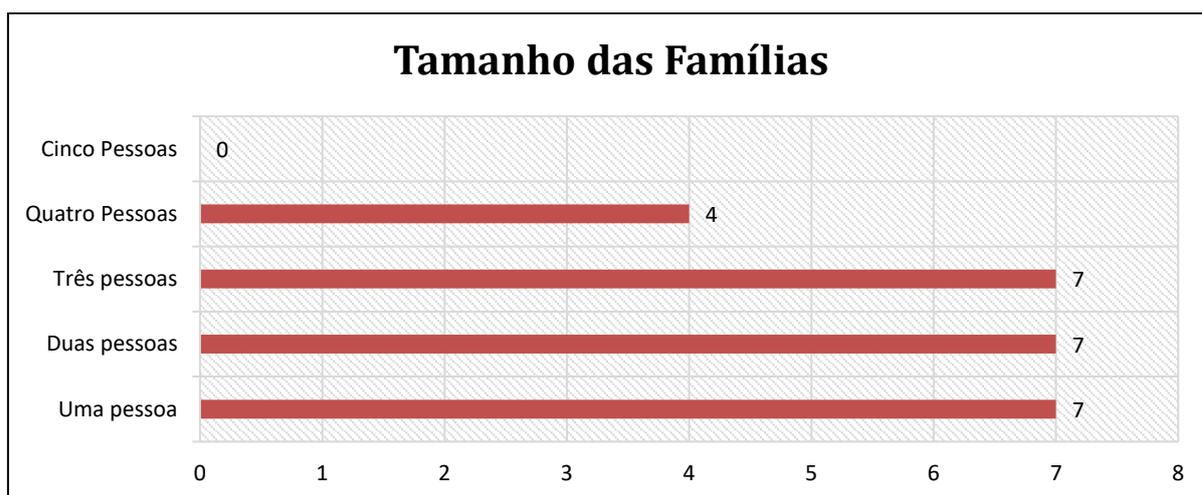


Gráfico 4 - Tamanho das unidades familiares em número de pessoas.

Fonte: dados de pesquisa.

A família é formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos e que vivem no sítio. Esta é a organização familiar mais comum no bairro. Existe ainda um núcleo familiar composto somente pelo pai e pela mãe, uma vez que já tiveram seus filhos casados. Há também o pai ou a mãe mais velhos e viúvos que vivem sozinhos em suas casas, mas sempre recebem auxílio dos filhos, ou netos, ou sobrinhos, os quais assumem o papel de acompanhante de pernoite; ou no preparo do almoço e jantar; no cuidado da casa; no acompanhamento às consultas médicas; ou ainda nas idas à cidade por outras razões. No bairro não há núcleo familiar formado por pai, mãe, filhos e netos, uma vez que o casamento leva os sucessores a constituírem a própria família e, conseqüentemente, a ter o próprio sítio.

Diferentemente da configuração das famílias anteriores a 2000, as atuais do bairro são menores, possuindo no máximo quatro membros (pai, mãe, e dois filhos) e, pelo Gráfico 4, vê-se essa nova realidade. Uma das justificativas apontadas para responder sobre o tamanho reduzido das famílias está no próprio discurso dos moradores: “é caro ter filho na roça”, uma vez que a necessidade de dinheiro para satisfazer novas demandas aumenta com o surgimento de cada novos membros familiares que venham a compor a família.

No casamento, considerado uma das instituições do campesinato, de acordo com os moradores, era comum que se realizasse entre parentes - entre primos, primos segundos, sobrinhos segundos, tios segundos. Em 2020, o grau de parentesco mais próximo identificado dentro de um casamento no bairro Peroba é o de quarto grau, ou seja, entre primos carnais. Na literatura sobre o campesinato, o matrimônio entre parentes é considerado uma estratégia camponesa observada nas comunidades rurais, para garantir, principalmente, que as terras permanecessem entre as próprias famílias (MOURA, 1978). Teoricamente, esta estratégia já foi apontada por muitos autores que se debruçaram sobre o tema e, em Schneider (2009, p. 16), pode-se afirmar que é:

[...] no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante às condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral.

As decisões familiares exercem um papel regulador de permanência e sobrevivência não só no campo, mas nas cidades também, agindo estrategicamente sobre as relações de parentescos e heranças, esta última sobretudo da transferência de terras. Porém, no bairro Peroba, considerando o casamento dentro do campo de decisões familiares, este acontece não por uma intenção principal e inicial de se buscar a manutenção da terra, como descrito, mas ocorre da necessidade de se casar e constituir uma família. Apesar da relação do casamento com a terra ser uma estratégia que nem sempre está explícita, na Peroba, esta ocorre de forma secundária, sem intenção de ampliação da terra.

A gente se casa para poder sair da casa dos pais e ter uma vida nossa, trabalhar para gente mesmo e ter nossa família. Não quer dizer que a gente deixa de ajudar os pais, pois vira e mexe eu ou meus irmãos estamos ajudando o pai com a horta ou com o gado e ele, às vezes, dá uma mão para mim também, tirando leite. Mas agora é cada um responsável por sua casa [...]. Eu já conhecia a Fátima e gostava dela. A gente é parente, mas ao mesmo tempo não é, não sei explicar, mas o casamento era permitido. Quando nos casamos, viemos morar na casa que era do meu avô, porque meu pai cedeu para gente. Era uma casa antiga que a gente melhorou com o tempo (Edson Carvalho).

No caso de Edson Carvalho e sua esposa, a manutenção da terra, e de certa forma da vida rural, ocorre como consequência deste matrimônio, ou seja, as terras do marido e da esposa serão trabalhadas, uma vez que se trata da união de duas famílias agricultoras e estas farão, em determinado momento, a transferência para as gerações seguintes. Mas este caso ocorreu na década de 1990, quando Edson Carvalho e Fátima Carvalho se casaram. Entre 2010 e 2020, o que ocorre não se aproxima muito do que ocorria há vinte anos. Os relatos a seguir evidenciam como o casamento tem sido um recurso procurado por aqueles que querem apenas constituir suas famílias.

As meninas aqui de casa sempre falavam de casamento, mas coitadas, não tem homem aqui no bairro para poderem se casar [risos]. O jeito é buscar fora. A minha mais velha achou namorado na festa da Serra, namoraram por um tempo até se casarem e ela ir embora para a Serra. A mais nova quer estudar e tentar a vida na cidade e provavelmente vai arrumar noivo por lá mesmo (Vicentina Carvalho de Mendonça).

No meu caso, em particular, meu noivo é de fora porque não havia opções no bairro e eu não tinha intenção de me relacionar com parente. Porque, como minha mãe já me contou, os casamentos no bairro eram entre primos porque, igual ela mesmo fala, não podiam sair porque ficavam trancados. Aí iam conhecer gente de fora que jeito? O jeito era se casar no bairro, mesmo. Já eu, conheci meu noivo no curso que fiz no CEP¹⁹. Estudamos na mesma escola, nos tornamos amigos e fomos nos conhecendo mais e em 2020 completamos quatro anos juntos. Nós dois pretendemos vir morar no bairro, mas continuar trabalhando na cidade. A ideia de morar na Peroba surgiu pelo fato de não conseguirmos comprar uma casa na cidade e como meus pais têm terra, pensamos que será melhor construirmos no bairro (Márcia Carvalho Mendonça).

Quero me casar, sim. Ter minha família também. Não dá para ficar toda a vida na casa do pai e da mãe. A gente também tem que assumir nossas responsabilidades. Mas eu não pretendo ir embora do bairro. Quero continuar trabalhando com a horta e o leite junto com o pai, mas seria bom conseguir um curso técnico na área para poder melhorar a produção nossa. Acho que só depois eu pensaria em casamento, por enquanto a gente continua namorando [risos]. Depois de casado, a namorada vem morar aqui, porque vai ser daqui que vai sair a renda (Reinaldo Carvalho).

Por mim, eu quero sim me casar e pretendo ir para a cidade se necessário, porém não quero perder meus laços por aqui porque vou ter terras aqui e não quero me desfazer delas. Se possível, quero até continuar morando aqui depois de casada, mas se isso eu vou conseguir já não sei. No bairro não temos condução e o emprego na cidade paga mais. Mas das terras eu não desfaço, mesmo se eu morar na cidade, elas vão ficar aí e talvez um tio ou um primo arrenda para botar vaca ou plantar (Amanda Carvalho Mendonça)

¹⁹ Centro de Educação Profissional de Itajubá. Escola de ensino técnico mantida pelo Estado de Minas Gerais.

Diferentemente do que se vê no estudo apresentado por Moura (1978), onde a filha recém-casada em São João da Cristina passava a viver nas terras do marido e suas terras, dote do casamento, tornando-se recurso para venda, troca ou trabalho, na Peroba essa regra não tem se mostrado maioria a partir de 2000, sobretudo a partir de 2010. As moças, além de terem expectativa de um casamento e um bom trabalho na cidade, também contam com sua parcela de terra (herança) como uma garantia de morada e de futuro. Como o casamento vai ocorrer de alguma forma, suas demandas estão em torno da morada (seja no bairro ou na cidade) e do emprego (este na cidade). Então as terras são garantias de renda, quando arrendadas, e de morada, quando não migram para a cidade.

Esta é uma realidade nova e se difere muito daquela encontrada anterior ao ano 2000. De acordo com um dos moradores, por exemplo, para impedir que as filhas se “espalhassem pelo mundo”, as quis por perto e, por isso, cedeu uma parte de suas terras para que elas e os respectivos maridos construíssem a casa de morada e, também, pudessem trabalhar. Outros moradores que detinham terras fizeram o mesmo. E muitos genros também tomaram a decisão de morar nas terras do sogro, por considerar terra boa, e suas terras foram vendidas para comprar outras que fossem contíguas a da esposa.

O que se pode entender, nesse primeiro momento, são duas situações: a primeira é que o casamento no bairro Peroba não ocorre como consequência principal da necessidade da manutenção da terra e do trabalho no meio rural; e a segunda é que o contrário também pode ocorrer, visto que a manutenção da terra e do trabalho no campo acontece naturalmente por causa da necessidade do casamento, quando este ocorre entre duas famílias agricultoras. Mas há de se analisar o seguinte: ainda que a relação casamento/manutenção da terra não seja uma regra, o casamento entre agricultores, principalmente entre aqueles que vivem no bairro, é encorajado uma vez que possibilita a permanência no campo – trabalho – e não a ampliação da terra, como outros estudos já apontaram. Através da pesquisa nota-se tal intenção.

Quando eu me casei com a Zilda, nós não tínhamos terra para trabalhar com as plantações ou com as vacas, mas tínhamos para morar, porque o meu sogro cedeu um pedaço pra gente construir. A gente morava aqui [terra do sogro], mas eu trabalhava com meu pai e com meu sogro na plantação e criação [de vacas] deles. Fui camarada dos dois. Só quando recebemos nossa herança que passamos a trabalhar na nossa terra de verdade. Eu vendi minha terra pra comprar outra do lado da terra da Zilda. Comprei do meu primo, que também é primo da Zilda. As terras todas juntas facilitam o trabalho da gente e são mais fáceis de cuidar (Barbosa Mendonça).

Mas quando não se encontra alguém no bairro com quem se possa casar, a saída está em buscar seu parceiro ou parceira em outros bairros, ou até mesmo, na cidade. A entrevista com uma moradora indica tal situação.

Meu filho, hoje, tem 34 anos. Já trabalhou na cidade por um bom tempo, mas voltou pra roça pra ajudar o pai com a horta, pois estava sendo mais vantajoso do que descer todo dia pra cidade a trabalho. Mas nesse tempo que esteve trabalhando fora ele conheceu a minha nora. A sorte nossa que ela gostou do bairro e foi ela que escolheu vir morar aqui perto da gente, senão meu filho teria ido embora para a cidade e nós não teríamos a horta. É bom ter o filho por perto, porque ajuda nas tarefas com a horta e com as vacas (Zilda Carvalho).

O relato de Zilda Carvalho revela que existe um receio quanto ao casamento com aqueles de fora do bairro, pois pode significar a partida de alguém que estaria disposto a trabalhar a terra e permanecer no bairro caso constituísse a família no local. Este fenômeno vai ao encontro do estudo de Ellen Woortmann (1995, p. 157) a qual apresenta em sua pesquisa, no sul e nordeste do Brasil, que o casamento entre camponeses não é uma simples questão de escolha individual: “a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo. Trata-se de um *affaire de famille*” para que haja mais terras e mais mão de obra para lidar na lavoura e assim haja a manutenção da vida rural.

Neste âmbito social, tanto para a realidade apresentada por Ellen Woortmann quanto aquela encontrada na Peroba, concorda-se que o camponês é ou procura ser, de maneira geral, proprietário da terra, dono dos meios de produção, trabalhador e chefe de família, sendo a construção de uma família e a permanência no espaço rural os motivos principais encontrados no bairro. Mas, na Peroba, diferentemente do que Woortmann (1995) afirma, a impressão que se tem é de que o casamento assume contornos individualizantes, já que se trata de uma escolha pessoal dos jovens em idade núbil para a constituição de uma família, independente se há a intenção de ampliar as terras ou se trabalhará na roça ou na cidade.

Assim, para apresentarmos contornos sobre a formação das famílias, no bairro Peroba, os contatos existentes entre homem e mulher se deram, pelo menos até início dos anos 2000, no convívio entre os próprios integrantes do bairro, ou seja, não se buscou o matrimônio fora do bairro pois já existia um convívio encorajado entre os moradores e, por isso, se conhecia os valores, os nomes, as considerações, as afinidades e a história de todos daquele espaço e, desta forma, a saída para a cidade ou outros bairros era mais difícil, um risco, por assim dizer. Em outras palavras, o casamento entre os moradores da Peroba era a melhor saída para a constituição de uma família porque homens e mulheres se conheciam e conheciam a realidade

do bairro. Naquele tempo, vale ressaltar que, como estabelece o Código Civil, o casamento na localidade só não existiu entre parentes até terceiro grau ou de parentesco direto.

Ainda sobre o casamento na Peroba, de acordo com os moradores, era comum que antigamente fossem realizados com certo grau de parentesco, sobretudo anterior à década de 1990. Isso significa entender que o casamento se dava comumente entre primos, primos segundos, sobrinhos segundos, tios segundos. O grau de parentesco mais próximo dentro de um casamento no bairro é o de quarto grau, ou seja, entre primos. Através da observação do quadro de parentesco é possível identificar três tipos de casamentos mais comuns entre parentes no bairro: colateralmente, entre (i) primos (quarto grau) e (ii) primos segundos (sexto grau); e transversalmente, entre (iii) tios segundos e sobrinhas segundas ou vice-versa (quinto grau).

Para melhor visualização destes graus de parentescos, a Figura 14 apresenta um esquema que mostra as três principais aproximações parentais dentro de um matrimônio no bairro Peroba, considerando o quadro de parentesco utilizado nesta pesquisa (Figura 7). O objetivo de tratar do casamento e os níveis de parentesco do bairro Peroba visa a promover um conjunto mínimo de informações indispensáveis à compreensão dos padrões de herança locais, uma vez que os conceitos de descendência e afinidade (casamento) são expressões de relações de propriedade que permanecem através do tempo.

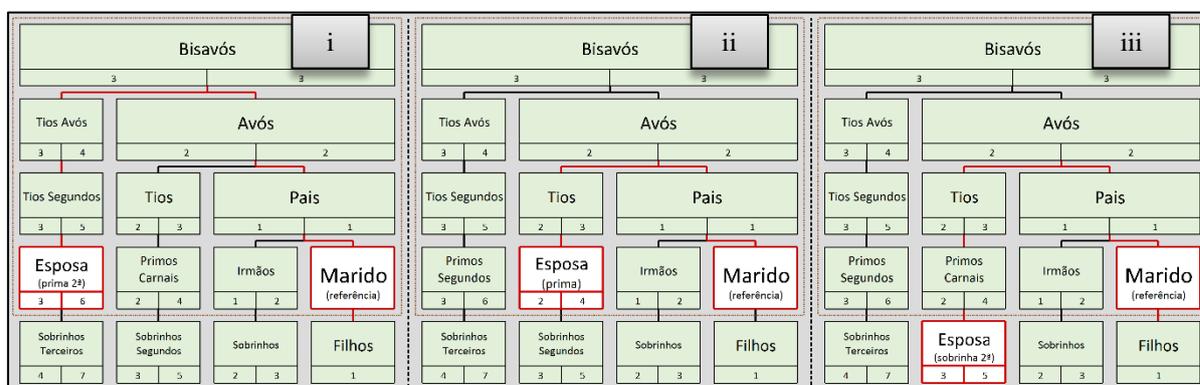


Figura 14 - Principais níveis de parentesco dentro de um matrimônio no bairro Peroba.

Fonte: elaborada pelo autor / dados de pesquisa / Código Civil Brasileiro.

O esquema acima considera o marido como ponto inicial para a observação do nível de parentesco em relação a esposa, dentro de um casamento. Desta forma, observa-se que, no primeiro (i) e segundo (ii) esquemas, o parentesco é colateral e, assim, tanto marido quanto esposa são primos segundos e primos carnais, respectivamente. No terceiro (iii) esquema, o parentesco é transversal e, assim, a esposa é sobrinha segunda do marido e este, por sua vez, é tio segundo da esposa. A análise que se faz é de que o casamento aconteceria acima do terceiro grau de parentesco e há certo tempo, como o quadro de parentesco revela.

A partir de 2000, e com mais evidência a partir de 2010, este tipo de casamento tem se mostrado raro, uma vez que homens e mulheres buscam o matrimônio com alguém de fora do bairro. Isto se deve pelo fato de que o nível de parentesco entre os moradores é mais próximo até o terceiro grau, o que torna o casamento desencorajado não só pelo Código Civil, mas também pela própria moral religiosa vigente entre as famílias. Outro fato que corrobora para esta nova realidade também se deve ao baixo número de moradores em idade de se casar, ou seja, as gerações mais novas não são numerosas como identificado há 30, 40 ou 50 anos. Isso indica que há uma diferença de idade muito grande entre aqueles habilitados ao casamento (ou seja, que possuem nível de parentesco acima do terceiro grau) e uma possível união nesses casos é desencorajada pelos costumes locais.

Por este motivo, o receio do casamento com alguém vindo de fora não é problema, pelo contrário, é até aceito, uma vez que se trata de alternativa para suprir uma das necessidades de quem vive no bairro: o casamento para a constituição da família, visto que, atualmente, não há tantos pretendentes no bairro, o que impede de se colocar em prática o costume antigo, ou seja, o casamento entre parentes. Esta alternativa implica outro dilema: quem fica e quem sai do bairro. Sair tem se mostrado mais propenso entre as mulheres do que entre os homens, pois estes tratam de convencer a esposa vinda de fora a viver no bairro, nas terras dele. Isso quer dizer que, após o casamento, as mulheres que são naturais do bairro vão embora para viverem com os maridos e as mulheres vindas de fora chegam como novas moradoras.

O que acontecia de diferente, diante o casamento realizado anteriormente a 2000, era a possibilidade de a terra manter-se entre as famílias. A configuração atual das terras do bairro segue esse padrão, porém, ameaçada pela impossibilidade de casamento entre famílias agricultoras que possuem certo vínculo parental. A terra, diante os novos casamentos sofre (e sofrerá) pressões, mas em torno da continuidade de a nova família formada permanecer ou não no bairro rural. O que se busca explicar é o seguinte: o casamento entre parentes facilita a junção das terras e a continuidade da família no bairro rural; com a busca de matrimônio fora do bairro, por consequência de o nível de parentesco até terceiro grau ser maior entre os moradores em idade núbil, a formação da nova família pode ou não ser no próprio bairro.

Esta hipótese só poderá ser afirmada (ou não) daqui há alguns anos, apesar de vestígios apontarem para um abandono da vida no campo por muitos dos jovens que, provavelmente, abrirão mão de suas terras para levarem uma vida com aspectos mais urbanos; tornando as terras do bairro uma poupança/garantia, como vem sendo realizado por alguns moradores com a criação de gado ou criando espaços de veraneio; ou vendendo-as, como foi feito por muitos moradores que foram embora nas décadas de 70 e 80. Os resultados desta pressão sobre a terra

só se revelarão com os casamentos que estão por vir, implicando na elaboração de novas estratégias que se mostrarem eficientes para a manutenção da terra.

Considerando essas informações, a demografia do bairro é outro assunto que merece ser apresentado. Segundo os moradores, havia mais pessoas vivendo na Peroba e as famílias também eram numerosas se comparadas àquelas de 2020. Durante as visitas às residências e terrenos do bairro, pode-se observar ruínas de antigas casas que foram demolidas por aqueles que assumiram a propriedade das terras como novos donos, ou por interferência do tempo, uma vez que existiam aquelas propriedades que ficaram apenas abandonadas. Outros dados que revelam um bairro anteriormente populoso são aqueles apresentados pelos próprios moradores durante as entrevistas, por exemplo, quando perguntado se antes dos anos 2000 viviam mais pessoas ou não na Peroba. Seu Joaquim Carvalho nos apresenta alguns dados:

Antigamente tinha mais gente, sim. Se você ver hoje [2020] aí pela beira da estrada parece que tem muita casa. Isso é pouco se comparado com antigamente. Lá pelos anos 1950 até, mais ou menos, de 1960, as casas eram nos grotões e nos altos. Acabou tudo. Hoje tem bem pouca gente porque muita parentada foi embora para a cidade ou para o Paraná e deram fim nas suas terras. Outra coisa é que a família hoje é menor e ninguém quer mais de três filhos porque é despesa. Como que você vai criar 10 filhos hoje? Em casa éramos em 10 irmãos e só eu, Silvério e Rosimeire ficamos no bairro. O resto foi tudo embora daqui depois que a mãe morreu e até o meu pai foi para a cidade. Meu pai, quando foi embora, vendeu suas terras para mim e eu comprei porque se eu fosse comprar de outro ficaria longe de casa e seria muito mais cara (Joaquim Carvalho).

Apesar de não haver dados estatísticos oficiais do IBGE que comprove essa diminuição de moradores diretamente no bairro Peroba, esta afirmação dada pelo morador pode ser reforçada pela comparação entre o número de habitantes que existiam durante o censo populacional de 1970 com o censo de 2010 no meio rural do município de Itajubá. O Quadro abaixo mostra dados sobre o número de população no município de Itajubá desde o censo populacional de 1970, indicando que até 1991 houve uma diminuição significativa da população rural e uma diferença menor até 2010.

Município	Tipo de Zona	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2010
Itajubá (MG)	Urbana	42.611	53.653	68.959	76.986	82.764
	Rural	9.105	6.942	6.055	7.149	7.894

Quadro 4 - População rural de Itajubá desde 1970.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>.

De acordo com os dados do censo populacional do IBGE (1992; 2001; 2011), entre 2000 e 2010, a taxa de urbanização do município passou de 91,50% para 91,29%. Entre 1991 e 2000,

a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,28% e, nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 91,93% para 91,50%. Dentre outros dados para entender o contexto da migração, no espaço rural, até 1991, o município perdeu cerca de 3.050 habitantes, os quais migraram para o centro urbano ou outras regiões do país.

As informações mostram um espaço rural que encolheu em termos de população e as justificativas vão desde o novo tamanho das famílias até a migração para outras regiões. E isso se reflete no bairro Peroba, onde as dimensões das terras totais do bairro, apesar de ainda serem as mesmas, mudaram de mãos ao longo dos cem anos que compreende esta pesquisa: uma parte foi fracionada em herança; outras partes agrupadas pela compra ou outras transações, como aquelas adquiridas pelos fazendeiros; e outra parte organizada pelas trocas entre herdeiros. Quem ficou continuou com suas terras. As pessoas que foram embora do bairro venderam suas terras para aqueles que ficaram ou para os que vieram de fora. Neste sentido, o subcapítulo seguinte trata da relação da população do bairro para com a terra e como ela se configurou diante das transformações mencionadas nas linhas anteriores deste trabalho.

4.2 A relação com a terra

Este tópico apresenta as inquietações que surgiram em torno da relação e formas de posse, uso e demanda sobre a terra, bem como a necessidade de divisões específicas durante a passagem de herança diante da nova configuração da estrutura familiar e suas demandas. De antemão, o encontrado no bairro Peroba é diferente daquilo analisado por Margarida Maria Moura (1978) em São João de Cristina, no município de Maria da Fé, no sul de Minas Gerais, na década de 1970. Neste, a autora buscou entender como uma sociedade rural da época reproduz a si própria quando a terra, condição de sua existência, se encontra ameaçada pela partilha entre descendentes, herdeiros prováveis de seus moradores.

Em São João de Cristina as estratégias de herança existiam para impedir a divisão excessiva da terra, uma vez que se tratava de unidade familiar numerosa e propriedades com dimensões entre 20 e 150 hectares. Porém, no bairro Peroba, as propriedades dos agricultores familiares possuem dimensões reduzidas, algo em torno entre dez e 20 hectares, e o núcleo familiar também apresenta tamanho reduzido, em torno de quatro membros. Por isso, os membros da unidade familiar, quando envolvidos nas atividades, não se restringem somente ao trabalho na terra, mas em outros espaços econômicos que geram renda familiar e em torno de novas alternativas de uso da terra para além da agricultura e que possibilitam manter, ao mesmo tempo em que mantém a posse da terra, também o sustento da família.

4.2.1 A posse da terra no bairro Peroba

A terra pode ser compreendida como espaço físico, social e econômico, onde se trabalha ou se mora. Se se considerar a afirmação de Marx (2012) em que a terra nunca tem valor, tem preço, entendemos, assim, que o seu preço depende não apenas de sua utilidade, mas de sua localização ou de seu tamanho. Porém, a terra também tem seu valor, não só no sentido de mais-valia empregado por Marx, mas no sentido de importância e relevância para aqueles que a trabalham e, também, vivem na terra, os quais a valorizam pelos seus fatores históricos, econômicos e até mesmo identitários.

Considera-se, ainda, que a terra está susceptível à estratégia, acordo e acerto de seu uso e propriedade (GANCHO, LOPES e TOLEDO, 1995). Neste sentido, para compreender como acontecem estes acertos, estratégias e acordos no uso e posse da terra, por que ocorrem e que influência estas alternativas exercem sobre a configuração do bairro Peroba e a vida de seus moradores, é necessário, primeiro, resgatar a história da distribuição e aquisição de terras nesta localidade, uma vez que as alternativas de manutenção e/ou ampliação de acesso à terra são constitutivas da história da formação do bairro.

As estratégias dos agricultores da Peroba em relação à divisão de herança, às formas que utilizam para aquisição e uso de novas áreas e à sucessão do trabalho no campo é o cerne deste capítulo, uma vez que se trata de uma localidade cujos sujeitos não passaram pelo enfrentamento direto em torno da reforma agrária, haja vista que não tiveram que lutar pela terra, ou seja, não são assentados da reforma agrária, nem desterritorializados pelos grandes projetos, nem reassentados. A problemática que enfrentam (ou podem enfrentar) está no campo da escassez de terra advindo do crescimento no número de famílias e da necessidade de fragmentação da terra em decorrência da herança de acordo com os preceitos que estabelece o Código Civil Brasileiro em vigor.

Os agricultores da Peroba são donos de suas terras, ou seja, significa que a terra é o meio pelo qual o morador consegue gerar, não só sua renda, mas todo aparato de sobrevivência: moradia, trabalho, alimentação, lazer etc., detendo o controle efetivo da terra e dos instrumentos de trabalho. Essas terras assumem dois tipos de categorias: i) as posses e ii) as propriedades. Aqueles que têm a posse classificam-se de duas maneiras: a) os donos que receberam terra como herança e a trabalham sem que haja a titulação, visto que se houver partilha a terra será inferior ao módulo rural; b) os donos que receberam terra cedida por conta do casamento e a trabalham sem que haja a partilha, haja vista que os pais ainda são donos originais das terras. Aqueles que são donos por titulação também podem se classificar de duas maneiras: a)

herdeiros que têm terras escrituradas por conta do inventário de partilha; b) compradores que vieram de fora (ou não, pois herdeiros também compram) e são donos por escrituração. Essas classificações coincidem com a propriedade jurídica nos termos do Código Civil.

Ambas as categorias (i e ii) são propriedades e o que difere uma da outra é o aparato jurídico, ou seja, a segunda categoria é titulada e se enquadra no Código Civil Brasileiro e no Estatuto da Terra (módulo rural), enquanto a primeira se enquadra dentro de acordos locais tradicionais que garantem a propriedade através do trabalho e uso da terra. Assim, as propriedades e/ou as posses da terra são frutos das transferências realizadas pelos pais, avós e/ou tios e, neste sentido, o controle da terra é conseguido através de sua passagem entre as gerações em forma de herança ou através da concessão de uso e morada. A herança ocorre com o falecimento de um ascendente detentor de terra; a concessão ocorre com a necessidade de um descendente constituir sua família. A compra de terras é considerada uma exceção dentro desses parâmetros, uma vez que esse tipo de transição obrigatoriamente exige a escrituração.

Aqui na Peroba todos têm sua terra para morar e poder trabalhar. Isso, para quem trabalha com a terra. Mas não é todo mundo que tem a terra no nome. Tem terra aí que precisa de inventário, mas a pessoa não faz porque não tem dinheiro para advogado. Aí a terra fica em comum. Sabe onde está em comum? Nas terras do Tio Sebastião. Lá, se for fazer inventário, não vai ter como dividir para todo mundo porque é muito herdeiro para pouca terra. Então vão ficar morando em comum, já que muitos já têm suas casas prontas. Meu vô, por exemplo, não quer passar nada para o nome de ninguém, então vai deixar tudo para os herdeiros resolverem quando ele morrer. Enquanto isso, os filhos vão construindo onde ele deixou. Agora meu outro vô, pai do pai, quando ele morreu, meu pai e meus tios tiveram que correr atrás para regularizar tudo. Tiveram que regularizar por causa dos tios que venderam suas partes para o seu Jorge (fazendeiro). Meu pai também comprou parte dos meus tios. Quem foi embora, vendeu. Quem ficou e teve condição, comprou. (Edson Carvalho).

Para entender as passagens de terras entre as gerações, bem como entre aqueles vindo de fora (em que a terra foi adquirida de um herdeiro pela compra), foi necessário identificar um antepassado em comum com a maioria dos moradores que detinha uma parcela significativa das terras que compunha o bairro num determinado período. Para tal identificação, um quadro de parentesco foi elaborado segundo as conversas, entrevistas e certidões de nascimento e, a partir disto, dois nomes foram reconhecidos: Sr. Francisco de Carvalho e Sr. José Domingo Mendonça, os tetravôs da geração mais nova da Peroba. Assim, considerando os moradores mais antigos e mais novos que ainda vivem no bairro, a árvore genealógica que ajuda a entender a passagem da terra entre as gerações é a representada na Figura 15.

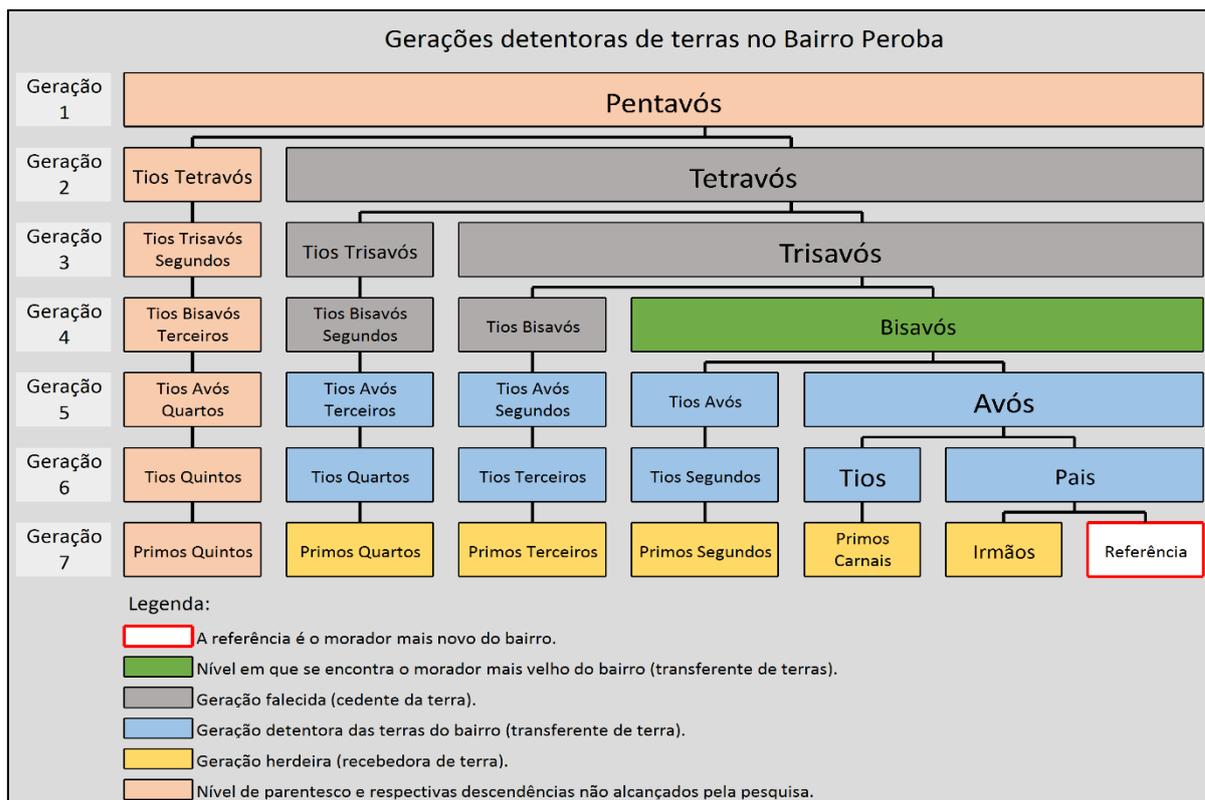


Figura 15 - Esquema sobre as gerações detentoras de terras no bairro Peroba.

Fonte: elaborada pelo autor / dados de pesquisa.

Neste esquema é possível identificar sete gerações e, sobre a realidade do bairro e seus moradores em torno do parentesco, a análise é a seguinte: o esquema considera a descendência como progressão do nível de parentesco, por isso a contagem inicia pela geração mais antiga e termina na mais recente; as gerações 1ª, 2ª e 3ª são falecidas e, portanto, são consideradas cedentes, uma vez que suas terras foram divididas até a 4ª geração, a qual possui apenas um representante vivo no bairro, Sr. João Rosa Carvalho, considerado um transferente de terras; os demais membros da 4ª geração encontram-se falecidos, o que implica dizer que suas terras foram divididas entre as gerações 5ª e 6ª, consideradas as detentoras atuais da maior parcela de terras do bairro. Os membros da 7ª geração são descendentes das gerações que possuem a terra, o que implica dizer serem herdeiros numa eventual distribuição de terras.

De posse dessas informações, e de outras obtidas durante a pesquisa de campo (como a dimensão e localização das terras), foi possível a elaboração de mapas que retratem a distribuição de terras ao longo dos anos. São mapas cujos traços são apoiados e abarcados pelo tempo de vida de seis gerações, uma vez que a pesquisa alcançou os tetravós do morador mais novo do bairro, ou seja, as terras do Sr. Francisco de Carvalho e Sr. José Domingo de Mendonça. O item 4.2.2, que se segue, é dedicado exclusivamente à análise da transição da terra, seja em forma de herança ou de compra, ao longo das gerações pesquisadas.

4.2.2 A herança

Sabe-se que a herança é a passagem de determinados bens à geração seguinte e, no caso desta prática ocorrer no espaço rural, é a terra o principal bem a ser herdado e, também, aquele que mais sofre com tal prática, uma vez que implica o seu parcelamento. No bairro Peroba houve muitos parcelamentos das propriedades não só por conta da herança, mas também por outros acordos como a compra ou a troca (sendo esta última assunto a ser tratado em outro momento). Trata-se, aqui, da divisão das terras de três famílias antigas que existiram no bairro: Carvalho, Mendonça e Ribeiro, cujas terras compunham a maior parte territorial da Peroba e são frutos das heranças deixas por Sr. Francisco de Carvalho e Sr. José Domingo de Mendonça e suas respectivas esposas.

Com os casamentos do Senhor Pedro José de Carvalho com Maria Cândida de Mendonça e do Senhor Armando Cândido de Mendonça com Leontina Abrantina de Jesus, representantes das três famílias, as terras do bairro assumiam outra configuração diferente do que se encontra em 2020, representadas no mapa ilustrado na Figura 16. Este mapa revela quatro divisões de propriedades, aproximadamente entre os anos de 1890 a 1940: terras da Família Ribeiro Mendonça; terras da Família Carvalho Mendonça; terras de outras famílias; e terras da prefeitura, onde se encontra a reserva florestal do município de Itajubá. O mapa é um ponto de partida para entender a distribuição das terras no bairro Peroba, seja em herança ou vendas, até 2019/2020.

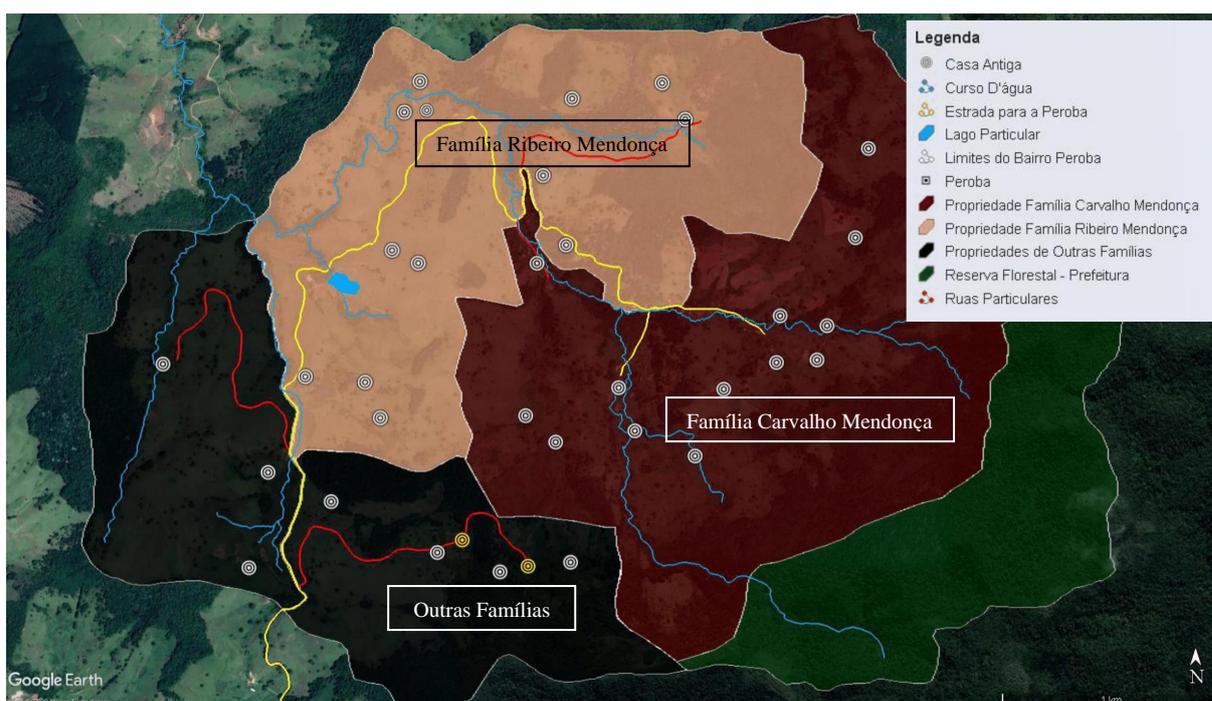


Figura 16 - Configuração das propriedades do bairro Peroba entre os anos 1890 e 1940.

Fonte: elaborada pelo autor / dados de pesquisa.

A representação da figura 16 indica que, por exemplo, o Senhor Armando Cândido de Mendonça e Dona Leontina Abrantina de Jesus, representantes da família Ribeiro Mendonça, eram detentores de toda a parcela de terras a noroeste do bairro e que em 2020 encontram-se distribuídas entre seus descendentes (ver figura 17). O mesmo ocorre para as terras a nordeste, as quais encontravam-se sob o cuidado de Seu Pedro José de Carvalho e Dona Maria Cândida de Mendonça, representantes da família Carvalho Mendonça. A partir desta referência, os demais mapas apresentados na sequência mostram a transição das terras nas gerações seguintes e o que estas realizaram com a posse da terra, ou seja, se continuaram a trabalhar a terra, ou a tornaram espaço de veraneio, ou venderam para “os de fora”.

Os dados para a elaboração do mapa representado na Figura 16 considera todos os tipos de aquisição de terras: herança, compra ou troca, visto que não há dados suficientes ou, pelo menos, não se buscou documentos de terras para comprovar ou apresentar se as dimensões das terras dessas duas famílias são oriundas de herança de um parente antecessor em comum. Por isso, este mapa é o ponto de partida para entender como as terras foram distribuídas ao longo do tempo, uma vez que Pedro José de Carvalho; Maria Cândida de Mendonça; Armando Cândido de Mendonça e Leontina Abrantina de Jesus são os antecessores em comum com todos os moradores atuais do bairro que se pôde alcançar através das entrevistas.

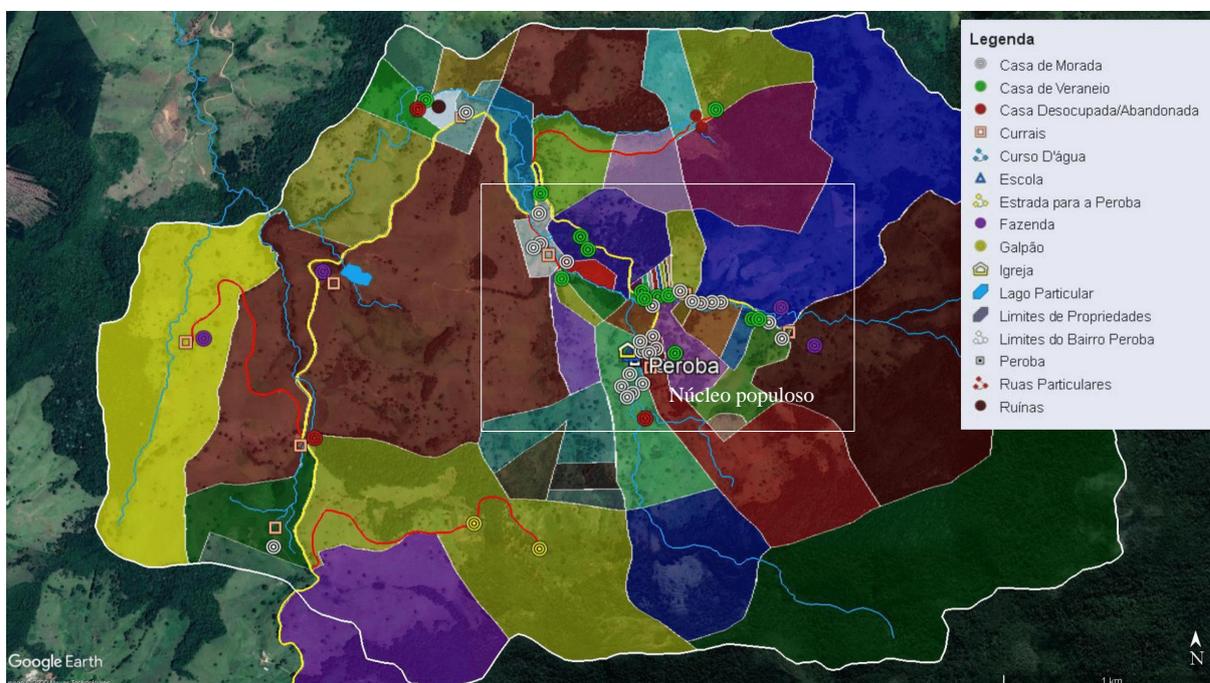


Figura 17 - Propriedades existentes no bairro Peroba.

Fonte: elaborada pelo autor / dados de pesquisa.

As propriedades, após o falecimento do pai ou da mãe, são divididas em heranças, porém, ainda como característica do bairro Peroba, os herdeiros que não pretenderam ficar e trabalhar a terra, venderam suas heranças para outros, fossem eles, parentes, vizinhos ou vindo

de fora do bairro. De acordo com a pesquisa, o parcelamento das terras do bairro seria muito maior se não houvesse aqueles que migraram definitivamente para outras regiões, liberando as terras para aqueles que decidiram ficar no bairro. A migração, de acordo com Woortmann (1990), é uma lógica obrigatória dentro de qualquer sociedade camponesa e permite compreender a dimensão dessa mobilidade espacial, a qual indica, logo, que para entender quem decidiu permanecer é necessário entender quem migrou.

Desse modo, ao longo de 100 anos²⁰, houve uma reconfiguração da posse e do uso da terra e, também, a entrada de pessoas “de fora”, que são aquelas consideradas estranhas, sem vínculo consanguíneo com a maioria dos moradores. Reconfiguração que surge com a reivindicação da herança (a ser tratado com mais detalhe em subcapítulo próprio), com a venda e as trocas entre herdeiros possibilitada pela migração definitiva de membros das famílias e os acordos necessários para a manutenção da terra (a ser tratado com maior detalhe mais a frente deste subcapítulo). As figuras abaixo mostram as propriedades existentes dentro do bairro Peroba até o presente momento, bem como seus dimensionamentos e disposições, onde a Figura 17 revela a totalidade dessas propriedades, enquanto na Figura 18 mostra-se o núcleo mais populoso do bairro.



Figura 18 - Propriedades existentes no bairro Peroba – núcleo populoso.

Fonte: elaborada pelo autor / dados de pesquisa.

²⁰ Período aproximado, uma vez que a pesquisa considerou a idade do morador mais velho do bairro, Seu João Rosa, o qual possuía, à época da pesquisa, 88 anos. Através de Seu João Rosa pôde-se chegar a informações sobre duas gerações anteriores a ele, ou seja, sobre seus pais, tios e avós.

Porém, este mosaico de propriedades carrega uma característica que, numa primeira leitura, apresenta certa contradição se comparada aos dados obtidos nas entrevistas. No bairro, a partir da década de 1990, passou a existir várias propriedades e, na maior parte delas, não há uma família vivendo, como visto na Figura 18, em que se pode observar propriedades sem domicílios, percebidas pelos símbolos que representam as moradas no mapa indicado. Mas, de acordo com o morador mais antigo do bairro e informante-chave desta pesquisa, existiam mais pessoas vivendo na localidade ao passo que as propriedades eram em menor número e, para quantificar, o Quadro 4, abaixo, apresenta um comparativo entre os dois períodos.

As respostas dadas pelos entrevistados à pergunta “antigamente existiam mais pessoas morando no bairro do que hoje?” foram unânimes: “muito mais!”. Assim, estas respostas comparadas com o que se está exposto na Figura 16, no início deste subcapítulo, são exemplos que ilustram esta contradição, uma vez que o mapa daquele período mostra 34 edificações se comparado com as 52 de atualmente. Mas há de se considerar o seguinte: se desconsiderarmos as fazendas e chácaras, o número de sítios é menor do que no passado. Estas informações indicam um fluxo de migração ocorrida no bairro que confirmam aquilo que Woortmann (1990) diz ao se referir que os camponeses produzem migrante tanto quanto produzem alimentos.

Tipos de Casas	Período	1940 – 1990 ²¹	1990 – 2020 ²²
Casa de morada (sítios)		34	25
Chácara		0	16
Fazenda		0	5
Casa desocupada/ruínas		sem dados	6
Total de edificações		34	52

Quadro 5 - Quantidade dos tipos de imóveis por período.

Fonte: dados de pesquisa

Por este motivo que, numa primeira leitura, estas informações podem não fazer sentido. Como é possível que existissem, antigamente, mais pessoas vivendo no bairro ao passo que as propriedades eram em menor número? A resposta é: nem sempre na propriedade havia apenas uma família vivendo, como ainda ocorre em poucas propriedades em 2020. Para o informante-chave desta pesquisa, nas terras de seus antecessores havia várias famílias vivendo num mesmo

²¹ Período mencionado pelo morador mais velho, Seu João Rosa.

²² Período em que o número de famílias pouco mudou, de acordo com as entrevistas.

sítio de dimensões grandes. Ainda há de considerar que essas famílias eram numerosas no que se refere à quantidade de seus membros se comparadas às famílias que surgiram a partir dos anos 2000. Enquanto as anteriores a 2000, sobretudo anteriores ainda a 1970, podiam ter até doze membros, as atuais não passam de cinco. A passagem abaixo revela o que foi pesquisado.

Quando eu estava na Fumaça Preta²³, antes de vir para cá, meu pai morava perto do pai dele e lá, também, estavam meus primos [e tios]. Cada um tinha a sua casa, mas todo mundo trabalhava na mesma terra. Só mudei pra cá quando vendi a herança que recebi do meu pai e comprei aqui de um primo meu que foi embora para o Paraná. A terra na Fumaça Preta não é boa e a gente labutava para conseguir tirar alguma coisa dela. Lá é só para pasto, mas naquela época ninguém tinha condição de criar vaca porque era caro. Como a maioria dos primos foram embora, quem ficou com as terras foram os fazendeiros que compraram (João Rosa Carvalho).

A percepção sobre a população que vivia no bairro não está em torno do número de moradas, mas sim do número de pessoas, pois são estas que se envolviam com os assuntos religiosos, com a organização do futebol ou com a lotação das festas do bairro. A passagem abaixo é de um dos moradores e apresenta estas informações.

Antes havia mais [pessoas]. Nos domingos que aconteciam os campeonatos de futebol da Peroba conseguíamos montar três times com a rapaziada só do bairro. Hoje, mesmo que todos gostassem de jogar bola, não consegue montar um time. Nos dias de novena a igreja lotava e nas festas então, nem se fala. Foi mais gente embora do bairro do que entrou e os que entraram nem moram por aqui. A maioria foi para o Paraná ou para o Vale²⁴ (Edson Carvalho).

Neste âmbito migratório evidenciado na pesquisa, ficam algumas questões para entender a condição daquele que deixou o bairro e liberou acesso à terra para aqueles que permaneceram. São questões como: Quem que migrou? Por que migrou? Quando que migrou? Ao apontar que “fulano foi para o Paraná e vendeu a terra”, cabe, ainda, realizar outras perguntas como: Por que fulano foi para o Paraná? Quando que fulano foi para o Paraná? Quais relações de parentesco esse fulano tinha na Peroba quando foi embora? Então, para entender a permanência na terra em sociedades camponesas é o que Woortmann (1990) ensina para entender quem permaneceu na terra: é preciso entender quem que migrou.

Para se ter uma notícia sobre esse personagem que migrou, é preciso apresentar, primeiro, uma explicação de como foi o processo migratório da Peroba. Assim, a migração para o Paraná (bem como para outras regiões, sobretudo Vale do Paraíba) aconteceu nos anos de

²³ É chamada de Fumaça Preta uma parte do bairro, onde havia a carvoaria. Os mais antigos usam essa referência.

²⁴ Referência local para designar as cidades do Vale do Paraíba, sobretudo São José dos Campos, em São Paulo.

1950 e começo dos anos de 1960. No Paraná, com o processo agrário de distribuição de terras por meio de empresas loteadoras, a ocupação começou por volta de 1950, mas a efetivação e vinda de imigrantes aconteceram por volta de 1960, quando ocorreu um aumento populacional em toda a região do norte paranaense (FRANÇA, 2011). Todos iam ao Paraná em busca da “terra roxa”, na qual o café se desenvolveu bem, gerando boas produções.

Muitos dos que foram para o Paraná não retornaram, sobretudo porque realizaram a venda de suas terras justamente para irem embora. Quem retornou à Peroba, veio depois da aposentadoria ou, também, só porque tinha algum pedaço de terra que não desfez. Essa migração para o Paraná, nos anos 50 e 60, foi uma migração de longas cadeias de parentesco camponesas em que, grande parte das vezes, foi realizada de maneiras muito diversas: era um primo que chamava outro primo, ou um irmão que chamava outro irmão ou uma tia que chamava uma sobrinha. Esse processo foi dando “largueza” para quem ficou no bairro e pode, quem teve condição, aumentar suas propriedades comprando de quem migrou.

Esta “largueza” deixada determina que o número de propriedades não tem relação com o número de domicílios do bairro, pois em 2020, na Peroba, existem várias propriedades e, na maior parte delas, não há uma família vivendo: são usadas para pastagens ou, raramente, para lavouras²⁵ (nestas, o bananal é o maior representante) e seus donos vivem na cidade. Diferentemente, também há propriedades em que se pode encontrar até seis famílias vivendo e, nesse caso, isso ocorre porque o dono de fato (pai ou avô) cedeu uma parcela das terras para que um ou mais filhos pudessem construir suas moradas e, no bairro, isso ocorre em seis propriedades.

Outra característica importante, como ponto de comparação acerca do antes e depois, está entre os anos 1940 e 1970, quando as propriedades existentes possuíam mais famílias vivendo numa única propriedade, mas não na mesma casa, e as terras eram utilizadas para a manutenção da vida e do modo de viver do campo, assim como acontece atualmente com algumas poucas famílias que mantiveram o trabalho na terra como principal fonte de renda. A Figura 16 apresenta a configuração das propriedades daquele período, apontando também as casas existentes, muitas das quais são ruínas ou não existem mais a partir dos anos 2000.

As características da distribuição e organização das terras em forma de propriedades, seja por herança ou pela compra (ou trocas, se for o caso), podem ser representadas em dados percentuais e quantitativos em torno da dimensão, da quantia, da categoria, da posse e tipos de

²⁵ Existe lavoura de milho e cana, mas não para a venda nos mercados locais, mas para a produção de silagem que é usada para a alimentação do gado, e por este motivo não entra na estatística de lavoura por não ser um item de geração de renda direta para as famílias.

usos (este último a ser detalhado no subcapítulo seguinte, intitulado “os usos das terras: hortas, pastos e plantações). Abaixo, no Gráfico 5, seguem alguns dados que caracterizam o bairro Peroba quanto a dimensão e quantidades de suas propriedades, o qual ajuda a determinar e ilustrar as categorias de propriedades existentes na localidade.

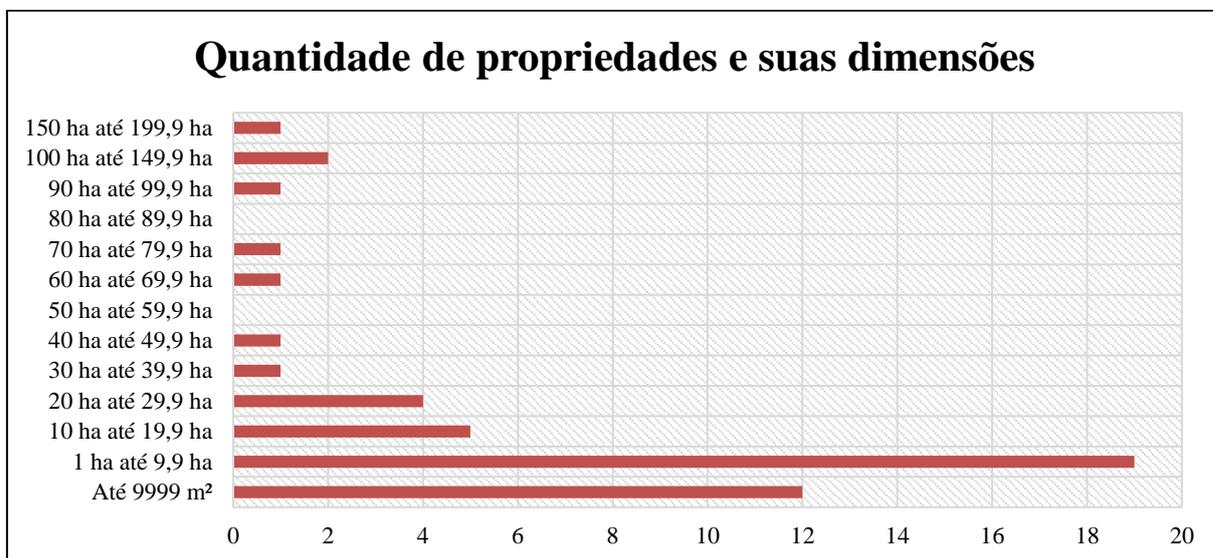


Gráfico 5 - Quantidade de propriedades e suas dimensões.

Fonte: dados de pesquisa.

A Peroba possui, no total, 48 propriedades que, juntas com a parte da reserva florestal que se encontra dentro do bairro, somam 1.136 hectares. Desta dimensão territorial, 571,5 hectares, ou cerca de 50,3% de todas as terras, são propriedades de cinco pessoas, as quais não vivem no bairro. Importante frisar que as propriedades destas pessoas são consideradas pelos moradores do bairro como fazendas, uma vez que suas terras são usadas majoritariamente para a pecuária e têm dimensões superiores à maioria das outras propriedades, ou seja, é diferente do sítio que usa a terra para uma produção diversificada, visando o consumo/sustento familiar e o abastecimento do mercado local.

Esta desigualdade entre os diferentes tipos de propriedades fica mais evidente diante o seguinte dado: 101 hectares é a soma das áreas das propriedades de 32 moradores que possuem, juntos, a mesma dimensão de terras de apenas um único pecuarista. Este dado pode ser uma primeira resposta dada aos questionamentos sobre se, realmente, as propriedades no bairro podem ser categorizadas entre fazendas/fazendeiros e sítios/agricultores familiares, uma vez que a fazenda da Peroba pode ser diferente se comparada às outras existentes, por exemplo, no centro-oeste brasileiro. Em outras palavras, não será o fazendeiro da Peroba um agricultor familiar? Tal comparação não pode ser feita considerando somente a quantidade de terras, mas também o tipo de valor que se dá a elas. Para o fazendeiro as terras são um negócio e para o agricultor familiar, seu meio de trabalho e sustento.

Na fazenda, a terra é como mercadoria que garante o dinheiro, o qual é obtido das transações - compra e venda - ou do seu uso extensivo – agropecuária. Se para o fazendeiro a sua propriedade é vista como um negócio onde as transações resultam dinheiro, diferentemente, para o agricultor familiar, as terras são seu meio de realizar o trabalho que irá sustentar sua família. Essas diferenças entre um e outro também se refletem na forma como as terras são acessadas. Para o fazendeiro da Peroba, as terras são acessadas principalmente pela compra (mas, a depender do caso, também há a ocorrência de herança) enquanto que para o agricultor familiar o acesso à terra se dá por via da herança (ou, menos comum, pela compra, caso seja), o que o leva a assumir uma série de acordos e ajustes para a sua manutenção.

Então, pode-se dizer que, para o fazendeiro a sua relação com a terra é puramente mercadológica e não existe uma ligação íntima entre o fazendeiro e a terra, o que nos mostra uma concepção produtivista contemporânea nessa relação. Por outro lado, para o agricultor familiar, sua relação é de intimidade pois para ele a atividade na terra é, ao mesmo tempo, fonte de vida e de ação sobre ele próprio, ou seja, as garantias de sustento serão permanentes a depender da atuação que exercer sobre a terra. É o caso do parcelamento excessivo da terra que pode acarretar mudanças tanto no sustento da família, já que afeta a produção, quanto sobre o modo de vida, uma vez que pouca terra implica alteração no trabalho.

Apresentadas as diferenças entre o fazendeiro e o agricultor familiar da Peroba, é importante, ainda sobre as categorias de propriedades, revelar a configuração em torno dessa organização. Por isso, o Quadro 5 apresenta, de forma detalhada, os números da distribuição das terras entre os tipos de propriedades do bairro Peroba para apresentar essa configuração.

Propriedades	Quantidade	Terras Totais (ha)	Média (ha)	Percentual (%)
Sítios ²⁶	26	359,8	13,8	31,7
Chácaras	17	44,7	2,6	3,9
Fazendas	5	571,5	114,3	50,3
Reserva Florestal	1	160,0	160,0	14,1

Quadro 6 - Distribuição das terras entre sítios, chácaras, fazendas e reserva.

Fonte: dados de pesquisa.

Diante da apresentação destes dados estatísticos que auxiliaram na definição dos contornos das propriedades e da configuração do bairro em torno desses novos limites e organizações, é possível traçar dados sobre as causas que possibilitaram essa estrutura atual do bairro: refiro-me às estratégias, aos acordos e ajustes usados nos momentos de sucessão familiar

²⁶ Nesta contagem, os terrenos que não são contíguos à sede do sítio também são contabilizados como uma propriedade só. Por exemplo, o sítio de Barbosa é formado pela sede (onde tem a casa de morada) e mais dois terrenos em outra parte do bairro.

e transferência de terras. Há aqueles que não criam estratégias ou acordos para continuarem nas terras herdadas, mas que as vendem; porém, há aqueles que constroem suas estratégias para a manutenção e continuidade da vida no campo. Então, a pergunta que se mantém é: como se organizou a herança entre essas famílias que criaram tais estratégias de reprodução social e manutenção da vida rural?

Percebemos, através dos mapas elaborados, que há um mosaico de propriedades no bairro que, além de terem suas origens nas heranças e compras/vendas, também têm suas configurações nas estratégias assumidas por seus herdeiros. Quem não ficou no bairro, vendeu, e quem ficou precisou assumir e/ou construir acordos e ajustes para a manutenção da terra e isso implica dizer, até mesmo, em sua organização. Algumas dessas estratégias foram importantes para aqueles agricultores que, em 2020, têm a posse ou a propriedade de terra, visto que assumiram acordos e ajustes específicos para a manutenção e continuidade da vida na roça. São elas, as principais:

- i) Reorganização das terras em torno da casa de morada. Com a passagem da herança, certas parcelas de terras ficaram longe da casa e, para que tudo ficasse contíguo, acordos entre os herdeiros foram tratados: podemos citar a troca das terras; a venda da herança para a aquisição de uma parcela próxima a casa; ou, ainda, a mudança da casa de morada;
- ii) Venda. Vendia-se a parcela herdada para os irmãos (ou alguém “de fora”) e comprava-se terras dos cunhados (ou outro proprietário) em busca de terras melhores para a lavoura ou terras menos acidentadas para o gado.

Os herdeiros que continuaram como agricultores foram, antes, preparados por seus antecedentes (pais ou avós) para assumirem a vida no campo, visto que muitos sempre precisaram trabalhar para os pais desde muito pequenos, o que já era uma preparação. Ensinar a trabalhar a terra é o primeiro passo para garantir a permanência no espaço rural. Cabe lembrar, ainda, que existe um sentimento de pertencimento que é passado aos filhos. Aqueles que desenvolvem tal sentimento são os que geralmente permanecem no bairro e na lida da terra como forma de geração de renda e sustento.

Assim, não é arriscado dizer que a necessidade de sustento, atrelada ao sentimento de pertencimento e capacidade de trabalhar a terra, é que são subsídios de continuidade no campo. A partir disso que as alternativas de manutenção da terra (e sua necessidade de possuir terra) são buscadas. Na Figura 19, que se segue abaixo, é apresentado um esquema que facilita a compreensão dos processos de transferência da terra e como eles estão interligados com outros sistemas de sucessão familiar no campo.

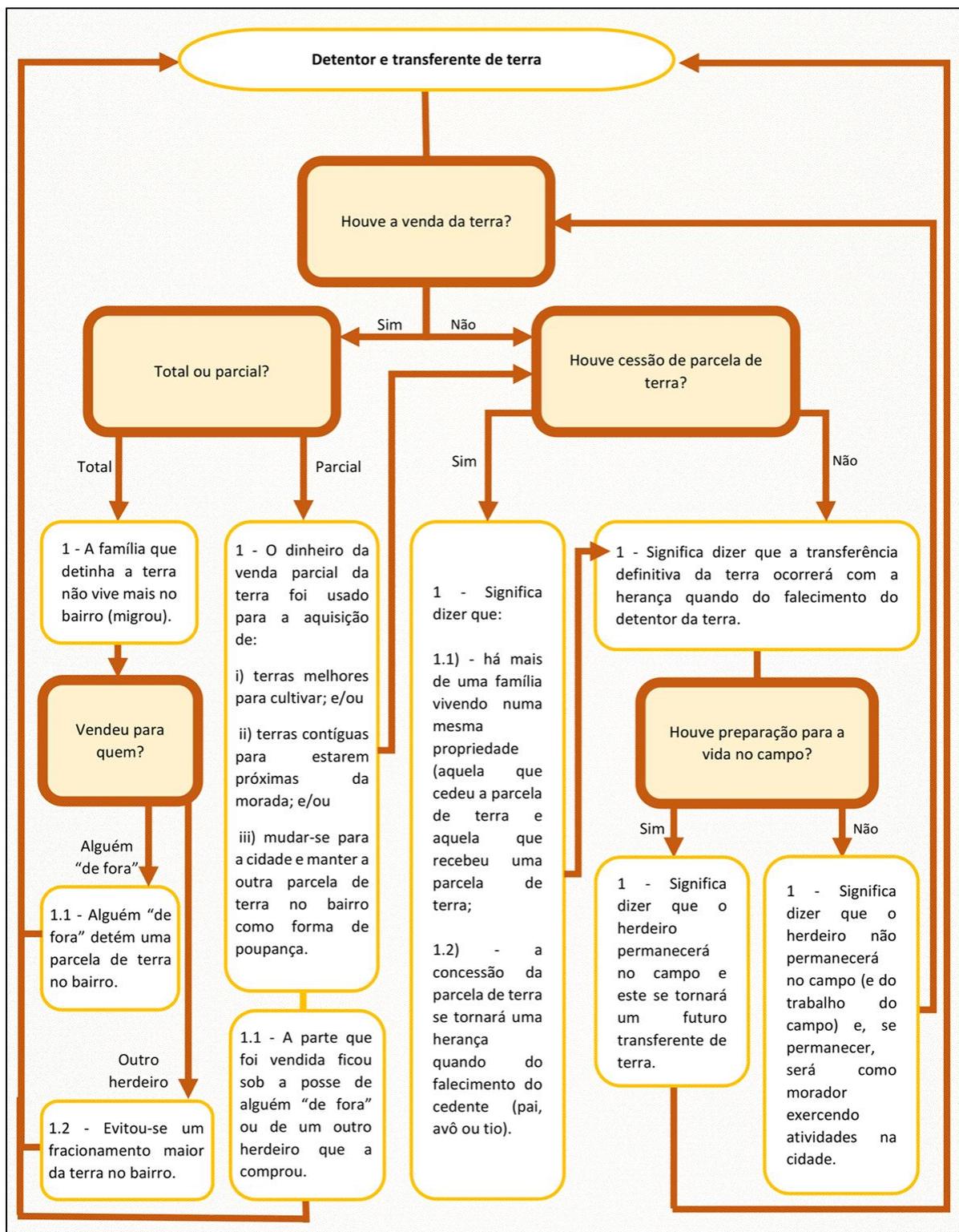


Figura 19 - Processos de transferência da terra no bairro Peroba.

Fonte: elaborada pelo autor / dados de pesquisa.

A herança é o principal elemento configurador do bairro Peroba, cabendo ao herdeiro o papel de quem guiará tal configuração. Se este herdeiro foi preparado para suceder o trabalho no campo, este permanecerá e manterá o uso a que já vinha sendo dado à terra, porém, se não houve interesse na atividade do campo, mas sim um incentivo para outros tipos de trabalho,

sobretudo na cidade, este herdeiro dará outra finalidade para a terra: ou será vendida, ou se tornará um espaço de veraneio (o que também pode ser considerado uma poupança para o futuro), ou, raramente, se manterá a terra para o arrendamento. Estas outras três configurações ocorrem no bairro, mas a venda das terras foi o principal fator que levou a concentração fundiária na Peroba nas mãos dos fazendeiros locais, uma vez que muitos dos herdeiros tiveram na venda das terras a oportunidade de buscar uma outra vida fora do bairro, sobretudo na cidade.

Porém, para aqueles que permaneceram no espaço rural praticando a agricultura e a criação de animais, também existiram estratégias que apareceram e foram assumidas para a manutenção da terra em torno da garantia dessa vida rural. Tais estratégias ocorrem antes ou a partir da inevitável transferência da terra. Antes da transferência tem-se a cessão da terra após o casamento. Com a morte de quem controla a terra, pode-se afirmar que é sempre o Código Civil que prevalece quando se trata de herança. Em outras palavras, se houve a preparação do jovem para a vida no campo, esse, caso decida ficar, necessitará de terras para o trabalho no campo. Há de entender que, enquanto vive com os pais, trabalha a terra deles para ajudar nas despesas da casa e acumula recurso para o casamento e seu acesso definitivo à terra só se dará quando ocorrer seu casamento ou através da herança, o que não tem uma ordem específica, já que esta pode ocorrer antes daquele.

Assim, conforme consta na literatura, os acertos são colocados em prática como fuga ao Código Civil, porém, na Peroba essa prática não prevalece, uma vez que o Código Civil é parâmetro para a divisão equilibrada das terras entre os herdeiros. É a partir da transferência da terra, sob o parâmetro do Código Civil, que os herdeiros realizam seus acordos e ajustes para garantirem a manutenção da terra e, conseqüentemente, o trabalho no campo. Para exemplificar esses acordos e ajustes, podemos tomar o seguinte caso: se a herança foi “tirada” em terra ruim, o herdeiro poderá trocá-la com um irmão ou irmã por outra parte de terra que seja boa para a atividade que se queira realizar. Aqui, temos as trocas como um acordo que irá ajustar a organização das terras herdadas. Isso pode ocorrer tanto antes, quanto depois de tomada a decisão da herança. Assim, é possível entender que essa regra possibilita àquele que decidir ficar criar um cenário propício à sua permanência no bairro.

Outra alternativa está na compra de terras dos irmãos que decidiram ir embora do bairro. Estes que decidiram partir têm como prioridade vender aos irmãos que permanecem com a alegação de que a terra continuará com a família. Caso quem decida partir e vender sua herança não encontre um irmão que tenha interesse ou condição de comprar sua parte, se vê obrigado a vender para “os de fora”. Geralmente quem tem interesse e condição, neste caso, e muitas vezes espera por isso, são os fazendeiros locais. Isso fica claro com as informações apresentadas

durante as entrevistas e conversas com Dona Vicentina Carvalho de Mendonça que, após o falecimento do marido, recebeu propostas de um fazendeiro que possui terras contíguas às suas para comprá-las.

Depois do inventário é que a gente viu como ficaram as coisas. As terras que ele [marido] tinha comprado do primo estão longe de casa, mas perto do Seu Jair [fazendeiro] que quer comprar elas de mim. Mas eu não quero vender para ele, eu quero trocar com meu cunhado. Ele [cunhado] tem para tirar sua herança e meu marido também. Se meu cunhado trocar aí fica tudo [terra] perto de casa. Facilita depois para as meninas [filhas] receberem como herança delas, mas até lá eu vou colocando umas vacas e com as terras perto de casa fica mais fácil, também. Mas meu cunhado é difícil de lidar. Até desanima. Às vezes tenho vontade de vender tudo para Seu Jair e ficar só em casa, porque as meninas decidiram que vão trabalhar na cidade e o dinheiro ia ajudar elas nessa questão (Vicentina Carvalho de Mendonça).

As informações de Vicentina Carvalho de Mendonça resumem tudo o que foi apresentado até o momento e ainda dão uma dimensão do quão importantes são os acordos e ajustes para o agricultor, uma vez que garantem não só a posse e propriedade da terra, mas também o acesso às terras melhores e bem localizadas. Assim, diante dessas formas de posse e propriedade da terra, pode-se determinar, também, os seus tipos de usos, o que nos leva ao próximo subcapítulo dessa sessão deste trabalho cujo objetivo é relacionar as estratégias de posse da terra às suas especificidades de uso do de um contexto temporal de mais ou menos cem anos.

4.2.3 O uso das terras: hortas, pastos e plantações

Apresentadas as mudanças e permanência nas relações de posses das terras do bairro, bem como os acordos e ajustes assumidos para o acesso e a manutenção das propriedades rurais, fossem estes tradicionais, adaptados ou criados, este tópico apresenta as mudanças e permanências em torno do uso das terras, contexto também que ocorre nas últimas décadas. Usar a terra se configura em uma das estratégias de posse, mas quais são assumidas para se trabalhar a terra? E quem, na Peroba, a trabalha? Quais são os usos? As linhas que se seguem buscam apresentar respostas para esses questionamentos, apresentando o uso da terra como um outro elemento que possibilita a configuração ao bairro da Peroba.

Trabalhar a terra dá uma significação ao seu uso e o trabalho, realizado pelo homem do campo, está ligado à transferência de energia, em sua significação original. Em outras palavras, trata-se de afirmação de Alexander Chayanov (1986) o qual explica que tal transferência ocorre quando, provido da união das técnicas de cultivo e domesticação animal, o homem do meio rural tem acesso a vegetais e carne e, desta forma, pela capacidade do trabalho, ele transfere o

acúmulo de energia de plantas e animais para si próprio. Ainda, através do trabalho, o homem do campo também explora outras fontes de energia, como a madeira, a água, o vento e o carvão. Estas fontes constituem a base de qualquer tipo de atividade e, neste sentido, consideramos a transferência de energia destes recursos para o homem como um primeiro tipo de uso da terra. Trata-se de um uso que garante alimentação e moradia para o agricultor através do trabalho.

O que se encontra no bairro Peroba não é diferente do que se considera nos estudos de Chayanov (1986), uma vez que os agricultores dessa localidade usam a terra para uma variada finalidade, dentre as quais podemos citar: o uso para o cultivo de hortaliças, legumes, verduras e raízes, o que se convencionou chamar de horta; o uso para a criação de bovinos que sustentam a produção de leite e queijos, o que implica a destinação da terra para as pastagens; e outras plantações variadas como eucaliptos²⁷ e bananeiras. Outras atividades são complementares, como a criação de aves, por exemplo, uma vez que não necessita de espaços específicos, pois galinhas e patos compartilham as mesmas áreas dos gados e o quintal da morada. Essa diversificação na produção permite não só comida na mesa do agricultor, mas o abastecimento dos mercados locais com uma variedade de itens agrícolas.

Essa realidade de diversificação no bairro tem pouco tempo de existência. Segundo relatos dos moradores, o bairro era conhecido pela extração de madeiras para a produção de carvão, conciliado com algumas produções de itens agrícolas para o consumo próprio das famílias, como aves, verduras e legumes. Só com o esgotamento da madeira, o que se deu por volta dos anos 1950, é que a maioria das famílias do bairro passaram a cultivar outras variedades para a venda nos mercados locais, especialmente no mercado municipal, principal espaço de escoação da produção da região de Itajubá. Neste período, plantava-se no bairro Peroba essencialmente a cebola, cenoura, mandioquinha salsa, tomate, feijão e fumo, tornando-se uma fonte importante de geração de renda.

Hoje eu sou aposentada, mas eu trabalhei na escola como merendeira e meu marido, antes de ficar doente, sempre lidou com a roça: plantava e criava vaca. Também tinha galinha e porco, mas era mais para a nossa despesa. Um pouco do que plantava era para despesa nossa, mas boa parte era vendida no Ceasa. Antigamente [década de 1980 e 1990], meu marido, meu sogro e meus cunhados plantavam muito feijão, cebola, cenoura, mandioquinha e tomate para venderem na cidade. Com o tempo eles pararam com esse tipo de plantação por conta do preço que não compensava, porque no Ceasa se pagava

²⁷ A plantação de eucaliptos é realizada uma vez que no bairro não há onde se tirar madeira, porque em áreas de reserva legal só podem tirar lenha seca para o fogão. Viver na roça exige madeira para fazer ou arrumar uma cerca, um poste, um rancho, um curral ou mesmo o madeiramento do telhado de uma casa. Se não tiver a madeira tem que comprar; o que justifica então ter disponível o eucalipto, já que das matas não se pode retirar essa madeira. A venda do eucalipto também é feita para outros moradores do bairro ou dos bairros vizinhos, os quais usam para as mesmas finalidades apresentadas acima.

barato sempre que se ia vender lá. Depois, o que mantinha a casa era criação de gado. Também começamos com a horta há uns dez anos, mas paramos quando meu marido ficou doente. Depois que ele faleceu, o que tem mantido a casa é minha aposentadoria e umas vacas que crio de meia com meu cunhado (Vicentina Carvalho de Mendonça).

Depois da carvoaria, muitas famílias tiveram como principal atividade a agricultura para abastecimento dos mercados locais e a pastagem para a criação de gado leiteiro e de corte. Isso durou até em torno de 2009, quando a plantação de cebola, batata salsa, cenoura, tomate etc. deu lugar às hortas, incentivadas por programas como o PNAE.

Contudo, ainda muitas famílias continuam com a criação das vacas, inclusive as que cultivam as hortas, tornando uma atividade duradoura do bairro. A cronologia dos eventos revela que o uso da terra esteve em torno de quatro atividades principais que garantiam renda às famílias:

- i) extração da madeira para a carvoaria até 1955, atividade que foi realizada pelos mais antigos do bairro;
- ii) plantação em grande quantidade de lavouras temporárias até 2009, quando fumo, cebola e batata foram os expoentes nesse período; e
- iii) as hortas, até o presente momento [2020], fortalecidas pelos mercados originados pelas políticas de desenvolvimento a partir de 2010.

A criação de gado é a atividade que se mantém durante esses três períodos, sendo ela secundária ou principal em algumas famílias. A partir dos anos 2000, o bairro assume outros contornos em seu uso das terras. O Gráfico 6 apresenta a quantidade de propriedades e posses distribuídas de acordo com os tipos de uso das terras.

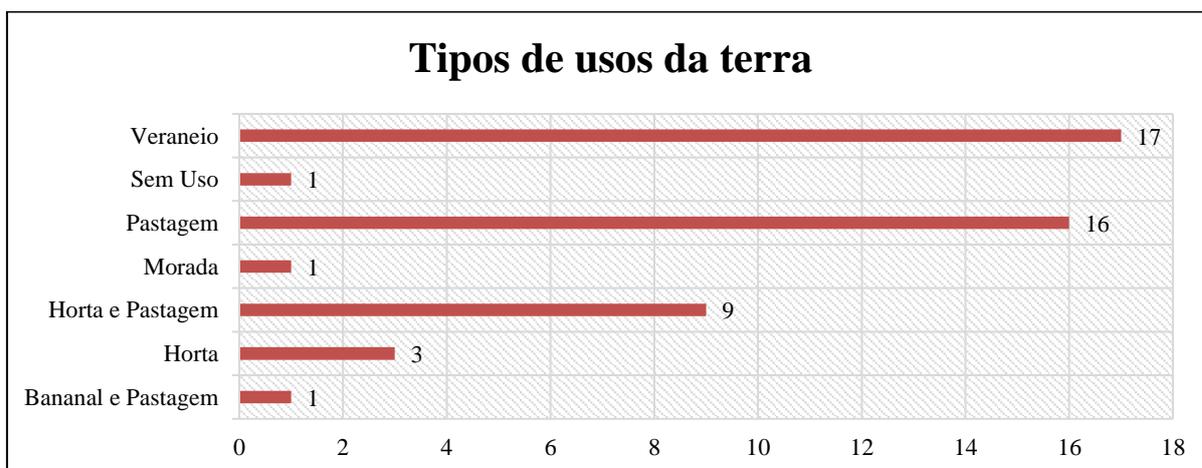


Gráfico 6 - Tipos de usos das terras quanto à sua finalidade.

Fonte: dados de pesquisa.

Os dados apresentados pelo gráfico ajudam a observar os usos das terras e, assim, podemos traçar uma análise de suas características e da sua importância para o desenvolvimento

da Peroba. Notamos, inicialmente, a presença de 17 propriedades usadas para veraneio, as quais são o segundo tipo de uso mais recorrente no bairro. Essas propriedades usadas para veraneio ocupam 44,7 hectares, o que significa que juntas não representam nem 5% do total de terras da Peroba (Gráfico 3) e isso implica dizer que são terras que não têm uma expressividade econômica para o bairro. Elas podem, sim, ter seu valor econômico, mas em outro sentido, uma vez que muitas representam uma espécie de poupança para seus proprietários.

Pastagens representam os maiores tipos de usos da terra assumidos pelos moradores, ou seja, 26 propriedades têm a pecuária como atividade, seja principal ou secundária – a depender do caso – e que ocupam 631,88 ha das terras, cerca de 55,65% de toda extensão territorial do bairro. Há de notar que, diante desta porcentagem, se exclui a extensão das matas²⁸ que ocupam a superfície das terras dentro das propriedades, o que possibilita dizer que mais da metade das terras são usadas para as pastagens. O mapa da Figura 20 representa os usos das terras da Peroba, onde as matas, pastagens e hortas tem suas localizações apontadas.

Ainda, por trás das pastagens apresenta-se uma estratégia: a utilização do gado como reserva para garantir o sustento em tempos mais difíceis – morte, perda na plantação etc. Nesta estratégia, há uma outra intenção por trás: a garantia de geração renda, como a produção de leite e/ou a venda para o abate, o que possibilita a permanência do agricultor no bairro. Normalmente o agricultor familiar não trabalha com gado de corte, mas realiza a venda de bezerros para outros produtores que trabalham nessa linha, uma vez que o animal macho no pasto é considerado despesa quando adulto, diferentemente da vaca que produz leite.

Considera-se este ajuste como resultado de uma estratégia assumida pelos agricultores familiares da Peroba, que realizam a pequena pecuária conjuntamente com a agricultura. Dessa forma, o gado existe como um tipo de reserva, uma poupança, e, portanto, há a necessidade de mais terras para a pequena pecuária, o que muitas vezes é sanada pelo arrendamento, uma vez que a compra de mais terras é desencorajada pelo alto preço ou simplesmente pela falta de oferta (a venda de terras está condicionada a existência de alguém que recebeu terra como herança e este deseja vender).

As hortas, encontradas em 12 propriedades da Peroba (Gráfico 2), não chegam a usar 2 hectares de terras, se somadas todas (Gráfico 3). O uso da terra para a horta torna-se uma estratégia para a geração de renda e a manutenção da vida no campo, pois é o que garante, para as 12 famílias envolvidas, sustento e permanência no bairro, atualmente. A horta tornou-se

²⁸ O Gráfico 3 nos mostra que mais de 480 hectares de todas as terras da Peroba são cobertos por matas (incluindo parte da reserva florestal e paredões de pedras que se encontram dentro dos limites do bairro), ou seja, mais de 42% da superfície do bairro é coberta por vegetação silvestre e encostas de pedra.

elemento importante na vida dos agricultores da Peroba graças às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, que chegaram nos momentos em que as grandes plantações de cebola, batata, cenoura e feijão não apresentavam mais o resultado esperado.

As hortas não tomaram os lugares dos cultivos anteriores, o que muda é o tamanho do cultivo e a sua diversificação, uma vez que cebola, feijão e cenoura ainda fazem parte de itens comercializados pelos agricultores da Peroba. Com a horta é possível manter o estilo de vida, que toma novos contornos, à medida que elementos urbanos são aceitos para tornar o dia a dia mais prático – carro, roçadeira à gasolina, tratorito, tanque de leite refrigerado, geladeiras, fogão a gás – visando o custeio de eletricidade, combustível etc.

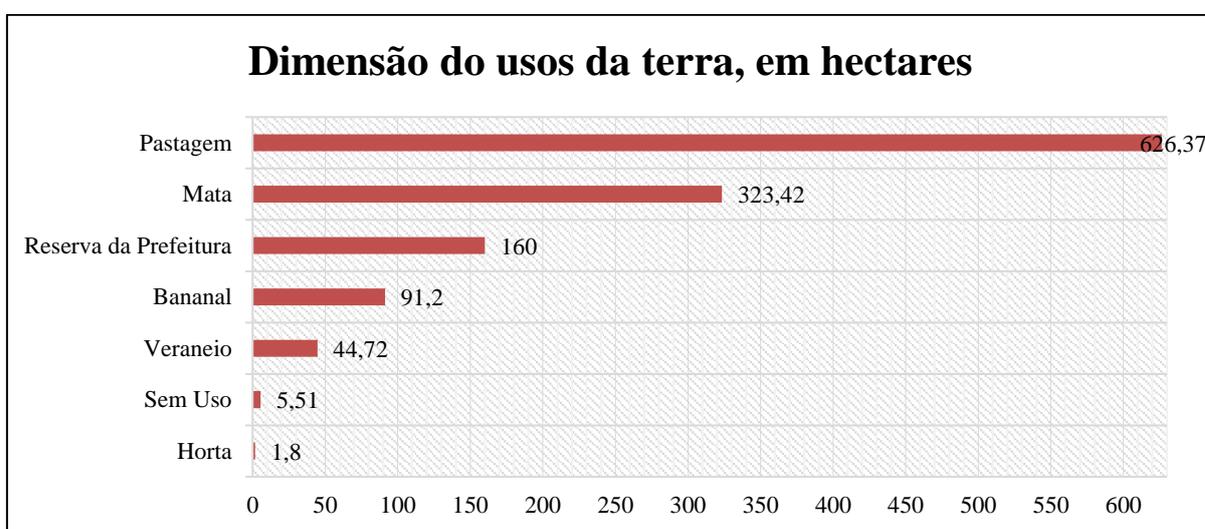


Gráfico 7 - Dimensões dos usos da terra, em hectares.
Fonte: dados de pesquisa.

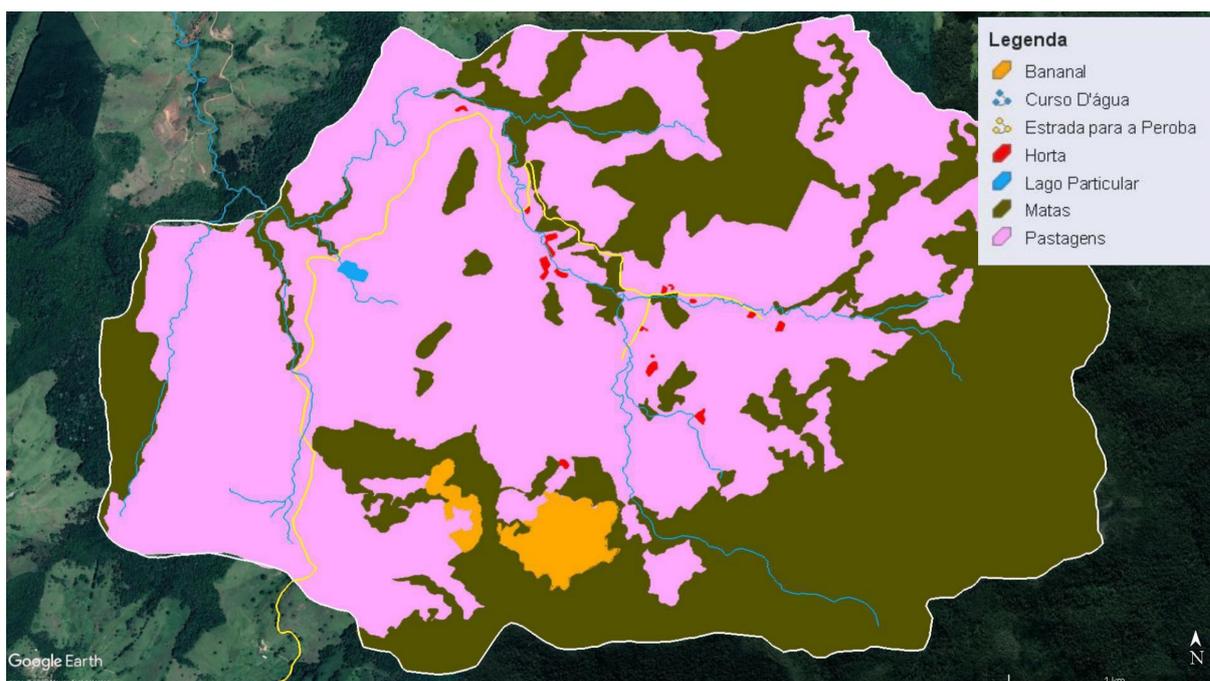


Figura 20 - Mapa do uso da terra.
Fonte: elaborada pelo autor.

Nesse sentido, a demanda sobre a terra para o seu uso deve ser analisada de três formas: i) para os agricultores familiares que possuem “terra boa” e que conciliam os trabalhos – na horta, na criação de gado e trabalhando de “bicos” nas fazendas – a demanda sobre a terra não está na necessidade de mais espaço para plantar, mas para a pastagem; ii) para os agricultores que possuem terras “pedregudas”²⁹ ou pantanosas e que também conciliam os trabalhos de horta e pastagem, a demanda de uso da terra pode estar na necessidade de mais terras tanto para a plantação quanto para o gado; e iii) e para os agricultores que possuem ou a horta ou a pastagem, a demanda existe quando a terra é pouca, o que geralmente ocorre quando as terras ainda são usadas em comum entre outros familiares (pais, avôs, irmãos ou tios).

Para ambas as demandas, todas ainda podem compartilhar – a depender do caso – de uma outra característica: terrenos que não são contíguos. Quando o agricultor possui terras, mas estas encontram-se longe da casa de morada (terreno principal), a distância torna-se um empecilho, o qual é maior quando se trata do trabalho em hortas, pois nesta deve se dedicar cuidados diários e o transporte dos produtos nem sempre é fácil, diferente da criação de vacas, que exige menos esforço. Que saída o agricultor encontra, num bairro onde existem terrenos que estão há mais de um quilômetro da casa, para compensar essa distância? Como a herança é uma garantia de terra que só ocorre num longo prazo, o arrendamento surge como estratégia de ampliação da terra para o cultivo na horta ou a criação de gado para o trabalho e a geração de renda, possibilitando aos agricultores familiares permanecerem no bairro

O arrendamento tem duplo sentido e só pode ser compreendido de acordo com o contexto em que é usado. Por exemplo, arrendar pode significar tomar, pegar e usar mediante o pagamento de uma renda, ou seja, quando um arrenda para outro; ou pode significar dar, ofertar e destinar mediante o recebimento de uma renda, ou seja, quando um arrenda de outro. Existem estas duas formas de arrendamento na Peroba, as quais podem ser destinadas a uma variada funcionalidade ou utilidade sobre a terra que se arrenda. As formas de arrendamento identificadas no bairro são: aquela em que o agricultor, desprovido de terra suficiente para cultivar, arrenda a terra de outro morador, agricultor ou não, para realizar a plantação ou criação de animais; o arrendamento em que o agricultor, mesmo possuindo sua propriedade, realiza para garantir o descanso de sua terra; e o arrendamento em que o proprietário, impossibilitado de realizar atividade agrícola, faz ao agricultor que quer ampliar sua produção ou colocar sua terra pra descanso.

²⁹ Terreno pedregoso.

Podemos determinar que os usos das terras, neste sentido, são colocados como acordos e acertos para a posse da terra. Analisando, primeiramente, as informações sobre as pastagens, podemos encontrar elementos que denotam acordos e acertos para que se tenha a posse da terra: o gado, além de representar uma reserva de segurança em momentos de aperto, também possibilita determinar que aquela terra está em uso e por isso possui um dono (independente se a terra foi herdada – titulada ou não – ou cedida). As hortas e outras plantações como usos têm o mesmo sentido que as pastagens assumem, uma vez que muitas são conciliadas com o gado. As chácaras têm seu uso determinado pela finalidade econômica que tem para seu proprietário – lazer ou reserva como poupança – e sua posse é garantida somente pela titulação.

5 ARGUMENTOS FINAIS E AGENDA DE PESQUISA

A terra pode significar riqueza ou pobreza, vida ou morte, força política ou exploração, posição social elevada ou marginalização. Para cada grupo social, ela possui um valor que tem a capacidade de definir sua condição frente à sociedade e, para o agricultor não é diferente, já que para ele não há como viver sem ela, visto que a terra lhe dá moradia, alimento, trabalho.

A categoria “terra” é parte de uma teia de significados e pode ser considerada, como em qualquer universo cultural camponês, parte de uma categoria de significados, compartilhando de mesmo sentido de outras categorias, como “família” e “trabalho”, dos quais é inseparável. Desta forma, a terra, mais do que objeto de trabalho, é condição de sobrevivência do sujeito trabalhador e que significa liberdade, seja em quaisquer contextos: pelo migrante, pelo reassentado, pelo agricultor.

Para se fazer o uso da terra é necessário ter a sua propriedade? Na Peroba, nem sempre a resposta para essa questão é “sim”. Esse tipo de relação – ter a propriedade titulada para se fazer o uso – tem ligação com a compra e a herança, pois, como sabemos, pelo Código Civil Brasileiro, esta ocorre apenas na falta do detentor do bem e aquela quando da transação monetária mediada pelos cartórios de imóveis. Assim, só tem a propriedade da terra, na Peroba, aquele que a herda ou a compra com garantias da titulação. Como o preço da terra não a torna acessível, a herança é o principal elemento que garante a propriedade da terra.

Como a morte é imprevisível e leva tempo para acontecer, o uso da terra, bem como seu acesso, na Peroba, só acontece antes da propriedade titulada quando os núcleos familiares se dividem em outras famílias, as quais se constituem através dos casamentos. Para explicar: aqueles que desejam permanecer no bairro, após o matrimônio, precisam de uma parcela de terra para trabalhá-la, considerada um elemento essencial para sustentar a nova família em formação e, é neste momento, que os pais (ou avós) cedem um espaço de sua propriedade para que o filho (ou o neto) tenham onde trabalhar, ou seja, fazer o uso da terra.

Apesar do filho (ou neto) não ser dono legítimo (por escritura/titulação), este uso que se faz da terra dá garantias de posse e, só diante uma possível passagem de herança, é que terá sua propriedade. É por esse motivo que, no bairro, “uso” vem antes da “posse” e a “posse” antes da “propriedade”, onde a posse é garantida pelo uso e a propriedade garantida pela herança.

A análise dos acordos de acesso à terra mostrou que duas etapas ocorrem para que haja a posse/propriedade da terra, que se inter-relacionam: a primeira é considerada como uma permanência de práticas de transição de terras e é aquela em que pai (ou avô ou tio) ou sogro cedem uma parcela de terra para o filho (ou neto ou sobrinho) plantar ou criar gado bovino,

configurando o uso e a posse da terra como primeira etapa na transição da terra, o que possibilitará a propriedade, futuramente, quando da transição da terra em herança; a segunda é a herança propriamente dita, caracterizada como a passagem da parcela de terra que cabe ao filho (ou neto ou sobrinho) o qual já faz o uso da terra paterna (ou avoenga).

Ambos os processos são apoiados, basicamente, em regras locais-tradicionais, embora mantenham uma fachada de adequação às normas legais, uma vez que o Código Civil é usado como legitimador dos acordos assumidos durante a transição da terra em forma de herança, considerado como uma mudança no processo de transferência de terra, uma vez que, de acordo com Moura (1978), o Código Civil era uma ameaça de fragmentação excessiva da terra em propriedades rurais. Esta ameaça, na Peroba, não provoca certa apreensão em seus moradores, uma vez que, independentemente de quem seja o herdeiro, ambos reivindicam sua parcela de direito. Isso quer dizer que o Código Civil é usado para determinar o equilíbrio da divisão da parcela de terra entre os herdeiros.

Porém, há de entender que a reivindicação da parcela ocorre levando em conta algumas preocupações: se o pai ou avô cede parte de sua terra para um filho trabalhar (ou seja, o filho faz uso da terra sem ter a propriedade), quando da sua morte, a terra será dividida entre todos os herdeiros, à revelia do filho que ficou e a trabalhou, quando a parcela cedida anteriormente ao irmão for metade ou mais da terra original a ser inventariada. Nesse caso, prevalece o espaço onde se encontra as moradas, mas a terra onde se trabalhou é colocada em inventário de acordo com o Código Civil e essa regra serve para todos os herdeiros. Pode-se dizer que o acordo de uso e posse, nesse caso, só serve enquanto pais estiverem vivos. O que se percebe, por fim e neste caso, é que na Peroba os acertos têm data de validade: até o momento da herança, quando se seguirá o Código Civil Brasileiro.

Quando a parcela da terra cedida aos filhos for compatível àquela parcela que poderá surgir diante uma eventual partilha da herança, mantem-se a posse da parcela cedida, o que se tornará uma propriedade após a finalização do inventário. Depois da morte, o que prevalece é o Código Civil e este só poderá ser driblado para evitar a fragmentação da terra através das trocas, compras e vendas das terras entre os herdeiros, tanto para este quanto para o primeiro caso. Há, então: i) tendência irreversível de fragmentação da terra quando os herdeiros reivindicarem suas partes da herança; e ii) a manutenção das terras quando for colocado em prática os acordos e ajustes, percebidos através da transação de compra e venda, ou mesmo das trocas, entre os herdeiros.

Quando a cessão da terra é feita considerando a dimensão prevista em um eventual inventário, em virtude dessa estratégia, é possível identificar que a permanência no bairro está

condicionada a quem foi preparado para a vida no campo e tem o uso primeiro de terra, ou seja, quem se casa primeiro e decide trabalhar e viver no bairro tem o acesso às melhores terras para realizar o seu trabalho.

Quando da divisão da herança, aquele que não se casou ou casou tarde recebe uma parcela de terra com menos qualidade (muito inclinada, arenosa, pantanosa, pedregosa, distante ou coberta de mata). As consequências estão na venda das terras por aqueles que veem oportunidades mais vantajosas de estarem na cidade ao invés do campo: o que leva a compra das terras por aqueles que têm condição de arcar os preços estipulados, sobretudo os fazendeiros locais, o que levou tal prática para uma concentração de boa parte das terras do bairro nas mãos de poucos proprietários.

Nem todos que herdaram uma parcela de terra continuaram vivendo no bairro. Permaneceram aqueles que, recebendo sua parcela de terra, têm na agricultura geração de renda e trabalho como forma de sustento. Em outras palavras, a permanência no meio rural não tem relação com apenas o recebimento de uma herança, mas sim através da relação entre herança e o uso da terra. O acesso à terra através da herança é uma garantia de permanência no bairro quando atrelada à agricultura como forma de sustento.

Este trabalho com a agricultura é possibilitado através de uma série de elementos para além da herança (mas também devido a ela), os quais garantirão a permanência do herdeiro no espaço rural. Assim, tais elementos podem ser enumerados: i) preparação do jovem (aprendizado rural); ii) acesso à posse da terra (cessão pelo casamento); iii) garantia de propriedade da terra (herança); iv) acesso à políticas públicas (mercados, crédito, segurança e aposentadoria); e v) acordos e ajustes de manutenção de posse, propriedade e uso da terra.

Assim, nem todos os moradores que receberam uma parcela de terra continuaram vivendo no bairro ou tiveram a agricultura como fonte de trabalho e geração de renda. A sedução pelo meio urbano e a dificuldade que havia em trabalhar a terra e escoar sua produção para os mercados locais, antes do trabalho com as hortas, levaram muitos descendentes a buscarem uma nova vida em outros lugares. Este “ir embora” provocou mudanças na organização das terras do bairro através da venda de terrenos para “os de fora” e para “quem ficou”. Em 2020, mais da metade das terras do bairro estão nas mãos de apenas cinco proprietários, o que implica deduzir que a outra parte encontra-se dividida entre os 40 moradores.

O mais provável que aconteça nesta outra metade das terras da Peroba é o que aparece na teoria de Almeida (2008, p. 56), em torno das terras de herança, em que este autor “refere-se a domínios titulados, tornados espólios que permanecem indivisos, há várias gerações, sem

que se proceda ao termo formal de partilha³⁰ ou que seus títulos tenham sido revalidados através de inventários que, de acordo com disposições legais, teriam de ser realizados quando da morte do titular de direito, a fim de transmiti-los a seus herdeiros legítimos, mas que não acontece, transformando dimensões de terras em território comum ou possibilitando o surgimento de pequenas propriedades sem titulações.”

Isso ocorre por dois motivos: i) muito pela falta de informação sobre o transitar deste processo, mas também pela desconfiança em conceder acesso a documentos tão particulares (quando estes ainda existem) e pelo alto valor cobrado para este tipo de serviço; ii) e pelo fato da fragmentação atingir os limites do módulo rural vigente no município (2 hectares) que controla o parcelamento da terra nos bairros rurais.

A condição de agricultor está atrelada a uma série de situações, exigências e traços particulares que favoreçam a continuidade no universo rural como, por exemplo, o enfrentamento aos modos de vida urbanos que são sobrepostos à realidade rural, ter sido preparado quando jovem para o trabalho rural, receber herança dentro dos limites do módulo rural, receber terra boa para atividade rural, conhecer as políticas de fortalecimento da agricultura e ter acesso aos mercados para o escoamento de sua produção. E para permanecer no espaço rural e realizar a manutenção de sua vida, deverá lançar mão para inúmeras estratégias, acordos e ajustes que garantem superar as pressões que surgem sobre o seu universo.

Quanto às estratégias de aquisição de mais terras, pode-se observar que os moradores (agricultores ou não) são capazes de organizar complexas formas de capitalização, centradas em maiores esforços no trabalho e na contenção de gastos, além da utilização de políticas públicas favoráveis e de práticas costumeiras. Os arranjos intrafamiliares e as formas de cooperação ligadas ao parentesco mais amplo (cessão da terra, compra de irmãos, venda para estranhos e herança pelo Código Civil) se mostram importantes para a o uso e a posse de terra, possibilitando a sua manutenção, bem como garantias de geração de renda, seja pela agricultura, pecuária, arrendamento ou aluguel de fins de semana.

Essas organizações em torno de estratégias próprias só são possíveis dentro de uma conjuntura rural onde há a especialidade do trabalho rural adquirido desde a infância e as

³⁰ O formal de partilha é um documento público, expedido por juiz competente para determinar o cumprimento de direitos e deveres subsequentes da extinção de relações jurídicas entre pessoas nas ações de inventário, separação, divórcio, anulação e nulidade do casamento. Pelo formal de partilha, se demonstra que um imóvel foi dividido entre ex-cônjuges ou herdeiros, conforme o caso. Sobre este assunto, a autora Maria Helena Diniz (2007, p. 13) explica que “transitando em julgado a sentença, o herdeiro receberá os bens que lhe couberem e um formal de partilha, que terá força executiva contra o inventariante, os demais herdeiros e seus sucessores, a título singular ou universal”. Deste modo, uma vez homologada a partilha por sentença, o herdeiro que houver recebido o bem poderá reivindicá-lo diretamente do inventariante, herdeiro ou legatário que o detenha ou possua.

garantias de escoamento da produção para mercados vantajosos, o que, por sua vez, possibilitam a permanência do agricultor no espaço rural, delegando a ele a necessidade de usar seus acordos e ajustes para a manutenção da posse e/ou do uso da terra.

Há ameaças para essa organização rural quando, por exemplo, em tempos de crises que provocam diminuição da oferta de empregos na cidade ou o aumento do desemprego. Esse tipo de cenário leva os trabalhadores urbanos a buscarem caminhos no mercado informal e um desses mercados está em torno da venda de produtos agrícolas em caçamba de caminhonete ou no interior de uma Kombi. São os mercadores, conhecidos também como atravessadores e, em certas regiões do Brasil, como mascates ou bodegueiros, que compram a baixo preço dos agricultores e revendem na cidade a preços mais elevados.

Para o agricultor, esse cenário que está atrelado à falta de políticas públicas, ou mesmo à falta de acesso à elas, uma vez que tais políticas garantem os mercados vantajosos como as feiras-livres ou o PNAE, a saída volta a ser, como ocorria antes de 2000, a venda de sua produção para o mercador da cidade, o que lhe pagar, muitas vezes, preços baixos. Dessa forma, com preços baixos, mercado insatisfatório e necessidade de mais trabalho para satisfazer a demandas contemporâneas, o agricultor tende a buscar outras alternativas de sustento como, por exemplo, o trabalho de pedreiro, jardineiro ou serviços braçais na cidade.

Pode-se considerar que essa situação é capaz de trazer consequências sobre o uso e a posse da terra quando, sem as garantias de permanência na atividade rural, o agricultor se vê “obrigado” a vender suas terras ou, menos drasticamente, vender partes dela ou a arrendar para os fazendeiros que têm recursos para a criação de gado de corte. Nesse sentido, sob a posse ou propriedade do fazendeiro, a terra passa a ter outra significação sobre o seu uso: o lucro com a venda de vacas e bois para o corte e não mais uma significação de uso que dava a garantia de sustento a um agricultor em torno do trabalho na terra.

Assim como a população agricultora que vive no espaço rural depende da sucessão familiar para dar continuidade às suas atividades, também necessita da presença do Estado e suas políticas públicas, para que possa fomentar, valorizar e desenvolver os recursos, as atividades, os modos de vida e os produtos originados da zona rural. Também, as políticas públicas são um incentivo à permanência no espaço rural, já que possibilitam ao agricultor realizar atividades menos pesadas como seus antepassados faziam e, ainda, o resultado de seu trabalho ter acesso garantido aos mercados.

Em virtude das informações apresentadas, é possível afirmar que, diante da necessidade de fragmentação das terras através da herança, o bairro Peroba é compreendido por dinâmicas que têm por objetivo e se concretizam na criação e desenvolvimento de uma base de recursos

que permite a sobrevivência e perspectivas para a sua população rural. Assim, na Peroba, identificamos o camponês, inserido numa realidade que transita entre o universo rural, não no sentido categoria em extinção, mas sim uma categoria em recriação, uma vez que se adapta às novas condições sociais geradas pelo sistema capitalista para a sua própria permanência no universo rural.

Desse modo, é possível identificar diversas formas de considerar a configuração rural, uma vez que este se reveste em uma diversidade de cenários específicos e particulares, que variam desde o modo camponês até às formas mais integradas ao mercado. A família agricultora da Peroba tende a ser definida como de agricultores familiares, por conta da modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica globalizada em que está inserida, junto ao desenvolvimento de outras forças produtivas que criaram um outro patamar para a agricultura e o meio rural. Porém, ainda assume contornos camponeses por manter práticas de orientação e organização de seu mundo, como na relação que existe entre trabalho, terra e família.

Diante desta realidade, outros questionamentos se revelam sobre a vida no bairro, possibilitando novas pesquisas sobre o assunto que, notadamente, ainda não colocam um ponto final nas investigações sobre o universo rural. Por exemplo, como seriam as configurações do bairro se não houvesse políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como é o caso do PNAE, o qual possibilitou aos agricultores darem novos contornos às suas produções e ao uso de suas terras? A hipótese é de que esta pergunta pode revelar as delicadas relações entre “regras” impostas de fora e acatadas ou não na área rural. Hipótese que ainda considera como parte da tensão entre exigências que são próprias da reprodução do campesinato e da possibilidade que este tem de absorvê-las ou freia-las em função de seus próprios interesses dentro de uma realidade cada vez mais seduzida pelo universo urbano.

Outra questão para uma investigação está em torno da dificuldade de expandir o recurso da terra, não pela ótica do acesso, visto que se a família diminui, diminui-se também a pressão sobre a terra, mas pela ótica do trabalho, uma vez que a natalidade sendo cada vez menor no universo rural (vide resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017) diminui-se mão de obra familiar no campo. Sobre a terra, expandir significa aumentar o espaço cultivado e, logo, significa aumentar mão de obra (o que é difícil para o agricultor com uma família pequena). Nesta situação, uma saída é o aumento do uso de maquinário, o que o Censo Agropecuário de 2017 já apontou (IBGE, 2019), mas a informação do aumento de tratores não é clara sobre quais propriedades isso ocorre, ou seja, então não para é possível dizer se tal aumento de tratores acontece nas propriedades de agricultores familiares ou do latifúndio.

Com base no que foi apresentado, o grande desafio é (re)inserir de forma digna, no desenvolvimento econômico e político, a população excluída e negada pelos modelos econômicos dominantes. O poder local, com os seus instrumentos básicos, como a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constituem, neste sentido, um mecanismo de estruturação política e econômica que têm apresentado seus testemunhos, e configura-se como o poderoso recurso pouco empregado no país. Se a sociedade, de modo geral, não assumir a liderança em favor do social, não haverá uma mudança real nas condições mínimas de qualidade de vida: alimentação, trabalho, saúde, lazer, educação, justiça, mobilidade e moradia.

Novas percepções, novas práticas, diminuição das distâncias, vivência, contradições, reorganização e novas orientações podem surgir. Mesmo que os agricultores do bairro Peroba se garantem de estratégias para a manutenção da vida rural, sobretudo em torno do acesso à terra, bem como de sua manutenção, se eles não têm o apoio de políticas públicas que fortaleçam suas atividades e garantem sua autonomia, a continuidade no espaço rural é ameaçada. Sabe-se que o trabalho no campo é árduo por inúmeras questões: distâncias grandes a serem percorridas; carência de infraestruturas básicas de saúde, educação e segurança e, dentre outras, as constantes dúvidas sobre a garantia de um modo de vida rural frente a um mundo cada vez mais urbano. Tais quesitos interferem diretamente sobre os acordos e ajustes que são tecidos pela vida no campo.

A questão que fica é: será que a população rural está fadada a permanecer sempre num universo de grandes dificuldades e dúvidas em relação à sua própria sobrevivência? Que desenvolvimento se espera para o universo rural, quando às políticas públicas, mesmo que mínimas, estão colocadas em risco diante uma realidade que preza pela competitividade e crescimento puramente econômico? Uma coisa é possível de identificar: o universo rural não se extinguirá, mas assumirá uma nova configuração, uma atrás da outra, tempo após tempo, quando buscar as suas próprias estratégias para a manutenção de sua vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, in: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. vols. 28 n. 1, 2 3 e 29. n1 jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada. n.2, vol. IV: 379-397, abr./jun. 2000.

ALBERGONI, Leide. **Introdução à economia: aplicações no cotidiano**. São Paulo: Atlas, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de índio: uso comum e conflito. In Ramos, E. e Hebetete, J. (orgs). **Cadernos do NAEA**, n.º 10, pp. 163-196. 1989.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3 ed. p. 33-55. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis. Vozes, 1997.

BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 mar. 2018.

BATTISTON, Kalahan de Mello. Os caminhos das águas da Mantiqueira. 2019. 52 f. Trabalho Final de Graduação (Engenharia Hídrica) – Instituto de Recursos Naturais, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez M. (Orgs). **O campo do Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p.121-131.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27. Disponível em? <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/1719>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm> Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. **Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. **Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm> Acesso em: 13 mai. 2018

BRITO, Fausto. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.

BRITO, Tayrine P.; PEREIRA, Samanta B.; LIMA E SILVA, Ednilson M. de; SANTOS, Gabriela; OLIVEIRA, Pamela H.; PEREIRA, Viviane G.; ANDRADE, Vitor M.; BATTISTON, Kalahan de M.; PEREIRA, Miguel de S.. **Extensão universitária: uma análise da construção de um projeto de extensão com as mulheres rurais do bairro Peroba de Itajubá - MG.** Revista Conexão UEPG, v. 14, p. 195-206, 2018. Disponível em: < <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/11066>> Acesso em: 25 set. 2018.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 23.

CAMPOS, Marcio D'Olne. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas? In AMOROZO, Maria Christina de Mello; MING, Lin Chau; SILVA, Sandra Maria Pereira da. **Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas.** Rio Claro: Coordenadoria de Área de Ciências Biológicas -Gabinete do Reitor - UNESP/CNPq, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 1º ed. rev. São Paulo: Edusp, 1968.

CARNEIRO, Maria José Teixeira; ROCHA, Betty Nogueira. As cercas (in)visíveis da patronagem: limites e possibilidades da construção de “territórios de desenvolvimento”. In: **31º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 2007.** Caxambu. 22 a 26 de outubro de 2007. Disponível em: < <http://www.anpocs.org/index.php/papers-31-encontro/st-7/st26-3/3060-mariacarneiro-as-cercas/file>> Acesso em: 20 fev. 2018.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1986.

COSTA, Dilvanir José da. **O conceito de direito real**. Revista de Informação Legislativa. Brasília, a.36, n. 144, out./dez. 1999. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/531/r144-04.PDF?sequence=4>> Acesso em: 15 mai. 2018.

DÉ CARLI, Gileno. **Reforma agrária e desenvolvimento rural**. Recife: ed. não indicada, 1980.

_____. **História da reforma agrária**. Brasília: Ed. Gráfica Brasileira, 1985.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões**. São Paulo: Editora Saraiva 2007.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. In: **Educar**, n. 24, p. 213-225. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **A Comunidade Inteligente: visitando experiências de gestão local**. São Paulo: Polis/FGVSP/BID, 2001.

_____. **O que é poder local?** São Paulo. 2008. Disponível em: <<http://dowbor.org/2000/09/ladislau-dowbor-o-que-e-poder-local-2008.html>> Acesso em: 15 mai. 2017.

DUNCAN, Simon; SAVAGE, Mike. **Espaço, escala e localidade**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1989.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Nacional, 1936.

FERNANDES, Bernardo M.. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In. GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

_____; MEDEIROS, Leonilde. S.; PAULILO, Maria. I. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. 1. São Paulo: Ed. UNESP. 2009.

FRANÇA, Júnior P.. A ocupação do Noroeste do Paraná e a cidade de Umuarama: uma retrospectiva do processo de ocupação. *Akrópolis, Umuarama*, v. 19, n. 3, p. 164-174, set./dez. 2011

FREITAS, Alan F. de; FREITAS, Alair F. de; DIAS, Marcelo M.. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.46, n.6, p.1575-1597, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000600008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 mai. 2018.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GANCHO, Cândida Vilares; LOPES, Helena de Queiroz Ferreira.; TOLEDO, Vera Vilhena. **A posse da terra**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

GILCHRIST, V.; WILLIAMS, R. Key informant interviewing. In B. CRABTREE; W. L. MILLER (Eds.), **Doing qualitative research**. 2nd ed., pp.71-78. Thousand Oaks: Sage Publications, 1999.

GOULART, J. A. O Brasil do boi e do couro. São Paulo: Edições GRD, 1965.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n1_caracteristicas_populacao_domicilios_br.pdf> Acesso em: 08 set. 2018.

_____. **Censo agropecuário 2006: resultados preliminares**. IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em 25 abr. 2017.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf> Acesso em: 03 out. 2018.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em: 07 fev. 2018.

_____. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em 25 dez. 2019.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Atlas fundiário brasileiro**. Brasília: INCRA, 2002.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p.113-223.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação. Abordagens Qualitativas**. São Paulo: E. P. U., 1986.

MAIA, Alexandre Gori; BUAINAIN, Antonio Marcio. **O novo mapa da população rural brasileira**. *Confins* [online], 2015, 25: 1-26. Disponível em:

<http://journals.openedition.org/confins/10548> ; DOI : 10.4000/confins.10548 Acesso em: 11 set. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, José de Souza. **O poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O cativo da terra**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, USP, São Paulo, n. 2, vol. 11, p. 97-128, 1999. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 mai. 2017.

_____. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural, in: **Estudos avançados**. vol.15, n.43, p. 31-36. São Paulo: USP, 2001.

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

MARX, Karl. **O Capital**. Condensação de Gabriel Deville. São Paulo: Edipro, 3ª ed. 1ª reimp., 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAS GERAIS, Lei Estadual N° 336 de 27/12/1948. **Estabelece a divisão administrativa e judiciária do Estado, a vigorar de 1º de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1953, e dá outras providências**. Disponível em: < <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Lei&num=336&ano=1948>> Acesso em: 08 mai. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2.ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história e cultura**, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

MOURA, Margarida Maria. **Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

_____. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.

MULLER, Nice Lecocq. Bairros Rurais do Município de Piracicaba/SP. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 43, julho/1966, p. 83-130.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro in: **Estudos avançados**. n. 43, vol.15, p. 83-100. São Paulo: USP, 2001.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008, 244p.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, n.7, vol.3, São Paulo, set./dez. 1989.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade, In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté: UNITAU, 2014. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1471>> Acesso em: 10 nov. 2017.

PISSINATI, Mariza Cleonice; ARCHELA, Rosely Sampaio. **Fundamentos da alfabetização Cartográfica no Ensino de geografia**. **Geografia** - v. 16, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6579/5972>> Acesso em: 14 dez. 2018.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; SOUZA, Ângela Maria Alves; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde**. *Revista de Enfermagem (UERJ)*, 15(2):276-283, abr.-jun. 2007. Disponível em: < <http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>> Acesso em: 31 out. 2018.

RAMOS, Pedro. **Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 141-156, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2020.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastreri. **O Bairro do Tanque – Atibaia (SP): um exemplo da contribuição da colonização japonesa para a evolução do meio rural paulista**. São Paulo, 1973. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

SABOURIN, Eric Pierre. Será que existem camponeses no Brasil? In: **47º Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009**, Porto Alegre. 47º Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre: SOBER UFRGS, 2009. v. 47.

SACHS, Ignacy. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 75-82. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. **As famílias pluriativas e não-agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda.** Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2016, vol.54, n.3, pp.561-582.

SAKAMOTO, Camila Strobl; MAIA, Alexandre Gori. **Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil.** Belém, 51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2013.

SANTOS, Maria da Conceição. **Trabalho Experimental no Ensino das Ciências.** Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional, 2002.

SANTOS, Patrícia Lessa dos. A imagem enquanto fonte de pesquisa: a fotografia publicitária. **Iniciação científica Cesumar**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 63-68, ago./dez. 2000.v

SCHENSUL, Jean J. Key informants. In NORMAN, Anderson (Ed), **Encyclopedia of health & behavior** (Vol. 1, pp.569-571). Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano.** 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SEYFERTH, Giralda. **Herança e estrutura familiar camponesa.** Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3. Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, José Graziano da; BALSADI, Otávio Valentim; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário.** São Paulo em Perspectiva: São Paulo, 1997.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WANDERLEY, María de Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural, in: Giarraca, Norma (Org.) **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, in: **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 21, p. 42-61. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo, HUCITEC, 1995.

_____. O saber tradicional camponês e inovações. In: **O campo no século XXI**: Território de vida, de luta e de construção da justiça social/Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inez Medeiros Marques (Orgs). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

WOORTMANN, Klaas. **Com Parente não se Neguceia**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 87, p. 11-73, 1987.

_____. **Migração, família e campesinato**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1990.

APÊNDICE I - FOTOGRAFIAS

Relação de documentos fotográficos elaborados ao longo do trabalho de campo.











Junho de 2019



Junho de 2019



Abril de 2019



Abril de 2019



Março de 2019

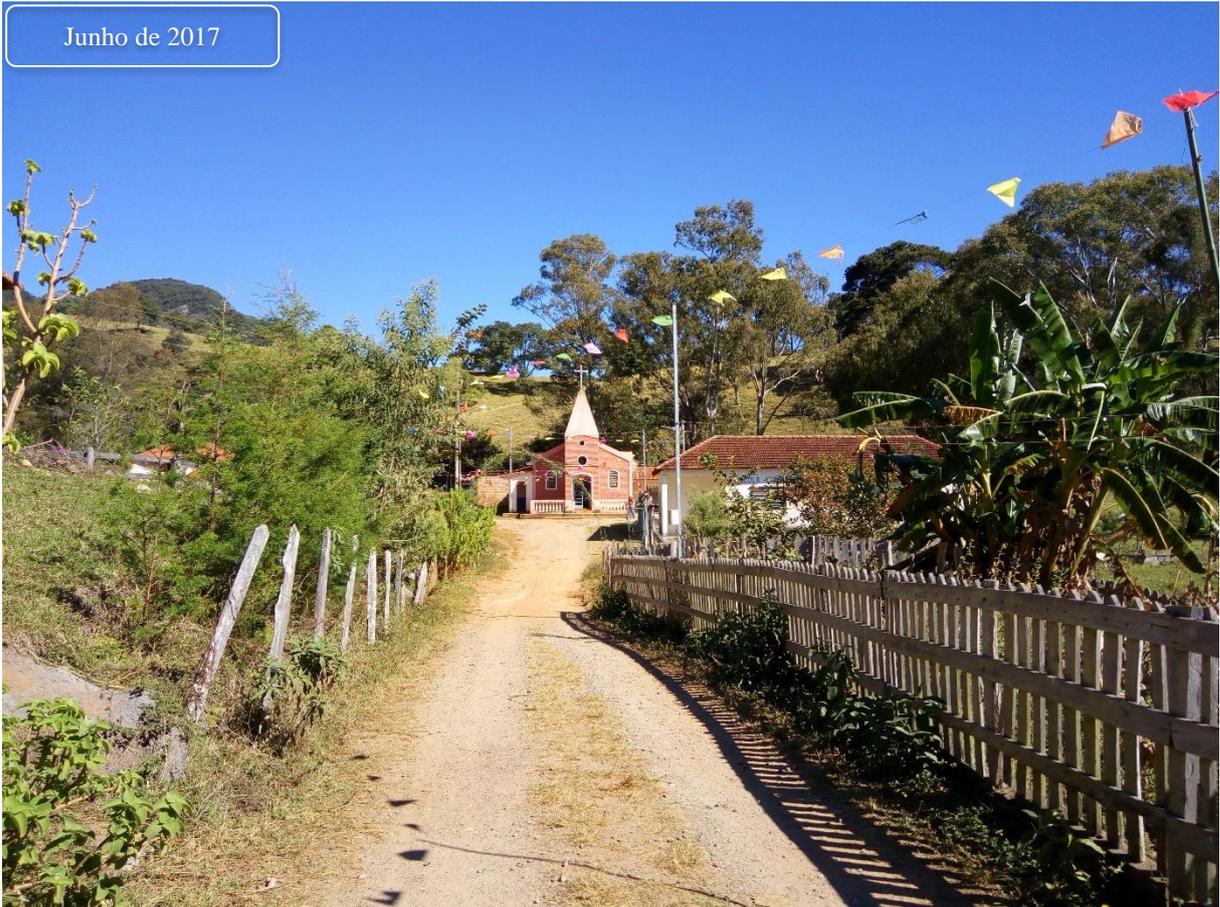


Junho de 2018





Junho de 2017



Junho de 2017



Junho de 2017



Junho de 2017



APÊNDICE II – DADOS SOBRE OS MORADORES

Informações de 2019 sobre os moradores entrevistados.

Moradores	Informações
Agnaldo Mendonça	75 anos, aposentado rural. Cuida do gado.
Amanda Carvalho de Mendonça	22 anos, estudante. Vive com a mãe no bairro.
André Carvalho	29 anos, agricultor. Cultiva horta.
Barbosa Mendonça	63 anos, aposentado rural. Cultiva horta e trabalha com gado de leite
Clayton Mendonça	44 anos, agricultor. Cultiva horta e trabalhar como camarada.
Deise Carvalho de Mendonça	36 anos, agricultora. Trabalha com produção de bolachas para o PNAE.
Edson Carvalho	43 anos, agricultor. Cultiva horta.
Fátima Carvalho	40 anos, agricultora. Trabalha com a produção de bolos e bolachas para a venda na feira e para encomendas.
Geraldo Carvalho	60 anos, metalúrgico aposentado. Ex-morador do bairro.
Inácio Ribeiro	44 anos, agricultor. Trabalha com horta e criação de gado para leite.
Isabel Carvalho	62 anos, aposentada rural. Cuida da casa e da horta.
Jaime Mendonça	46 anos, agricultor. Trabalha com horta e criação de gado para leite.
Jean Mendonça	69 anos, aposentado rural. Cuida do gado.
João Rosa Carvalho	88 anos, aposentado rural. Viúvo e cuida da casa e de algumas galinhas das quais vende seus ovos para a feira.
Joaquim Carvalho	64 anos, aposentado rural. Trabalha com horta e gado de leite.
José Vicente	70 anos. Dono de uma chácara onde passa os fins de semana.

Lauro Carvalho	50 anos. Trabalha como empregado em uma das fazendas do bairro.
Levy Mendonça	45 anos, agricultor. Trabalha com horta, criação de gado e empregado na prefeitura de Itajubá.
Lígia Carvalho	36 anos, agricultora. Trabalha com horta e produção de bolachas para o PNAE e para a feira.
Luzia Ribeiro de Carvalho	79 anos, aposentada rural. Viúva e cuida da casa e de algumas galinhas das quais vende seus ovos para a feira.
Márcia Carvalho Mendonça	25 anos, funcionária pública. Vive com o noivo na cidade, mas mantém relação com o bairro através dos pais.
Marlene Carvalho	57 anos, aposentada. Cuida da casa.
Miguel Carvalho	60 anos, agricultor. Trabalha com criação de gado e como empregado em uma das fazendas do bairro.
Raquel Carvalho	42 anos, agricultora e doméstica. Trabalha com horta, produção de bolachas para o PNAE e trabalhar como doméstica na cidade.
Reinaldo Carvalho	19 anos, estudante e agricultor. Vive com os pais no bairro.
Renato Mendonça	38 anos, agricultor e caseiro. Trabalha com horta e cuida de propriedade de outro morador do bairro (casa de veraneio).
Rosimeire Carvalho de Mendonça	67 anos, aposentada rural. Cuida da casa.
Sebastião de Carvalho	85 anos, aposentado rural. Trabalha com criação de gado.
Silvério Carvalho	61 anos, aposentado rural. Trabalha com horta.
Vanda Carvalho Ribeiro	39 anos. Trabalha com produção de bolos e bolachas para a feira.
Vicentina Carvalho de Mendonça	55 anos, merendeira aposentada.
Zilda Carvalho	58 anos, professora aposentada.
Seu Djalma	68 anos. Dono de chácara onde passa os fins de semana.
Seu Jorge Cascardo	70 anos. Dono de uma das fazendas do bairro.
Seu Luiz Celso	56 anos. Dono de uma das fazendas do bairro.

APÊNDICE III – VISITA DE CAMPO

Observações, conversas, entrevistas e outros métodos realizados durante o trabalho de campo.

MORADOR (entrevistado ou acompanhante)	DATA	LOCAL/OCASIÃO	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS
Edson	24/04/2017	Bairro Peroba	Observação.
Levy, Raquel, Edson e Fátima	18/05/2017	Feira da FACI	Conversas abertas.
Não se aplica	22/06/2017	Bairro Peroba	Observação.
Silvério; Joaquim; Edson	25/06/2017	Encontro entre Núcleo Travessia e Bairro Peroba	Conversas abertas.
Edson; Joaquim; Geraldo; Vicentina; Levy.	09/12/2017	Encontro de Encerramento do Projeto Economia Solidária na Peroba – Centro Comunitário do Bairro.	Conversas abertas e observação.
Edson	10/12/2017	Encontro de Encerramento do Projeto Economia Solidária na Peroba – Centro Comunitário do Bairro.	Observação.
Deise e Renato	10/12/2017	Casa de Deise e Renato.	Aplicação de questionário teste.

Rosimeire e Agnaldo	10/12/2017	Casa de Rosimeire e Agnaldo.	Aplicação de questionário teste.
Vanda e Inácio	10/12/2017	Casa de Vanda e Inácio	Aplicação de questionário teste.
Edson	08/03/2018	Feira da FACI	Conversas abertas.
Fátima e Edson	15/03/2018	Feira da FACI	Conversas e análises de fotografias.
Deise, Lígia e Vicentina	22/03/2018	Feira da FACI	Conversas abertas.
Edson e Fátima	16/06/2018	Casa de Edson e Fátima - Bairro Peroba	Conversas abertas e observação.
Edson	09/08/2018	Feira da FACI	Conversas abertas.
Levy e Raquel	23/08/2018	Feira da FACI	Conversas abertas.
Vicentina	26/01/2019	Bairro Peroba	Observação.

Vicentina e Edson	27/02/2019	Bairro Peroba	Observação e conversas abertas.
Vicentina; Levy.; Edson e Raquel	20/04/2019	Centro comunitário do bairro.	Conversas abertas.
Levy e Raquel	16/05/2019	Feira da FACI	Conversas abertas.
Edson	30/05/2019	Feira da FACI	Conversas abertas.
Joaquim	01/06/2019	Casa do Sr. Joaquim e Isabel	Observação, conversas abertas e elaboração de mapa.
Vicentina	15/06/2019	Casa de Vicentina	Roteiro de entrevista.
Zilda e Barbosa	15/06/2019	Casa de Zilda e Barbosa	Roteiro de entrevista e elaboração de mapa.
Silvério	22/06/2019	Terço cantando na casa de Levy e Raquel	Conversas abertas.
Joaquim	22/06/2019	Terço cantando na casa de Levy e Raquel	Conversas abertas.

Edson e Fátima	23/06/2019	Casa de Edson e Fátima	Roteiro de entrevista.
Joaquim	23/06/2019	Bairro Peroba – caminhada pela propriedade do Sr. Joaquim e de Sr. Sebastião.	Observação e conversas abertas.
Vanda	27/06/2019	Feira da FACI	Conversas abertas.
Edson, Fátima e Raquel	11/07/2019	Feira da FACI	Conversas abertas.
Edson	13/07/2019	Centro Comunitário do Bairro - Festa Julina da Peroba	Conversas abertas.
Isabel	13/07/2019	Centro Comunitário do Bairro - Festa Julina da Peroba	Conversas abertas.
Joaquim	13/07/2019	Centro Comunitário do Bairro - Festa Julina da Peroba	Conversas abertas.
Edson e Renato	14/07/2019	Bairro Peroba – caminhada pelas propriedades da Sr. ^a . Laura, Sr. Barbosa e Sr. José Vicente	Observação e conversas abertas
Levy e Raquel	08/08/2019	Feira da FACI	Conversas abertas.

Levy	10/08/2019	Casa de Levy e Raquel	Roteiro de entrevista e elaboração de mapa.
Raquel	10/08/2019	Casa de Levy e Raquel	Conversas abertas.
João Rosa	24/08/2019	Casa de João Rosa	Roteiro de entrevista.
Fátima	24/08/2019	Casa de Edson e Fátima	Conversas abertas.
Edson	19/12/2019	Feira da FACI	Conversas abertas.
Vicentina	18/01/2020	Casa de Vicentina e Casa de João Rosa	Entrevista, conversas abertas e análises de fotografias.
Edson, Sebastião, Jaime, Miguel, Carlos e João Rosa	18/01/2020	Casa de João Rosa	Conversas abertas.
Vicentina, João Rosa e Sebastião	18/01/2020	Casa de João Rosa	Conversas e análises de fotografias.
Edson, Fátima, Lígia e Cleiton	18/01/2020	Casa de Lígia e Cleiton	Conversas e análises de fotografias.

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA.



ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS DO BAIRRO PEROBA



Objetivo: identificar a característica das famílias, as demandas sobre a terra, o uso da terra, a posse da terra, as estratégias de uso e posse, os trabalhos encontrados no bairro, as mudanças do dia a dia e a percepção de desenvolvimento.

Data da entrevista: _____.

Horário de início entrevista: _____. **Horário de término entrevista:** _____.

Entrevistado (a): _____.

Apelido: _____. **Telefone de Contato:** _____.

Estado Civil: _____. **Tem filhos () sim () não – quantos:** _____.

1- IDENTIFICAÇÃO/PERFIL FAMILIAR

1.1 Informações:

1.1.1 Quantas pessoas vivem na casa? Quem são?

1.1.2 Há quanto tempo vivem na comunidade?

2 TRABALHO NA TERRA E OUTRA GERAÇÃO DE RENDA

2.1.1 A família vive do trabalho na terra?

() SIM	() NÃO
Como usa a terra? Gado, lavoura, horta? _____	Já trabalhou na terra? () SIM - De quando até quando? _____
É utilizada na unidade familiar mão de obra contratada? Se sim, quantas? Para que tipo de trabalho? _____	Como usava a terra? Gado, lavoura, horta? _____
Há quanto tempo trabalha a terra? De quando até quando? _____	() NÃO - Em que trabalha ou trabalhou? Onde? _____
A família possui outra fonte de renda? () SIM () NÃO Se sim, () Emprego assalariado. Quem? Qual? Onde? () Arrendamento de terra () Aposentadoria () Bolsa Família () Diarista/Camarada () Pensão	A família possui outra fonte de renda? () SIM () NÃO Se sim, () Emprego assalariado. Quem? Qual? Onde? () Arrendamento de terra () Aposentadoria () Bolsa Família () Diarista/Camarada () Pensão

2.1.2 Seus pais, avós ou bisavós trabalhavam (ou trabalham, se vivos) a terra? () Sim. () Não.

2.1.2.1 Se sim, como trabalhavam? Gado, lavoura, horta, outro? Possuíam terras?

2.1.2.2 Se não, com o que trabalhavam? Camarada, cidade, autônomo? Possuíam terras?

3 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO

3.1 Posse da terra:

3.1.1 Tamanho total da propriedade/terreno: (aproximadamente) – (usar mapa para representar).

3.1.2 O terreno onde o Sr./a Sr.^a vive (mora) é:



ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS
DO BAIRRO PEROBA



() Herança Perguntar, também, sobre a herança do cônjuge: onde é? o que fez?	A propriedade original tinha qual tamanho? (Usar mapa para representar)
	Eram quantos herdeiros?
	Após o inventário, foi realizado formal de partilha e lavrada escritura para os herdeiros?
	Todos os herdeiros ainda vivem no bairro? Se sim, o que fazem? Se não, para onde foram? Por que foram?
	Por que decidiu ficar no bairro? (e porque decidiu trabalhar com a agricultura – ou pecuária?)
() Comprado	Comprou de quem?
	É seu parente?
	Se não tem parente no bairro, de onde veio e por que veio?
() Alugado	Alugou de quem?
	É seu parente?
	Se não tem parente no bairro, de onde veio?
() Cedido	Cedeu de quem?
	É seu parente?
	Se não tem parente no bairro, de onde veio?
() Comunitário	Tem parente no bairro?
	Se não tem parente no bairro, de onde veio e por que veio?
() “na meia”	“Na meia” com quem?
	É seu parente?
	Se não tem parente no bairro, de onde veio e por que veio?
() outro acesso	Qual?
	Tem parente no bairro?
	Se não tem parente no bairro, de onde veio e por que veio?

3.2 Uso da terra

3.2.1 O terreno onde o Sr/Sr^a planta é:

() próprio	() no mesmo terreno da morada () separado do terreno da morada. Por que é separado?
() alugado	Por que é alugado? De quem é alugado?
() na meia	Por que é na meia? Quem é o outro meeiro?
() comunitário	Qual a origem da terra?
() cedido	Por que é cedido? Por quem é cedido?
() outra forma de acesso	Qual?

3.2.2 Forma do uso do solo nas unidades de produção (uso)

Especificação	Tamanho
a) Lavouras	
b) Pastagem	
c) Reserva Florestal	
d) Pomar (frutas)	
e) Horta (olericultura)	
f) Áreas em descanso	
g) Áreas degradadas	
g) Áreas impróprias (cascalho, serra, encostas etc.)	

3.2.3 Quais as espécies nativas florestais existentes em sua propriedade/terreno? (característica)

3.2.4 O Sr./a Sr.^a faz algum tipo de coleta/extrativismo? Qual? Em que época do ano? (uso)



ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS
DO BAIRRO PEROBA



3.2.5 Os jovens ajudam nas atividades? Se sim, como ajudam? Se não, o que fazem? (realidade)

3.2.6 A terra que tem é suficiente para a atividade que realiza nela? (demanda sobre a terra)

3.2.7 Se não, o que faz para tocar o trabalho? (estratégia)

4 PERCEPÇÕES SOBRE TEMPO E ESPAÇO

4.1.1 Como era a vida no bairro antes? (como era o trabalho, a escola, a vizinhança, a alimentação...)

4.1.2 Se tiver filho na família:

4.1.2.1 O que pretende fazer após o Ensino Médio?

4.1.2.2 Pretende ficar morando no bairro? Se sim, como pretende fazer? Se não, o que pretende fazer?

5 MAPAS E OBSERVAÇÕES SOBRE O ESPAÇO/REALIDADE DO BAIRRO

Objetivo: Revelar característica espacial, demográfica, habitacional e produtiva através da elaboração de mapas do bairro.

5.1.1 Primeira parte: apontar num mapa de satélite as propriedades (agricultor ou não), hortas, plantação, reserva, residências de veraneio etc.



5.1.2 Segunda parte: caminhada para mostrar/comprovar o que foi apontado no mapa (observação).

FIM